

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LITERÁRIOS

KATIUSCE APARECIDA SILVA SANTOS

A FEITICEIRA MARIA DE FREITAS EM *A ESTRANHA NAÇÃO DE RAFAEL MENDES*, DE MOACYR SCLiar

UBERLÂNDIA
2023

KATIUSCE APARECIDA SILVA SANTOS

A FEITICEIRA MARIA DE FREITAS EM *A ESTRANHA NAÇÃO DE RAFAEL MENDES*, DE MOACYR SCLiar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Curso de Mestrado, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Estudos Literários.

Área de Concentração: Estudos Literários.

Linha de Pesquisa: 2 – Literatura, Representação e Cultura.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kênia Maria de Almeida Pereira.

**UBERLÂNDIA
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- S237f
2023 Santos, Kátiusce Aparecida Silva, 1977-
A feiticeira Maria de Freitas em a estranha nação de Rafael Mendes,
de Moacyr Scliar [recurso eletrônico] / Kátiusce Aparecida Silva Santos.
- 2023.
- Orientadora: Kênia Maria de Almeida Pereira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.7036>
Inclui bibliografia.
1. Literatura. I. Pereira, Kênia Maria de Almeida, 1962-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Estudos Literários. III. Título.

CDU: 82

Glória Aparecida
Bibliotecária Documentalista - CRB-6/2047



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Estudos Literários				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico em Estudos Literários				
Data:	06 de março de 2023	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:00
Matrícula do Discente:	12112TLT009				
Nome do Discente:	Katusce Aparecida Silva Santos				
Título do Trabalho:	A feiticeira Maria de Freitas em <i>A estranha nação de Rafael Mendes</i> , de Moacyr Scliar				
Área de concentração:	Estudos Literários				
Linha de pesquisa:	2: Literatura, Representação e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	As temáticas do Holocausto e do antissemitismo na literatura brasileira				

Às catorze horas do dia seis de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, por videoconferência, a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários, composta pelos(as) Professores (as) Doutores (as): Kenia Maria de Almeida Pereira / ILEEL-UFU, Orientadora (Presidente), Maria Alice Ribeiro Gabriel / Secretaria do Município de Ituverava; Luiz Humberto Martins Arantes / IARTE-UFU

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Prof.^a Dr.^a Kenia Maria de Almeida Pereira, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente, Katusce Aparecida Silva Santos, a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessiva, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia Maria de Almeida Pereira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 09/03/2023, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Humberto Martins Arantes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 09/03/2023, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Alice Ribeiro Gabriel, Usuário Externo**, em 09/03/2023, às 19:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katiusce Aparecida Silva Santos, Usuário Externo**, em 10/03/2023, às 07:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4324529** e o código CRC **8816C6E7**.

DEDICATÓRIA

À todas as degredadas condenadas em Portugal, e enviadas ao Brasil Colônia.

AGRADECIMENTOS

A Jesus, que me sustentou e me deu forças ao longo desse processo.

Aos meus pais, José Joaquim e Walmi Helena, pela motivação e, em especial, à minha mãe, que me deu de herança o amor pelos livros e a fé em Deus.

À minha amiga Luciene Miranda, por nunca me deixar desistir.

Ao meu filho, Caetano Silva, por compreender minhas ausências.

Ao professor Kassius Otoni, que primeiro me contou sobre os cristãos-novos no Brasil colonial.

À minha amiga Ediluce Batista, que me presenteou com o meu primeiro livro sobre literatura judaica e me incentivou a entrar para o Mestrado.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Kênia Maria de Almeida Pereira, por trazer luz à minha escuridão intelectual e pela paciência na orientação.

Aos meus professores do Mestrado, por me possibilitarem o crescimento na área.

À minha amiga Léa Evangelista Persicano, pelas palavras de carinho e conforto, pelos ensinamentos sobre a escrita acadêmica e por corrigir meu texto.

RESUMO

As feiticeiras são estigmatizadas no imaginário coletivo como seres maléficos que possuem intimidade com demônios. Temidas, são praticamente apagadas da história oficial, cabendo à literatura trazer à luz essas personagens que revelam o cotidiano do Brasil colonial: mulheres que foram acusadas, presas e condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. A feiticeira, durante centenas de anos, foi um dos médicos que o povo conhecia, e representava o medo do desconhecido e a perpetuação do paganismo. Milhares de mulheres consideradas praticantes de magia ou mesmo cristãs-novas foram queimadas nas fogueiras “santas”, em Portugal e no Brasil, entre os séculos XVI e XVIII. Nesse contexto de caça às bruxas, é analisada a personagem Maria de Freitas, da obra literária *A estranha nação de Rafael Mendes* (1983), de Moacyr Scliar. Em torno dessa personagem, apelidada jocosamente de *Maria-Ardelhe-o-Rabo* e considerada herege, há todo um imaginário acerca da mulher como um dos agentes de Satã, se interligando às práticas de bruxaria tão comuns no Brasil Colônia. Tais práticas também conferiam a essas mulheres um lugar de destaque dentro da sociedade que ali se formava, além de lhes garantir os meios para seu sustento material. As reflexões desta dissertação de Mestrado estão ancoradas nos estudos de Anita Novinsky (2007), Laura de Mello e Souza (1986), Jules Michelet (1992), Ronaldo Vainfas (2010), Berta Waldman (2003), Kênia Pereira (2018), dentre outros, demonstrando a atualidade e a riqueza da produção scliariana.

Palavras-chave: Bruxas; Brasil Colônia; Moacyr Scliar; Feminino.

ABSTRACT

Witches are stigmatized in the collective imagination as evil beings who are intimate with demons. Feared, they are practically erased from official history, leaving it to literature to bring to light these characters who reveal the daily life of colonial Brazil: women who were accused, arrested and convicted by the Court of the Holy Office of the Inquisition. The sorceress, for hundreds of years, was one of the doctors known to the people, and represented the fear of the unknown and the perpetuation of paganism. Thousands of women considered to be practitioners of magic or even New Christians were burned in “holy” bonfires, in Portugal and Brazil, between the 16th and 18th centuries. In this context of witch hunts, the character Maria de Freitas, from the literary work *The strange nation of Rafael Mendes* (1983), by Moacyr Scliar, is analyzed. Around this character, jokingly nicknamed *Maria-Arde-lhe-o-Rabo* and considered a heretic, there is an entire imaginary about the woman as one of Satan’s agents, interconnecting with the practices of witchcraft so common in Colonial Brazil. Such practices also gave these women a prominent place within the society that was formed there, in addition to guaranteeing them the means for their material sustenance. The reflections of this Master’s dissertation are anchored in the studies of Anita Novinsky (2007), Laura de Mello e Souza (1986), Jules Michelet (1992), Ronaldo Vainfas (2010), Berta Waldman (2003), Kênia Pereira (2018), among others, demonstrating the relevance and richness of Scliar’s production.

Keywords: Witches; Colonial Brazil; Moacyr Scliar; Female.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mulher medieval escrevendo.....	66
FIGURA 2 – <i>O casamento: O beijo da noiva</i>.....	71
FIGURA 3 – Ana Pimentel Henriques Maldonado (Século XVI).....	73
FIGURA 4 – Processo de Maria Gonçalves Cajada.....	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – Moacyr Scliar: o escritor que via além do senso-comum.....	18
CAPÍTULO II – A história ficcionalizada de Moacyr Scliar: um olhar sobre <i>A estranha nação de Rafael Mendes</i>.....	34
CAPÍTULO III – Maria de Freitas: a mulher feiticeira em busca de um lugar na sociedade	59
3.1 A construção da personagem.....	59
3.2 A mulher medieval.....	66
3.3 A mulher na Colônia brasileira.....	73
3.4 A feiticeira Maria de Freitas na obra <i>A estranha nação de Rafael Mendes</i>.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

Um dos grandes escritores da literatura brasileira foi Moacyr Scliar, que, ao lado desse ofício, exercia o da medicina. Um herdeiro da cultura e tradição do judaísmo, valorizava o conhecimento e o estudo, sendo ao mesmo tempo um brasileiro participante de uma sociedade marcadamente desigual nas questões econômicas. Um crítico dessa sociedade capitalista, cuja crueldade é revelada através dos seus personagens, e alguns deles ainda denunciam aspectos violentos que permeiam o cotidiano do povo que habita seu território.

Esse gaúcho, nascido em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, escreveu obras importantes, com enfoque nas questões políticas da história, visto que retratava fatos históricos que marcaram o cenário político. Um contador de histórias que manifesta sua arte e chama a atenção do seu leitor para a realidade na qual este está inserido. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e premiado escritor de grande envergadura; porém, embora haja vários estudos sobre ele, mais pesquisas em torno de sua obra precisam ser desenvolvidas em nosso país.

O conhecimento sobre os autores do Brasil e suas obras reforçaria a valorização e o investimento na literatura nacional. Da *Carta de Pero Vaz de Caminha* aos dias atuais, são séculos de história do Brasil e de histórias narradas pela literatura. Infelizmente, por mais que tenhamos o brilhantismo não só de Scliar, mas também de outros grandes nomes, como Machado de Assis, Guimarães Rosa, Luís Fernando Veríssimo, dentre outros, há uma certa tendência nacional de não valorizar a leitura nem a pesquisa dos autores brasileiros.

Esse é um fato, pois é baixo o número de estudantes da Educação Básica que possuem o hábito da leitura e a habilidade da interpretação, ou seja, a maioria dos estudantes do Brasil concluem o Ensino Médio sem ter desenvolvido as habilidades básicas necessárias para a conclusão deste, de acordo com o Relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), publicado em 2019, referente ao ano de 2018¹.

Tal problema educacional apontado, no entanto, não é foco neste estudo. Trata-se apenas de uma pequena mostra para evidenciar a realidade de um país que pouco valoriza seus escritores, e não são raros os que caíram no esquecimento. Além disso, é algo que me incomoda muito enquanto professora de História, na Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais.

¹ PISA. *Relatório Brasil no PISA 2018*: versão preliminar. Brasília-DF: Inep/MEC, 2019 Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoesinternacionais/pisa/documentos/2019/relatorioPISA2018preliminar.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

Torna-se, então, importante destacar ainda mais a obra de Moacyr Scliar, como têm feito vários pesquisadores/as, para que não tenha o mesmo destino. Seria de uma perda enorme, se as obras desse autor ficassem destinadas apenas a uma estante empoeirada de uma biblioteca qualquer. Livros são para serem lidos, suas páginas podem levar luzes para os quartos escuros de uma história que ainda tem muito a ser revelada e repensada.

O Brasil tem sua história marcada por inúmeras tragédias, fatos que foram construídos pela força do ódio e da ganância. A Idade Moderna viu homens que escolheram retroceder à Idade Média, para justificar a perseguição àqueles considerados hereges pela Inquisição, que, segundo Luiz Mott (2010, p. 19), “tinha poderes quase tão ilimitados quanto o próprio Rei, só que as justiças reais enforcavam ou degolavam seus criminosos mais graves, enquanto o Santo Ofício encaminhava-os à fogueira”.

O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição teve suas fogueiras alimentadas, principalmente, por judeus e mulheres acusadas de feitiçaria, considerados inimigos da fé católica. Sem alternativa, os primeiros foram obrigados a receber o batismo forçado, passando a ser denominados de cristãos-novos. De Portugal ao Brasil, não demorou para que homens revestidos de poderes eclesiásticos implementassem nessas terras uma busca desenfreada aos considerados hereges na Colônia portuguesa na América.

Mesmo não havendo o Tribunal da Inquisição no Brasil, a presença dos inquisidores, a partir de 1591, era suficiente para implementar um cenário de medo e perseguição aos suspeitos de cometer heresia, no caso as mulheres acusadas de bruxaria. Conforme Mott, a notícia da chegada à Bahia do representante do Santo Ofício da Inquisição, Heitor Furtado de Mendonça, nessa data, era tão assustadora que rapidamente se disseminou “pelos mais de 40 engenhos espalhados pelo Recôncavo, deixando a população em palpos de aranha” (2010, p. 19). Os cristãos-novos e as degredadas² que habitavam aquele território tinha conhecimento da ação da Inquisição na Europa, muitos vieram fugidos de lá. Então, diante da presença de Heitor Furtado, sabiam que os dias que estavam por vir não seriam fáceis.

Muitas foram as linhas escritas por Moacyr Scliar e, em suas obras, está bastante evidenciada a jornada de judeus e sua cultura. O judeu é um povo incansável na luta pela sobrevivência, principalmente em locais que não lhe são amistosos, e pela preservação da sua cultura. E o próprio Scliar se coloca na condição de contribuir com essa preservação, para que essa cultura resista ao processo de assimilação cultural, na qual o judaísmo sofre um

² Degredadas: mulheres que foram acusadas de bruxaria em Portugal. Presas e julgadas, foram condenadas a cumprir suas penas na Colônia brasileira.

apagamento ao ser misturado com outras culturas, conforme ênfase no capítulo um deste texto dissertativo.

Ao lado dos personagens judeus, o autor cria histórias que evidenciam as dores, crises, angústias e alegrias daqueles que pertencem aos ambientes de suas narrativas. E, por extensão, de outros que não pertencem, mas são incansáveis na busca pelo pertencimento. E são personagens assim que se encontram na obra *A estranha nação de Rafael Mendes*, publicada em 1983, eleita como objeto de estudo para essa pesquisa de Mestrado.

A análise do romance permite uma aproximação dele com o engenho mórbido arquitetado pelo Tribunal do Santo Ofício e uma associação de temas importantes, como: a heresia, a Inquisição, os cristãos-novos e a mulher na formação do Brasil. Na obra, a presença dos judeus no passado brasileiro e da Europa é destacada, bem como as dificuldades de adequação em novos territórios e as perseguições sofridas. Esse livro marca o início da nova fase da produção sciliariana e traz uma lista de personagens provocativos, destemidos, rebeldes, ousados, ambiciosos e resistentes, num cotidiano marcado por desafios e perseguições.

Em suas páginas, é narrada a história de Rafael Mendes e diversas aventuras de seus ancestrais. A narração começa no século XX e vai voltando no tempo até meados do século 8 a.C.. No século XII, em Portugal, é quando se tem a origem do nome Mendes, derivado de Maimônides, o médico, um ilustre antepassado da família: “O nome da família foi mudado: Maimônides, Maimendes, Memendes, Mendes” (SCLIAR, 1983, p. 93).

A trama aborda a questão do judeu em movimento (o judeu diaspórico), a busca pela *Árvore do Ouro*, a fuga de um país a outro onde as adversidades o obrigam a um deslocamento constante, que sempre o afasta da paz e da tranquilidade. Enfrentando desafios no processo, ao mesmo tempo em que deseja preservar sua cultura, o judaísmo, é forçado a se adaptar ao novo ambiente cultural em que está inserido, como realçado no capítulo dois desta dissertação.

“Os Mendes viviam ao norte de Portugal, na montanhosa região de Trancoso. Eram uma família abastada, temente a Deus; não esqueciam Sião, para onde contavam voltar um dia” (SCLIAR, 1983, p. 93-94). O primeiro Rafael Mendes, da lista de Rafeais que se estenderia a gerações, recebe esse nome no século XV. A família, por um lado, homenageava seu ilustre antepassado, o médico Maimônides, pois o nome Rafael, do hebraico, significa médico de Deus, mas, por outro lado, usava sempre o mesmo nome a cada geração como “uma forma de enganar a Inquisição” (SCLIAR, 1983, p. 96). A Inquisição, na obra, se torna uma das causas do deslocamento forçado de Rafael. Por séculos, o Estado e a Igreja Católica, através do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, combateram aqueles que eram contra seus preceitos. Essas instituições se utilizavam do Tribunal para promover e legitimar o regime absolutista, que não

permitia espaço para os contrários à fé católica e os que ousassem questionar o Estado. Sobre esse tema Alexandre Herculano afirma que:

E todavia, esse tribunal, se nalguma parte houvera então existido, não teria sido na essência senão aquela instituição terrível que, ajuntando ao monstruoso da origem e natureza a demência das suas manifestações e a atrocidade das suas fórmulas, surgiu no seio do catolicismo durante o século XIII, e que veio com o nome de Inquisição ou Santo-Ofício, a cobrir de terror, de sangue e de luto quase todos os países da Europa meridional e, ainda, transpondo os mares, a oprimir extensas províncias da América e do Oriente (2009, p. 22).

Tal instituição de origem religiosa cresceu tanto em poder que, mesmo tendo sua gênese na Igreja e utilizada pelo Estado, não era nem Igreja e nem Estado, suas ações chegaram até mesmo a ser independentes da legislação eclesiástica ou romana. Como esclarece Herculano, “[h]á, na verdade, exemplos de condenarem os juízes seculares os hereges ao último suplício, embora nenhuma lei da igreja, nem de direito romano lhes impusesse maior pena do que o confisco dos bens” (2009, p. 22).

A Inquisição se estabelece com requintes de crueldade, agindo em causa própria. Ao contrário da Igreja primitiva, que era mais mansa e branda, limitando-se apenas aos castigos espirituais, ou seja, o de penitências, o III Concílio Geral de Latrão (1179) com suas providências severas contra as heresias já assinalava o que mais tarde aconteceria na Inquisição.

[...] lançando o anátema sobre essas novas e turbulentas seitas e sobre seus autores e protetores, negando, até, a estes a sepultura eclesiástica, o concílio chama às armas os católicos, autoriza os príncipes para privarem de seus bens os culpados e reduzirem-nos à servidão e concede indulgências por dois anos a todos os que combaterem pela religião, mandando negar o sacramento da eucaristia aos que, admoestados pelos bispos para tomarem as armas, recusassem obedecer-lhes (HERCULANO, 2009, p. 26).

Dessa forma foi lançada a semente que germinaria, gerando assim o Tribunal Inquisitorial. Um novo poder surgiu na Igreja, porém independente da mesma.

A máquina inquisitorial perseguia com voracidade os judeus, muçulmanos, cristãos-novos, ciganos, mulheres e negros, principalmente na Península Ibérica a partir do século XV e posteriormente no “Novo Mundo”, o que, para Silvia Federici, se constituiria como “uma ferramenta para a subjugação das populações locais” (2017, p. 294). Essa ferramenta era usada na construção do pânico, do medo, do ódio e na confiscação de bens dos presos pela Inquisição, bens que eram repassados à Igreja e aos delatores. E mais, segundo Maria José Tavares, o Santo Ofício desenvolveu toda uma técnica de psicologia de choque na população, já que “o medo, o

temor, o castigo exemplar, seriam a face de todo este sistema [...] a fim de identificar o marginal e o dissidente” (1987, p. 180).

Em meio a tantas angústias das gerações dos Mendes, a narrativa foi construída destacando outras figuras no contexto inquisitorial, como, por exemplo, as bruxas. Dentre as quais, esse estudo evidencia Maria de Freitas, chamada pelo apelido degradante de *Maria-Arde-lhe-o-Rabo*. Essa mulher representa a presença feminina no Brasil seiscentista, num contexto marcado pela presença de judeus, que se camuflavam, no meio da sociedade, para despistar a máquina inquisitorial.

Era uma conjuntura sócio-histórica carregada de ideologias vindas de uma Europa medieval, as quais colocavam a mulher em condição inferior ao homem, e ainda tinha sobre ela uma sobrecarga imputada por uma ideia que a associava ao Diabo. Desse modo, *A estranha nação de Rafael Mendes* (1983) apresenta personagens bastante populares, que trazem em si aspectos de uma sociedade brasileira em construção, durante o Período Colonial.

A personagem fictícia Maria de Freitas, foco da análise desenvolvida no capítulo três deste texto dissertativo, é uma paródia, uma releitura cômica de “Arde-lhe-o-rabo”, da Bahia, de nome Maria Gonçalves Cajada, mulher que teve existência real e chegou ao Brasil degredada de Portugal. Aportou em Pernambuco e de lá partiu para a Bahia, sendo acusada de bruxaria, com base na documentação inquisitorial que está arquivada na Torre do Tombo em Lisboa, e se encontra digitalizada, podendo ser acessada no *site* dessa instituição³.

As ideias que penetraram no Brasil colonial e que foram responsáveis pela construção de uma sociedade que marginalizava a mulher foram abordadas em *A estranha nação de Rafael Mendes*. É possível observar os lugares que às mulheres eram reservados e como Maria de Freitas os recusava, tentando conquistar seu próprio lugar nessa sociedade marcada pelo preconceito e pela perseguição às mulheres.

Os personagens do romance representam uma realidade que se encontra numa ampla historiografia sobre Inquisição e heresia, e nas mãos de Moacyr Scliar a realidade foi transfigurada através da ficção, possibilitando uma reflexão acerca dos dias de escuridão vividos pelos cristãos-novos e pelas mulheres no Brasil e na Península Ibérica. A pesquisa se centra, portanto, na feiticeira Maria de Freitas e em aspectos notados nos discursos sobre ela, alguns dos quais ela reproduz e reforça em suas práticas cotidianas.

Para a realização desta pesquisa, cuja metodologia é de caráter teórico e bibliográfico, são acionadas obras de estudiosos da história do Brasil colonial e da ação do Tribunal do Santo

³ ANTT/TSO-IL. *Processo nº 10.748, de Maria Gonçalves Cajada*. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2310925>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Ofício da Inquisição, dentre as quais se destacam: *A inquisição* (2007), de Anita Novinsky e *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da História* (2015), de Anita Novinsky et al; *Jerusalém colonial: judeus portugueses no Brasil holandês* (2010), de Ronaldo Vainfas e *A inquisição contra as mulheres: Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII* (2005), de Lina Gorenstein.

Para as questões em torno de bruxaria e perseguição às bruxas no Brasil Colônia são consideradas: *A Feiticeira: 500 anos de transformações na figura da mulher* (1992), de Jules Michelet; *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial* (1986), de Laura de Mello e Souza; *Casa-Grande & Senzala* (1996), de Gilberto Freyre.

Quanto aos pesquisadores de Moacyr Scliar e suas obras / seus textos, foram escolhidos: *Multiculturalismo, entrelugares e hibridismos na obra de Moacyr Scliar* (2020), de Lincoln Amaral; *O olhar enigmático de Moacyr Scliar* (2019), livro organizado por Lyslei Nascimento e Maria Zilda Ferreira Cury, do qual utilizamos alguns artigos; *Entre passos e rastros: presença judaica na literatura brasileira contemporânea* (2003), de Berta Waldman; *O bom fim do Shtetl: Moacyr Scliar* (1990), de Gilda Salem Szklo e “Moacyr Scliar vê o santo ofício: reflexões sobre a crônica “A Inquisição””, de Kênia Maria de Almeida Pereira (2018).

Ademais, a pesquisa tem sido conduzida por meio da leitura de outras obras do escritor e com entrevistas concedidas pelo mesmo, sendo considerados também estudos e teses de pesquisadores da obra scliariana no Brasil e na Europa. Dessa maneira, este trabalho está no encaixe de pistas deixadas por Maria de Freitas, como evidências dos lugares ocupados pela mulher seiscentista no Brasil.

CAPÍTULO I

Moacyr Scliar: o escritor que via além do senso-comum

O conjunto da obra de Scliar é animada por um sopro épico que restitui a vitalidade, toda a combatividade, o ideal messiânico de um universo desaparecido. O conflito moral assume uma feição política: o que fazer para resgatar a pureza, a bondade num mundo em que o indivíduo se distancia de suas aspirações, erra solitário pelos labirintos sem fim da rejeição, da culpa, da discriminação racial, social e econômica, criando como alternativa um segundo mundo cheio de fantasias.

Gilda Salem Szklo

As gratas surpresas que a vida reserva podem chegar a qualquer hora, a qualquer minuto, podem mudar rotas ou traçar um novo caminho. O de repente acontece e uma nova história começa. O professor Kassius Otoni propõe para Uberlândia-MG a criação da Lei 12.019, de 21 de novembro de 2014, segundo a qual foi instituído, no calendário oficial do município, o Dia da Declaração de Independência do Estado de Israel, a ser comemorado, anualmente, em 14 de maio. E, certamente, não imaginou a proporção do seu feito e a quantos impactariam com o seu intento. Inclusive, foi o ponto de partida para trilhar o caminho que me conduziria ao encontro com a obra de Moacyr Scliar.

Ao longo da trilha, algumas pessoas apontam novas direções e sem elas esse trabalho não estaria se concretizando. A Prof.^a Dr.^a Ediluce Batista Silveira, pesquisadora de personagem herege feminina no Brasil colonial, divulgou o Laboratório de Estudos Judaicos (LEJ)⁴ e nesse espaço se abriram as portas para um novo mundo, o de pesquisas bem trabalhadas e sintetizadas em forma de palestras nos encontros mensais. E foi ali, onde autores ligados às temáticas judaicas são profundamente estudados, que o contato com essa temática se tornou estreito, chegando ao ponto de ser apresentada pela Prof.^a Dr.^a Kênia Pereira à obra *A estranha nação de Rafael Mendes*. Cada passo dessa trajetória tem tornado possível o aprimoramento da prática docente na Educação Básica, onde a literatura é usada como instrumento de aproximação do aluno com a temática judaica.

⁴ O LEJ, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), é um grupo de pesquisa sobre a temática judaica “Da Inquisição ao Holocausto” e foi fundado em 2012. O grupo, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Kênia Pereira, realiza palestras mensalmente abordando assuntos pertinentes à temática de estudo.

O professor Kassius, com o objetivo de levar ao conhecimento do maior número possível de estudantes da Educação Básica a presença dos judeus no processo de formação do Brasil, implementou em escolas públicas da cidade de Uberlândia, a partir de 2016, o Projeto “Dia de Honra a Israel”, que teve como tema inaugural a Inquisição no Brasil. Depois disso, temas ligados à presença judaica no território nacional e à relação entre Brasil e Israel passaram a ser trabalhados em projetos escolares, levando, assim, milhares de adolescentes, jovens, adultos e professores a terem, pela primeira vez, o contato com a influência judaica na história e literatura brasileiras.

Foi a partir desse Projeto que nasceu a semente que deu origem a esse presente estudo, em consonância com minha participação no LEJ. Talvez, a metáfora da semente não seria a melhor a ser usada, mas ela é bastante interessante. Quando se fala de semente, se pensa em origem, começo ou recomeço, e é algo que o povo judeu, que migrou durante séculos de um território a outro, conhece muito bem. Na obra *Sementes: estudos tecnológicos*, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, os autores afirmam que a semente contém no seu interior um “embrião que cresce para formar uma nova planta” (NETO et al, 2014, p. 17) e que uma semente, para preservar suas características originais bem definidas, deve ser preservada do contato com sementes de culturas diferentes.

Os judeus, ao longo dos milênios, têm convivido com as várias diásporas. No Pentateuco, os cinco primeiros livros da *Bíblia* – “Gênesis”, “Êxodo”, “Levítico”, “Números” e “Deuteronômio” – trazem em suas linhas episódios sobre o deslocamento geográfico dos judeus. No “Êxodo”, narra-se a saída dos hebreus⁵ do Egito durante o governo de Ramsés II, onde eram escravos, em direção à Canaã e liderados por Moisés⁶, sendo, possivelmente, o episódio mais conhecido das diásporas judaicas:

²Deus falou a Moisés e lhe disse: “Eu sou Iahweh. ³Apareci a Abraão, a Isaac e a Jacó como El Shaddai; mas pelo meu nome, Iahweh, não lhes fui conhecido. ⁴Também estabeleci a minha aliança com eles, para dar-lhes a terra de Canaã, a terra em que residiam como estrangeiros. ⁵E ouvi o gemido dos filhos de Israel, aos quais os egípcios escravizavam, e me lembrei da minha aliança. ⁶Portanto, dirás aos filhos de Israel: Eu sou Iahweh, e vos farei sair de debaixo das cargas do Egito, vos libertarei da sua escravidão e vos resgatarei com mão estendida e com grandes julgamentos. ⁷Tomar-vos-ei por meu povo, e serei o vosso Deus. E vós sabereis que eu sou Iahweh, o vosso Deus, que vos faz sair de sob as cargas do Egito” (BÍBLIA, 2002, Êxodo, 6: 2-7).

⁵ Os judeus também são chamados de hebreus. No livro de “Gênesis”, foi mencionado pela primeira vez o nome hebreu: “Então veio um, que escapara, e o contou a Abrão, o hebreu” (BÍBLIA, 2002, Gênesis 14: 13).

⁶ Os judeus viviam como escravos no Egito. Moisés nasce hebreu naquelas terras, porém é criado pela filha do faraó como príncipe do Egito. Se torna o líder que direciona seu povo de origem a sair daquele sistema opressor, depois de viver quarenta anos com sua esposa e filhos em terras de uma região desértica.

Essa, talvez, seja a mais dura das diásporas, porque, por séculos, os judeus viveram nas terras egípcias e sua cultura, religião e forma de vida foram sendo moldadas pelos costumes e pelas ideologias daquele lugar. Ao saírem daquele território, não estavam deixando apenas o espaço geográfico, mas todo o conceito de vida egípcio impregnado neles. Por décadas, deveriam submeter-se aos ensinamentos de Moisés, pois ele era um legislador e o líder daquele povo, tendo-o libertado da escravidão no Egito e o conduzido a um novo território, no qual habitaria. Foi o responsável pela introdução da Lei Mosaica, que, de acordo com a *Bíblia*, foi dada por Deus a Moisés para fundamentar a estrutura judaica.

E é sobre essa base que o povo judeu deveria viver, obedecendo à lei implantada pelo profeta e, através da obediência, a essência hebreia seria transformada em uma que fosse alinhada aos ensinamentos dele. Há partes da narrativa do texto bíblico, como em “Êxodo” 16, em que são mencionadas algumas das dificuldades dos hebreus em relação às mudanças que estavam passando. A narrativa explica que, após saírem da terra do Egito, “toda a congregação dos filhos de Israel murmurou contra Moisés e contra Arão no deserto” (BÍBLIA, 2002, Êxodo 16: 2). O que confirma as dificuldades desse povo em se submeter às novas práticas ditadas pelo profeta. Ronaldo Vainfas discorre sobre a diáspora judaica, principalmente depois da Idade Moderna:

Os movimentos de população judaica na Europa, América e Ásia durante a Época Moderna têm sido tratados pelos historiadores enquanto uma nova diáspora ou novas diásporas. Diáspora é palavra de origem grega que significa dispersão, deslocamento de populações ou etnias por motivos históricos variados. No caso judaico, a diáspora é chamada *tefutzah* (dispersado) ou *galut* (exílio) (VAINFAS, 2010, p. 26).

Após a segunda destruição do templo em Israel, na cidade de Jerusalém, no ano setenta depois de Cristo, esse povo ficou sem pátria e se dispersou para várias partes do mundo, carregando no seu interior o judaísmo, ou seja, uma semente. E, como toda semente tem a função de conservar e diversificar as espécies, os judeus, com o contato com as mais diversas culturas e povos, sofreram modificações. Aspectos das suas características originais foram modificados, porém, mesmo sofrendo alterações, o “embrião” dentro da semente do povo hebreu resistiu nos milhares de judeus dispersos pelo mundo.

A Península Ibérica, território que abrigou centenas de judeus, foi um desses locais. Nela, mantiveram resistentemente suas origens, embora convivendo com povos de culturas diferentes, como aponta Vainfas: “Na Península Ibérica, região de convivência multissecular entre cristãos, mulçumanos e judeus, e onde havia a população judaica mais numerosa de toda a Europa” (2010, p. 28), havia uma coexistência pacífica e de mútuo respeito entre esses grupos,

que “viveram durante séculos segundo suas próprias leis religiosas, e seus hábitos, totalmente diferentes entre si” (NOVINSKY, 2007, p. 21), mas que será interrompida pelo estabelecimento do Tribunal da Inquisição, que, segundo Herculano (2009, p. 31), tem o ano de 1229 como a verdadeira data do seu estabelecimento.

Os judeus, de certo modo, preservaram sua cultura e religião, e o cerne desse povo não foi totalmente atingido. Essa resistência está relacionada à essência judaica mencionada por Patrícia Lilenbaum: “para muitos judeus que se consideram como tais, a esfera religiosa passa ao largo do seu senso de pertencimento do judaísmo. Ser judeu parece carregar uma essência para além da religião” (2006, p. 6) e, mesmo convivendo, ao longo dos anos, com as duras perseguições e sofrendo penalidades, o povo semita⁷ não abandonou sua essência.

Os traços fortes do judaísmo sobreviveram ao tempo e, no contato com o “outro”, a semente germinou, a planta cresceu e deu seus frutos. Também, a semente que originou o presente trabalho continua a germinar e a semente do judaísmo, que atravessou rios, mares e montanhas, nos entrega seus frutos, como as riquíssimas produções literárias do escritor judeu-brasileiro Moacyr Scliar. Autor que destacou em seus escritos as dores e as angústias de inúmeros seres humanos que, obrigados a deixar suas terras, tiveram de se adaptar ao novo, num território desconhecido, com cultura distinta da sua. Suas obras, regadas de humor, são provocativas, e, na medida em que conflitos sociais são expostos, feridas que haviam criado cascas, mas que ainda estavam cheias de pus, são abertas nas páginas das obras scliarianas. A esse respeito, Consuelo Peruzzo realça que “[e]ntrar no universo scliariano significa percorrer séculos de História, aproximar-se das tradições antigas, mergulhar nos fatos históricos e analisar a repercussão desses nos indivíduos” (2021, p. 12).

Scliar não era imigrante, mas filho deles. Seus pais, José Scliar e Sara Slavutzki, chegaram às terras brasileiras em 1904, vindos da Bessarábia, região da Europa oriental. A família se instalou em Porto Alegre, local onde nasceu Moacyr Jaime Scliar, em 23 de março de 1937. Estudou na Escola de Educação e Cultura, conhecida como Colégio Iídiche. Formou-se em medicina em 1962, dando início a sua carreira de médico sanitário. No mesmo ano, “publica seu primeiro livro: *História de médico em formação*” (AMARAL, 2020, p. 21). Em 1968, publicou a obra *O carnaval dos animais*, aquela que o autor considerava superior às anteriores.

A partir dessas informações sobre Moacyr Scliar verifica-se o quanto da sua própria vida e formação é encontrado em suas obras, o que é ressaltado por Lincoln Amaral: “a obra de

⁷ Semita se refere àqueles pertencentes aos grupos étnicos descendentes de Sem, que era um dos filhos de Noé bíblico, dentre os quais estão os judeus.

Scliar é influenciada pela condição de filho de emigrantes e de judeu, assim como por sua formação profissional como médico” (2020, p. 13). É como se Moacyr Scliar, ao chegar nesse globo, já viesse direcionado a revelar ao mundo, através do seu bom humor e genialidade, aspectos tão próprios de sua vida, etnia e história, pois, pelo simples motivo de ser quem é, um judeu filho de imigrantes no Brasil do século XX, já é conteúdo rico: “sem dúvida, as questões vinculadas à etnia hebraica, sua história, tradição e personalidades estiveram presentes em todos os passos de seu caminho”, conforme expõe Regina Zilberman (2018) sobre o escritor no *site* oficial dele. Diante disso, vale destacar Silviano Santiago quando chama a atenção sobre o fato do quanto do autor é revelado em sua obra: “A experiência pessoal do escritor, relatada ou dramatizada, traz como pano de fundo para a leitura e discussão do livro problemas de ordem filosófica, social e política. Não há dúvida de que, no palco da vida ou da folha de papel, o corpo do autor continua exposto” (SANTIAGO, 2002, p. 36). A análise da obra, muitas vezes, necessita passar pela biografia do seu escritor.

O romancista é um exímio contador de histórias, sendo possível observar em suas obras as interações entre história e ficção. “Scliar reinventa, sob um olhar diferente – o de escritor ficcional –, fatos e personagens históricas, permeando de humor e de ironia certos eventos trágicos”, como atesta Peruzzo (2021, p. 145). Estudar o universo literário scliariano é encontrar partes, recortes, da história e de culturas, seja brasileira ou judaica, que ao serem manuseadas pelas mãos do escritor-artista se revelam numa espécie de completude. Para Célia Maria Borges Machado, os narradores dos romances de Scliar, construídos em grande parte com base na memória e na história do autor, estão mergulhados na tradição, “especialmente como aquele(s) da tradição judaica” (2006, p. 14).

Nesse sentido, Amaral (2020, p. 20) enfatiza o feito do escritor judeu-brasileiro: “Talvez o espelho lhe mostre a imagem de um ser híbrido, cindido entre duas culturas, seduzido por ambas e tendo de fazer escolhas difíceis. Eis que o incipiente artista vai aos poucos se apoderando do singular ‘poder do estranho’, aquele que ‘vê o que os outros não veem’” (grifos do autor). O estranho, que é vulnerável, por habitar um lugar que não lhe é comum, sempre exposto ao olhar e ao julgamento alheios, é também o que possui o “poder do estranho”, o olhar diferenciado sobre aquilo que para o outro é comum; ele observa e vê além, são os *olhos de lince*⁸.

Outro aspecto a ser mencionado é o fato de o escritor constantemente dar voz àquele que foi excluído, ao diferente. E o próprio Scliar menciona o papel da literatura nessa questão,

⁸ “Olhos de lince” é uma expressão, em português, utilizada para descrever alguém que enxerga além do que os outros veem.

destacando que a literatura é o retrato vigoroso da realidade brasileira e que grupos perseguidos, como as minorias étnicas, têm nela uma forma de expressar sua dor (SCLIAR, 2010, p. 16). Nas suas obras, resgata personagens, dentre eles alguns bíblicos, que no cânon sagrado foram secundários e nas mãos de Scliar são parodiados e se tornam protagonistas, como assegura Kênia Maria de Almeida Pereira, ao comentar sobre a obra *Diário de um comedor de lentilhas*, que traz Esaú, o personagem bíblico irmão de Jacó, no papel de destaque: “Moacyr Scliar simpatiza-se com o gêmeo condenado, recriando-o com o sabor da ironia e colocando-o no centro de sua narrativa” (2019, p. 109). Esse apontamento vai ao encontro do que sublinha Berta Waldman: o autor

elabora o novo a partir de um código pré-existente, recurso paródico também presente em *Diário de um Comedor de Lentilhas*, no qual o texto bíblico continua sendo a referência primeira, dessa vez recortando o episódio de Esaú e Jacó, os gêmeos competitivos que passam também pela ficção de Machado de Assis, e de Milton Hatoum (2003, p. 118).

Na sequência, a pesquisadora acrescenta que, entre os irmãos, “a simpatia do autor recai sobre o fraco, sendo a pobreza, o sofrimento físico, a doença e a morte temas de contos bem realizados” (WALDMAN, 2003, p. 119). A paródia, tão comum nas obras de Scliar, tem o caráter de ressignificar o que já existe; nesse caso, a história dos irmãos Esaú e Jacó, dando a ela uma nova visão e gerando diferentes reações naqueles que conhecem a versão original, suscita, principalmente, reflexão sobre o que está sendo parodiado. Como pontua Maria Glória Cusumano Mazzi, no artigo “Intertextualidade e Paródia” (2011, p. 34), “a paródia toma a si mesma por objeto, analisando no seu interior, sua natureza de ficção, sua produção e sua recepção; toda paródia é reflexiva”. No caso de Scliar, trata-se de uma reflexão que traz um certo desassossego, que provoca, caracterizando, dessa forma, a visão irônica da literatura scliariana.

Ainda sobre o uso da paródia, Lealis Conceição Guimarães (2005) chama a atenção para a construção paródica como uma importante função na narrativa do autor em voga:

Não podemos nos esquecer de que a paródia constitui um procedimento artístico extremamente contraditório, pois, à proporção que declara sua semelhança com o texto a que alude, vai mostrando, também, as diferenças. No texto paródico de Scliar, o diálogo intertextual marca as diferenças que crivam situações distorcidas emergentes da sociedade, por meio de questionamentos provocadores do riso e da reflexão (GUIMARÃES, 2005, p. 44).

São novas perspectivas sobre os acontecimentos que Scliar oferece ao leitor, propiciando-lhes um novo sentido e um olhar diferente sobre o mesmo acontecimento, e o faz, como afirma Waldman:

com seu estilo coloquial, a visão crítica da realidade que o caracteriza, e a construção de seus heróis fracassados, insere-se na literatura brasileira que se vem desenvolvendo no Brasil nas últimas décadas, destacando-se como o representante mais fecundo desse encontro particular de culturas nas letras brasileiras contemporâneas (2003, p. 75).

Várias obras de Scliar celebram o encontro entre as culturas judaica e brasileira. E, segundo Waldman, o autor “traz para a sua literatura as marcas dessa dupla identidade” (2003, p. 103). Ele é um judeu-brasileiro, que cresceu no bairro do Bom Fim, na cidade de Porto Alegre, local símbolo da imigração judaica; essa se deu, a partir da década de 1920, com a chegada dos primeiros judeus que ali formaram uma comunidade judaica.

O nome desse bairro aparece no título de um dos livros de Scliar, *A guerra no Bom Fim*, lançado em 1972, e o bairro é cenário da história de Joel. Uma mistura de realidade e ficção compõe o texto literário, que tem no personagem Joel a representação da luta para se adaptar a um lugar que lhe é estranho. Elemento que é comum a outros personagens de Scliar. De fato, o bairro do Bom Fim é o reduto dos judeus imigrantes na cidade de Porto Alegre e Amaral (2020) menciona sobre a importância desse espaço para comunidade judaica:

É como se os costumes praticados na sociedade com traços medievais das pequenas aldeias do leste europeu, onde os ancestrais do autor viviam num mundo à parte, encontrassem sobrevida no Bom Fim, na Porto Alegre das décadas de 1930 e 1940. Ela representa o oásis onde brota a tênue esperança, espaço que se converte em oportunidade de resistir à extinção cultural. De propagar, característica que os povos de origem judaica de forma épica, contra tudo e todos, conseguiram realizar com sucesso por milênios. Mesmo que de fato, agora, pudesse também estar caminhando para os seus estertores (AMARAL, 2020, p. 17).

É ali que Scliar cresce, ouvindo histórias diariamente e convivendo com os imigrantes que povoavam o local, bairro em que surge o ilustre escritor em estudo e que fornece ingredientes importantes que serão encontrados em suas obras, como Gilda Salem Szklo destaca:

Ouvir e contar histórias, como Scliar nos afirma, fez sempre parte do cotidiano de sua biografia como também de suas personagens, da história do seu mundo e da trajetória regionalista de seu Estado. Mas não é apenas o ofício de narrar que o interessa, o caso contado, a coisa extraordinária narrada, mas o que está por detrás – o lado oculto do caso: o precioso patrimônio das tradições de um

passado que se presentifica na sua diversidade, na sua ambiguidade (1990, p. 158).

As histórias de Scliar estão para além de uma simples leitura, são alegorias de um tempo e de alguns povos. Ainda sobre as histórias ouvidas por Scliar, Waldman afirma:

as histórias ouvidas e vividas na infância têm um lugar importante na obra do autor, que relata, em vários de seus livros, a vida de judeus emigrados da Rússia e de outros países da Europa, que vieram ao Brasil trazendo na bagagem o fardo de seus sonhos e, aqui chegados, constataram que a América não frutifica milagres, nem mesmo esperanças comunitárias de redenção. Dedicam-se, então, ao comércio, organizam-se em guetos, como o do Bom Fim em Porto Alegre, e vão, de geração a geração, diluindo suas ilusões na mediocridade característica da classe média brasileira que passam a integrar (2012, p. 3).

Essa dupla identidade, de judeu e brasileiro, é bastante evidenciada em *A estranha nação de Rafael Mendes* (1983). No livro, há “uma preocupação que atravessa toda a obra de seu autor: a tradição judaica não propriamente do ponto de vista religioso, mas sob o aspecto cultural” (SKLO, 1990, p. 158). O autor utiliza de elementos típicos do judaísmo para compor narrativas literárias que ressaltam traços judaicos na formação da sociedade brasileira, e a representação de cristãos-novos da história oficial do país integra o grupo de personagens da obra ao lado dos personagens criados por Scliar. Nas páginas do livro, Bento Teixeira, o poeta cristão-novo luso-brasileiro, é amigo de Rafael Mendes:

fixaram residência em Olinda. Naquela cidade, Rafael tornou-se amigo de Bento Teixeira. Cristão-novo, Bento julgava imprescindível para a nação hebraica o conhecimento do latim e da aritmética, matérias que, como professor, lecionava: – Com o latim, amigo Rafael – explicava – os cristãos dominaram o mundo [...]. Transformaram a língua de seus antigos algozes na arma da vitória (SCLAR, 1983, p. 114).

Esse pode ser considerado como mais um exemplo da característica desse escritor mencionada por Waldman: o “cruzamento de culturas que caracteriza a ficção de Scliar” (2003, p. 72). Assim, estaria o autor trabalhando na preservação da cultura judaica, diante de tantas tentativas seculares de dar cabo ao judaísmo e suas obras trazem em si a resistência que preserva essa cultura milenar.

No mesmo livro, ele faz uma miscelânea de episódios da *Bíblia* e da história associados a personagens fictícios e míticos, como é o caso do filho do rei Salomão e da rainha de Sabá, que nasceu na África, porém era parte da nação⁹:

⁹ “Ser parte da nação” significava que a pessoa fazia parte da nação judaica.

Sou descendente de Menelik, filho do rei Salomão e da rainha de Sabá. Meu ilustre antepassado, negro, nascido na África, viveu na corte de Salomão desde os treze anos – época em que se tornou bar mitzvah, iniciado na religião judaica – até os vinte e cinco, quando então o pai mandou-o de volta. De Salomão, Menelik, havia ganho de presente uma cópia das Tábuas da Lei, que conseguiu, mediante astucioso estratagema, trocar pelas verdadeiras Tábuas da Lei (SCLIAR, 1983, p. 136).

Brilhantemente, vão sendo costuradas as vidas dos personagens fictícios com as dos personagens históricos e bíblicos, revelando aspectos da condição judaica ao longo da história de formação do Brasil. Waldman explica que a ligação entre a cultura judaica e a brasileira, na obra de Scliar, utiliza “de certas matrizes formais da cultura judaica (a parábola, a intertextualidade com a *Bíblia* e a Cabala), retomadas as três em outra chave” (2003, p. 104). Através dessas matrizes, vai gerando, criando e recriando, por meio de suas narrativas, aspectos de uma sociedade que recebe o estrangeiro, mas não o acolhe. Pelo contrário, muitas vezes, o trata como invasor que precisa ser expurgado.

Essas matrizes também estão presentes em *A estranha nação de Rafael Mendes*. Ao longo da obra, é possível viajar pela trajetória milenar dos Mendes e compreender suas idas e vindas nas muitas migrações, e, para expor o significado dessas para o povo judeu, o autor lança mão da intertextualidade bíblica. Sobre essa literatura, Scliar afirmou, em entrevista à *Revista Palavra*, que é um “leitor constante (um leitor literário, não religioso)” da *Bíblia* (SCLIAR, 2010, p. 16).

Em *A Estranha Nação*¹⁰, a história do profeta bíblico hebreu Jonas¹¹ é usada para reproduzir o sentido das angústias e dificuldades vivenciadas pelos membros da nação, que eram forçados a se deslocar de um território a outro, experimentando o amargo sabor de uma vida instável, que poderia mudar a qualquer momento:

E, como Jonas, os Mendes se caracterizam pela perplexidade: o que está acontecendo? O que aconteceu? O que vai acontecer? Como outros, procuraram a Árvore do Ouro, mas sem muita convicção; na verdade, à riqueza teriam preferido a paz de espírito, a tranquilidade. O que alcançaram. Ao longo dos tempos, fugiram de país em país, de região em região, atravessaram mares, galgaram montanhas, vivendo estranhas aventuras, recebendo inquietantes chamados (SCLIAR, 1983, p. 67).

E em uma dessas travessias marítimas Rafael Mendes foi conduzido pelas águas do Atlântico às praias brasileiras. A partir de então, percebe-se como Scliar chamou atenção para

¹⁰ Abreviação usada para o título da obra em análise.

¹¹ A história de Jonas se encontra no “Antigo Testamento”. Foi um profeta hebreu que viveu nos tempos do reinado do rei Jeroboão II. A narração bíblica conta que Jonas desobedeceu a Deus e embarcou para Târsis, destino diferente daquele que Deus o havia enviado, pois deveria ir a Nínive. A sua desobediência lhe custou grandes adversidades, até que resolveu ir ao destino instruído por Deus (BÍBLIA, Jonas, 2002).

a formação da identidade brasileira, com a presença étnica judaica durante a formação da sociedade desse país. E Scliar, ao combinar ficção e história, evidencia o que poderia ter sido ou ainda é uma verdade que esqueceu de acontecer; ele

embala uma história em que os que de fato viveram e os que poderiam ter vivido se enlaçam, ligando-se na transitoriedade das coisas do tempo, sem privilegiar, contudo, o tom melancólico, que é acompanhado da contraparte humorística, bem ao estilo de Scliar, que não resiste a uma boa piada (WALDMAN, 2003, p. 110).

Ingredientes como esses – imaginação, humor, ironia e história – compõem a receita das tramas sedutoras de Scliar. Essa questão do humor, em especial, é o que tempera suas obras, e, na primeira página da *A Majestade do Xingu* (2001a), o humor do autor dá o tom na cena inicial do texto, que tem como contexto histórico a Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985). É mais um elemento histórico dentro da sua produção fictícia:

Aconteceu. De repente o Noel abriu os olhos. Abriu os olhos e olhou os militares. Os dois que estavam a oeste da cama, os dois que estavam a leste, o que estava ao sul – a norte não havia general algum, faltava general para o norte, e mesmo que houvesse de nada adiantaria, ao norte a cama estava encostada na parede, nenhum espaço sobraria para um general, por magro que fosse; olhou todos, um por um, com aquele olhar debochado dele. Um dos generais perguntou como ele estava. E o Noel, que, mesmo morrendo, continuava o gozador de sempre, respondeu: estou como o Brasil, na merda e cercado de generais (SCLIAR, 2001a, p. 8).

Nesse texto literário, ele também chama a atenção para o personagem-narrador, que se torna amigo do personagem histórico Noel Nutels, o protagonista, importante médico que se dedicou ao trabalho com os índios brasileiros. Nasceu na cidade russa de Ananiev, atual Ucrânia, porém, ainda criança, migrou com sua mãe para o Brasil, onde seu pai já havia fixado residência. O autor constrói uma narrativa promovendo essa estreita relação entre a realidade e a ficção, explorando a realidade e associando-a a elementos fictícios, ao mesmo tempo em que destaca questões intrínsecas à natureza humana.

Ao extrair da história os elementos necessários para compor suas obras e associá-los às questões humanas, sociais e judaicas, através de uma narrativa ficcional, Scliar proporciona ao leitor um encontro com aspectos relativos à história que até então, pouco ou quase nada, haviam sido revelados. Sem o compromisso com a verdade, o que é possível por meio da arte, homens reais (os que têm seus nomes registrados civilmente) e homens inventados, quando juntos nas mãos do criador da ficção, vivem algumas “verdades” que poderiam ter acontecido no universo da verossimilhança. Nesse sentido, Jacques Rancière esclarece que:

o poeta imita pessoas, coisas e eventos como os que se encontram na História e na natureza. Não os mesmos: a história narra sucessos ocorridos, já singularizados em sua ocorrência, enquanto o poeta os narra verossímeis e possíveis, nunca esgotados em sua possibilidade de serem (2009, p. 8).

Enquanto escritor, Scliar ficcionalizava a realidade para ela ser notada e repensada. Seus textos literários, ao ganharem corpo, ou seja, ao se tornarem reais, possuem efeitos reais, o que é diferente de ser uma simples reprodução da realidade. Sua *expertise* foi confirmada ao longo de sua trajetória: membro da Academia Brasileira de Letras, em 2003, passou a ocupar a cadeira de nº 31, com uma longa lista de trabalhos publicados, tanto em livros como em jornais. Conforme realça Zilá Bernd,

[a] trajetória desse gaúcho (1937-2011), considerado um dos dez escritores mais lidos do Brasil, ao lado de Machado de Assis, Clarice Lispector, Guimarães Rosa, Chico Buarque, Graciliano Ramos, Milton Hatoum, Carlos Drummond de Andrade, Rubem Fonseca e Oswald e Mario de Andrade, mostrará em que medida ele desfez esse pretense antagonismo entre escrita ficcional (livro) x escrita jornalística (jornal). Ao longo de uma existência de intensa atividade intelectual, em que publicou cerca de 80 livros, ele tratou de desfazer as ideias preconcebidas contidas na citação. Sua extensa produção ficcional e jornalística é exemplo incontestado de que uma enriqueceu a outra, dando origem a uma rica tessitura na qual se percebe as marcas de ambas as práticas de escritura (2019, p. 259).

E mais rica ficou a nossa literatura, após as obras de Scliar serem publicadas, pois o escritor contribuiu indelevelmente com o acervo nacional da literatura brasileira contemporânea.

Os personagens criados pelo autor, além de muitos deles estarem ligados às suas origens judaicas, apresentam traços psicológicos, denunciam questões sociais e conflitos familiares, como reflexo da política e da sociedade na qual estão inseridos. A exemplo da personagem Sarita, em *A Majestade do Xingu*:

Dos comunas que eu conhecia, a mais crente era minha vizinha, Sarita, que fazia parte de uma célula do Partido Comunista no Bom Retiro. Ruiva, sardenta, feinha, a coitada, procurava-me seguido, pedindo dinheiro para campanhas e aproveitando a oportunidade para me doutrinar: largue essa vida de merda, largue essa loja, junte-se a nós, nós somos o futuro. Dizia isso com um fervor genuíno, que me comovia. Conversávamos longamente; pouco mais moça do que eu, era também filha de imigrantes russos. O pai, Moisés, enriquecera rapidamente – era dono de uma joalheria no centro de São Paulo –, mas a filha não queria nada com ele: tratava-se de um representante do capitalismo, um regime condenado à destruição. Mas o seu pai, eu perguntava, também ele está condenado? Sarita não tinha dúvida quanto a isso: para um homem que comerciava com ouro e pedras preciosas, ou mesmo semipreciosas, não haveria lugar numa sociedade socialista. Eu já o adverti várias vezes, suspirava, mas no fundo é um safado como todos os burgueses. O desgosto que lhe causava o pai só tinha paralelo na admiração que votava

por Stalin: que homem, aquele, dizia, os olhos brilhando, ele é um grande líder e um grande ser humano, é o modelo para todos nós. Retratos de Stalin estavam pendurados em seu quarto: era um perigo, aquilo, a polícia caçava os comunistas, mas o pai de Sarita não ousava contrariar a filha temperamental (SCLIAR, 2001a, p. 59).

A narração é ambientada na época da Ditadura Militar no Brasil, período violento e de intensa disputa entre extrema esquerda e extrema direita. Com os militares no poder, a caça aos comunistas era sistemática. Centenas de pessoas desapareceram, outras foram torturadas e mortas. A população vivia sob a cortina do medo.

O personagem Rafael Mendes, de *A Estranha Nação*, desconhecia sua ascendência judaica, que lhe foi revelada no decorrer da narrativa. É parte dos personagens judeus que subsistiam às crises identitárias, em territórios distintos, e algumas vezes, para sobreviver, sua verdadeira identidade deveria ser negada. Esses judeus se recusavam a falar, mesmo sob tortura, como é o caso do Rafael Mendes, preso pelo Tribunal da Inquisição:

Os inquisidores estão particularmente interessados em Rafael. Sabem da ligação de seu pai com Colombo; querem ir fundo. Querem os nomes dos judeus que financiaram o genovês. Querem saber do ouro e das joias. E querem também os alquimistas, os cabalistas, os inventores que projetam diabólicas máquinas capazes de fiar, de tecer, de imprimir livros. Querem saber que veículos são estes que podem se deslocar, como peixes e aço, sob os mares. O astuto inquisidor-mor tenta persuadi-lo a revelar por bem o que sabe; promete-lhe a absolvição e inclusive comissão sobre os bens apreendidos. Rafael mantendo-se em obstinado silêncio, o interrogatório termina, logicamente, com uma sessão de tortura (SCLIAR, 1983, p. 104).

Essa característica em judeus que sofreram perseguições e esconderam sua verdadeira identidade também aparece em outros personagens de obras literárias que tratam de enredos análogos a esse. No livro *O último judeu: Uma história de terror na Inquisição* (2000), de Noah Gordon, o autor centra na trajetória de um personagem que fugia do terror na Inquisição e a história é ambientada na Espanha, quando o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, ao lado da monarquia católica, queimou milhares de judeus nas “fogueiras santas”. Yonah, o protagonista da narrativa, após ter sua família morta pelos perseguidores de judeus, vaga por diversos territórios na Espanha, passando os anos da sua juventude fugindo dos cruéis inquisidores e negando suas origens judaicas.

Alguns conhecidos de Montesa também foram presos, homens profundamente envolvidos na vida cristã, pais e irmãos de monges, gente cujos ancestrais já eram convertidos. Entre eles havia pessoas que ocupavam altos postos no governo e no comércio, várias delas condecoradas. Um por um foram declarados judío mamas, isto é, “essencialmente judeus”. Terríveis torturas engendraram confissões de um complô. Em dezembro de 1485, mais dois

convertidos foram queimados no poste e, a partir de fevereiro de 1486, encenaram-se mensalmente autos-de-fé em Saragoça (GORDON, 2000, p. 218, grifo do autor).

Esse processo da negação identitária está intimamente ligado à questão do judeu, seja o imigrante brasileiro, que foi perseguido pela Inquisição, ou ainda aqueles que chegaram ao país nas primeiras décadas do século XX, constituindo a força de trabalho no lugar dos povos escravizados, libertos em 1888. Já chegaram marcados pelo sistema exploratório da aristocracia brasileira, que buscava mão de obra barata, e vivenciaram um duro processo de preconceito, rejeição e marginalização, principalmente no governo Vargas. Como detalha Waldman,

[d]esde os princípios do século XX, as autoridades federais brasileiras mantinham-se como controladoras dos surtos migratórios e de povoamento com o objetivo de evitar conflitos verticais. Interessava-lhes manter no campo e na cidade homens disciplinados, trabalhadores incorporados de forma orgânica ao sistema de produção. O trabalho tornou a medida de avaliação social e racial, tendo sido esse critério readaptado no governo autoritário de Getúlio Vargas, nos anos 1930 e 1940. Levantados os “mais produtivos” e a “raça forte”, médicos eugenistas e higienistas passam a identificar grupos parasitários, usando de um saber técnico para detectar os focos de disfunção social e racial, tentando dominar os movimentos aleatórios, punir as revoltas e alijar os “males” que atormentam o corpo social.

Ao mesmo tempo que rebaixava a figura do negro, do judeu e do japonês, o europeu ariano e católico despontava como opção de mão de obra produtiva. Racismo e nacionalismo sustentaram o discurso da execução que caracterizou o Estado Novo, discurso que vinha sendo gestado a partir do final do século XIX, quando vários decretos-leis e comissões foram acionados com vistas a conferir legitimidade ao projeto que transformou a imigração em problema político (2003, p. XVI-XVII, grifos da autora).

Os anos passaram e judeus imigrantes, tão abordados por Scliar com as angústias vivenciadas pela dura ambientação nas terras brasileiras, saíram de cena e vieram seus netos e bisnetos. E, a cada geração, o distanciamento dos anos iniciais marca um novo tempo para os descendentes de imigrantes.

A Estranha Nação aponta para um traço da presença hebreia na formação da cultura nacional. Para a tratativa em questão, segundo Leopoldo Osório Carvalho de Oliveira (2006), Scliar recorre a um mecanismo de aproximação da identidade do brasileiro comum e do judeu imigrante:

Se a tendência era a de o indivíduo se tornar cada vez mais “brasileiro” e menos “judeu”, talvez a solução literária encontrada por Scliar em *A Estranha Nação* tenha sido a de examinar ficcionalmente o que haveria de judaico na formação étnica e cultural do brasileiro, resgatando por uma via oblíqua a desvanecente identidade judia com a formação de um caso de “coincidências de identidades”, e não de assimilação e desaparecimento. Como a cultura e a identidade ashkenazitas em nosso país não têm maiores e visíveis influências

na “cultura nacional”, o caminho encontrado foi o de, à moda da ideologia romântica, um retorno às raízes, elegendo para tal o gancho da “presença fundadora” do cristão-novo entre nós (OLIVEIRA, 2006, p. 105, grifos do autor).

Desse modo, o romance de Scliar, esse exímio observador, é marcado por uma realidade histórica que se propõe vir à luz através da trajetória de seus personagens, no correr dos séculos, uma “realidade” que a todo momento é modificada e revelada por meio da fantasia, do humor, em suma, da arte, que pode ser interpretada no caso como a tentativa de elucidar páginas escuras da história nacional. O autor convida o leitor a participar de um jogo, o do “fazer de conta”. Porém, nesse caso, como aponta Anatol Rosenfeld (2009, p. 16), o texto ficcional revela sua intenção e isso é percebido pelo “esforço de particularizar, concretizar e individualizar os contextos objectuais, mediante a preparação de aspectos esquematizados e uma multiplicidade de pormenores circunstanciais, que visam a dar aparência real à situação imaginária”.

No que aparenta o real é onde é revelada a intenção ficcional, “[g]raças ao vigor dos detalhes, à ‘veracidade’ de dados insignificantes, à coerência interna, à lógica das motivações, à causalidade dos eventos etc.” (ROSENFELD, 2009, p. 16, grifo do autor). A verdade é que, na obra ficcional, mesmo aquilo que aconteceu de fato ou algum personagem que existiu na realidade, dentro deste contexto literário, tudo é ficção. Para Rosenfeld (2009), a diferença da literatura ficcional para os outros tipos é que a primeira é desenvolvida com um perfil mimético a partir de uma realidade existente.

Amaral destaca algo parecido no que tange à obra de Scliar, afirmando que está mesclada de componentes fantásticos e que ele se utiliza do irreal para realizar uma crítica social: “Os aspectos insólitos e sobrenaturais, que se revezam em suas narrativas com a escrita de estilo realista, são ferramentas de distorção da realidade que atuam como fortes elementos de crítica social” (AMARAL, 2020, p. 125). Assim, ao mesmo tempo em que o escritor coloca uma lente de grande alcance na realidade, ele a distorce; e o que por vezes produz uma imagem deformada, se observado atentamente, possibilita distinguir a imagem simples do que foi retratado. Dessa forma, com a função de lançar um novo olhar sobre o real, através da ficção, *A Estranha Nação* reapresenta aspectos de um mundo real e o leitor é guiado pela fantasia a percorrer os caminhos que tantos homens e mulheres que passaram ao longo das Eras, ou poderiam passar.

Moacyr Scliar faleceu em 2011, aos setenta e três anos, vítima de um Acidente Vascular Cerebral (AVC), e deixou uma obra extensa, polêmica e fascinante, que aguarda por leituras e mais pesquisas no mundo acadêmico. Alguns de seus romances, além de terem ganhado o Prêmio Jabuti (1993, 2000, 2009), já entraram para a lista dos mais vendidos no Brasil, como:

Sonhos Tropicais (1992), *A mulher que escreveu a Bíblia* (1999), *Manual da paixão solitária* (2008). Segundo o *site* oficial do autor¹², há dezenas de teses de Doutorado e dissertações de Mestrado que elegeram Scliar e seus textos ficcionais como objeto de estudo, bem como centenas de artigos que enfocam este autor e seus livros.

No conjunto da fortuna crítica do escritor, no que se refere ao livro *A estranha nação de Rafael Mendes*, encontram-se estudos sobre essa obra, sejam integrais ou parciais. E, tanto no *site* dele quanto em uma varredura realizada no *Google Acadêmico*¹³, foram localizadas cinco teses de Doutorado que a englobam: *A ironia na recriação paródica em novelas de Moacyr Scliar* (2005), de Lealis Conceição Guimarães, pela UNESP (Universidade Estadual Paulista); *A Estranha Nação de Moacyr Scliar: a ficcionalização de lugares, identidades e imaginários judaicos e brasileiros* (2006), de Leopoldo Osório Carvalho de Oliveira, pela UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); *Aspectos do pós-modernismo e do realismo mágico em Moacyr Scliar* (2007), de Rozângela Alves Vilasbôas, pela UNESP; *Alteridade e (re)construção identitária em quatro romances de Moacyr Scliar: O centauro no jardim; Na noite do ventre, o diamante; Os Deuses de Raquel e A estranha nação de Rafael Mendes* (2014), de Patrícia Conceição Borges Franca Fialho Cerqueira, pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e *A identidade do imigrante judeu nos romances de Moacyr Scliar* (2021), de Consuelo Peruzzo, pela FLUL (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

Cinco dissertações de Mestrado que têm o nome da obra em seus títulos: *História e ficção: A Estranha nação de Rafael Mendes e A jangada de pedra* (1991), de Maria Tereza Selistre, pela PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul); *Aspectos da metaficção historiográfica na obra A estranha nação de Rafael Mendes de Moacyr Scliar* (2001), de Rozângela Alves Vilasbôas, pela UNESP; *História e Cultura: Interpretações figurais em A Estranha Nação de Rafael Mendes* (2002), de Gisele Jacques Holzschuh, pela UFSM (Universidade Federal de Santa Maria); *Genealogia literária: uma monstrosidade em A estranha nação de Rafael Mendes*, de Moacyr Scliar (2011), de Glauber Pereira Quintão, pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e *Escritas de um mundo perdido: O Discurso oficial e a Ficção em A estranha nação de Rafael Mendes*, de Moacyr Scliar (2016), de Ludwig Ferreira Araújo, pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Assim como sete artigos, publicados em Revistas ou Anais de Eventos, intitulados: “Ironia e genealogia em *A estranha nação de Rafael Mendes*, de Moacyr Scliar” (2009a) e “O grande peixe: monstrosidade e punição no *Livro de Jonas* e em *A estranha nação de Rafael*

¹² Disponível em: <http://www.moacyrscliar.com/#>. Acesso em: 07 ago. 2022.

¹³ Disponível em: <https://scholar.google.com>. Acesso em: 07 ago. 2022.

Mendes” (2009b), ambos de Glauber Pereira Quintão, pela Revista *Arquivo Maaravi*; “Caminos sefardíes en la literatura de Moacyr Scliar en el ejemplo de la novela *A estranha nação de Rafael Mendes*” (2018), de Corina Deppner, também pela *Arquivo Maaravi*; “*A estranha nação de Rafael Mendes*: ficção, história e reinvenção identitária da história” (2010), de Leopoldo Osório Carvalho de Oliveira, pela *Todas as Musas*; “História, literatura e memória do espaço urbano na ficção de Moacyr Scliar” (1998), de Charles Monteiro, pela *Estudos Ibero-Americanos*; “A ficção de Moacyr Scliar entre o passado e o futuro” (2016), de Lincoln Amaral, pela ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada) e “Moacyr Scliar vê o santo ofício: reflexões sobre a crônica “A Inquisição”” (2018), de Kênia Maria de Almeida Pereira, também pela ABRALIC.

Vale ressaltar que Lealis Conceição Guimarães (2005), na sua tese de Doutorado, após fazer um levantamento da fortuna crítica sobre os escritos de Moacyr Scliar, afirma que, “[d]entre as dezoito dissertações de Mestrado e as sete teses de Doutorado, detectamos que a maior parte é sobre o romance histórico *A estranha nação de Rafael Mendes*” (2005, p. 23). No entanto, com as buscas efetuadas, foi constatado que nenhuma dessas pesquisas apresentam como objetivo principal um estudo mais detalhado da personagem Maria de Freitas, vulgo *Maria-Arde-lhe-o-Rabo*, que é o foco desta dissertação de Mestrado. Assim, passa-se ao segundo capítulo, espaço em que será feita uma análise mais detalhada do romance.

CAPÍTULO II

A história ficcionalizada de Moacyr Scliar: um olhar sobre a *A estranha nação de Rafael Mendes*

Escrever também é agrupar palavras. Reunir personagens numa profusão de narrativas.

Kênia Maria de Almeida Pereira

Profusão de narrativas é o que se encontra em *A estranha nação de Rafael Mendes*, publicada pela Editora Círculo do Livro em 1983, pois a obra leva o leitor a percorrer a história da humanidade ao longo de algumas Eras. Essa “nau” de Moacyr Scliar parte da Antiguidade, passando pelas Idades Média e Moderna, até aportar na contemporaneidade, no Brasil, onde na verdade é seu ponto de partida. São praticamente quatro mil anos de história, em nove capítulos e duzentos e cinquenta e cinco páginas. É um romance histórico, de fôlego, enciclopédico, que captura o leitor desde as primeiras páginas, com as fascinantes aventuras e desventuras de seus inúmeros personagens. A narração das histórias presentes na obra acontece em tempos e lugares distintos.

Scliar, valendo-se do recurso do livro dentro do livro, abrange o longo percurso espaço-temporal dos antepassados de Rafael Mendes. A narrativa se desdobra em um deslocamento temporal anacrônico: passado/presente, passando por várias gerações de Rafaéis Mendes, utilizando para tanto a analepse externa. Durante esse percurso os personagens testemunham acontecimentos históricos importantes, porém nunca como protagonistas, mas, apenas como meros espectadores, representando, assim, o silenciamento e ocultamento de tais indivíduos pela historiografia oficial (CERQUEIRA, 2014, p. 63).

É um romance com abordagem histórica, sua narrativa é fictícia, no entanto utiliza fatos e personagens históricos na construção da estrutura do enredo. Segundo Carlos Reis, no *Dicionário dos estudos narrativos*, no romance histórico¹⁴

personalidades, eventos e espaços que conhecemos como históricos (D. Afonso Henriques, o convento de Mafra ou a batalha de Waterloo) convivem com personagens, eventos e espaços ficcionais. A possibilidade de reconhecermos essas entidades para a ficção decorre do fato de elas manterem certas propriedades, por vezes até acessórias, mas culturalmente adquiridas

¹⁴ De acordo com Gyorgy Lukács, o “romance histórico surgiu no início do século XIX, por volta da época da queda de Napoleão (*Waverley*, de Walter Scott, foi publicado em 1814). É óbvio que, já nos séculos XVII e XVIII, havia romances de temática histórica, e quem desejar pode até considerar as adaptações de histórias e mitos antigos na Idade Média ‘precursoras’ do romance histórico e ir além, retrocedendo à China e à Índia. Mas por essa via não se encontrará nada que possa de algum modo iluminar, em sua essência, o fenômeno do romance histórico” (2011, p. 39, grifo do autor).

pelo leitor; o que permite um efeito de “verdade” histórica, tornando viável o reconhecimento (2018, p. 460, grifo do autor).

Nessa narrativa ficcional certas características do personagem histórico são preservadas, até mesmo para que possam levar o leitor a identificar a referência pretendida por aquele que escreveu. Isso está relacionado ao sentido que o autor pretende dar ao romance, longe de ter a pretensão de dar algum tipo de legalidade ao texto, mas de corroborar a sua intenção. O leitor pode ser aproximado propositalmente do sentido ideológico desse tipo de romance através dos fatos históricos.

Tal evidência se confirma no surgimento do romance histórico no Brasil, pois se dá no pós-independência do país em 1822, quando o objetivo era fortalecer o sentimento nacional. A obra *Iracema* (1865), de José de Alencar, é um exemplo desse projeto que envolvia a solidificação de uma cultura dita nacional. No século XX, os romances históricos não possuem mais essa roupagem ufanista, passam por uma transformação, a história entra na literatura para ser interpretada ou até mesmo questionada. Partindo dessa realidade é possível concordar com Lukács:

No romance histórico, portanto, não se trata do relatar contínuo dos grandes acontecimentos históricos, mas do despertar ficcional dos homens que os protagonizaram. Trata-se de figurar de modo vivo as motivações sociais e humanas a partir das quais os homens pensaram, sentiram e agiram de maneira precisa, retratando como isso ocorreu na realidade histórica. E é uma lei da figuração ficcional – lei que em um primeiro momento parece paradoxal, mas depois se mostra bastante óbvia – que, para evidenciar as motivações sociais e humanas da ação, os acontecimentos mais corriqueiros e superficiais, as mais miúdas relações, mesmo observadas superficialmente, são mais apropriadas que os grandes dramas monumentais da história mundial (2011, p. 72).

É nos movimentos dos personagens históricos de onde o romancista extrai as informações que busca captar, para evidenciá-las na ficção, construindo assim um enredo que vá ao encontro do seu propósito. O que é plausível, devido ao fato de a ficção não estar engessada, como a história e suas convenções.

A partir dessa breve exposição sobre o romance histórico, é exequível encontrar na obra *A estranha nação de Rafael Mendes* a maneira como Scliar relaciona ficção e história, para construir um enredo que atenda aos seus propósitos, de acordo com o que escreve na página final do livro:

A temática judaica e a visão histórica do Brasil se conjugam em *A estranha nação de Rafael Mendes*. Meu ponto de partida para este livro foi a história de nosso país, no que se refere aos cristãos-novos, judeus convertidos à força

pela Inquisição. Lendo sobre o assunto, descobri que este grupo humano, pouco mencionado nos textos oficiais, exerceu muita influência na formação da nação brasileira. Pelo fato de serem perseguidos, quando não exterminados fisicamente – como foi o caso do grande dramaturgo Antônio José, o Judeu, queimado na fogueira pela Inquisição – criaram um clima verdadeiramente conspiratório envolvendo a luta pelo poder e pela riqueza (SCLIAR, 1983, p. 255).

O livro em estudo, de certa forma, é um memorial para o judeu, na medida em que vem repleto de retratos judaicos. Resgata memórias ligadas a determinados períodos históricos dessa etnia que, como afirma o autor na citação anterior, é pouco mencionada nos textos oficiais. Ele se propõe a evidenciar os traços do judeu na formação do Brasil, ao longo dos séculos. Através de sua obra, raízes judaicas são destacadas enquanto a cultura e parte da história de judeus é difundida, sem negligenciar o aprofundamento da relação entre Brasil e Israel.

Scliar caminha pela história do país ficcionalizando-a e apresentando uma narração inusitada, uma visão diferente de alguns fatos, apontando para lugares e momentos da história que pouco foram visitados, seja pela historiografia ou mesmo pela literatura. Oferece protagonismo para personagens que, na história, estavam às margens da sociedade, mostrando aspectos da gente miúda de um Brasil em construção. “Para isso, o autor, que não tem compromisso com a ‘verdade histórica’, desconstrói os discursos emoldurados da historiografia, recontando os ‘fatos’ por meio da ironia e da reinvenção”, consoante Patrícia Cerqueira (2014, p. 123, grifos da autora).

Peruzzo (2021), em sua análise sobre a escrita de Scliar, sublinha esse traço do escritor, de percorrer os séculos para revelar a história do povo judeu:

A habilidade scliariana em viajar ao longo dos séculos, apresentando a história da comunidade judaica, permite-nos acompanhar as vicissitudes deste povo, que projeta suas expectativas e esperanças na busca de um lugar melhor que lhe permita um enraizamento, talvez momentâneo, e também o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento a uma terra, não desmitificando, contudo, a ligação com a própria origem (PERUZZO, 2021, p. 136).

As narrativas do escritor abordam essa habilidade dos judeus que, nas diásporas vividas, se adaptam, em distintos tempos históricos, às terras que fazem de sua morada. Em *A Estranha Nação* não poderia ser diferente e, nesse caso, o autor se vale de fatos da história oficial para construir a trama, que trata dessa questão do judeu em movimento pelos mais diversos territórios em busca de melhores condições de vida.

A produção literária em foco, *A Estranha Nação*, ainda é citada por estudiosos de teoria literária, a exemplo de Carlos Alexandre Baumgarten (2000), como uma das obras que marcam

o processo de transformação, citado anteriormente, do romance histórico brasileiro na segunda metade do século XX:

No caso brasileiro, podemos afirmar que, após os anos 70, assistimos ao aparecimento de um grande número de romances voltado para a recuperação e a escrita da história nacional, que é revisitada em seus diferentes momentos. A leitura do conjunto dessa produção revela, pelo menos, a existência de dois caminhos que, preferencialmente, têm sido observados pelos autores: de um lado, situam-se as narrativas que focalizam acontecimentos integrantes da história oficial e, por vezes, definidores da própria constituição física das fronteiras brasileiras de outro, aquelas que promovem a revisão do percurso desenvolvido pela história literária nacional. No primeiro grupo, encontram-se obras como *A prole do corvo* (1978), de Luiz Antônio de Assis Brasil, *A estranha nação de Rafael Mendes* (1983), de Moacyr Scliar, [...] (BAUMGARTEN, 2000, p. 170).

Como o foco de estudo está em *A Estranha Nação*, percebe-se que a obra traz elementos que caracterizam esse novo romance histórico: a ironia, o questionamento da história oficial, a presença de personagens históricos, a intertextualidade, a superposição de tempos históricos diversos, a carnavalização e a paródia. Tais características são algumas das apresentadas por Gilmei Francisco Fleck e Adenilson de Barros Albuquerque (2019, p. 122), ao destacarem o novo romance histórico latino-americano a partir do século XX.

Nesse novo romance contemporâneo, de certo modo, é possível espelhar a realidade histórica sem monumentalizar os heróis escolhidos pela história tradicional, trazendo à luz aqueles que ocupavam as páginas escuras da historiografia, os fatos históricos pouco ou nunca mencionados. Mas é claro que esse tipo de visibilidade que a ficção promove não possui relação com a função da história.

As páginas do romance *A estranha nação de Rafael Mendes* revelam partes da história nacional, onde essa pode ser revisitada em diversos períodos históricos: a começar pelo ano inicial do texto, 1975 (SCLiar, 1983, p. 8), e depois na própria década do seu lançamento, anos 1980. O Brasil de 1975 vivia o período posterior ao chamado Milagre Econômico¹⁵, quando os números da economia brasileira começaram a cair após uma crise do petróleo que abateu o país.

O texto narra a crise que afeta a empresa na qual o personagem central, Rafael Mendes, trabalha, destaca o crescimento dela e depois o seu declínio, o que foi comum na época retratada. “Desde cedo o rádio está dando notícias sobre a financeira. Diz que está quebrada, e

¹⁵ O Brasil vivenciava o modelo econômico do período da Ditadura Militar (1968-1973), que o levou a se tornar a oitava maior economia do mundo. Empresários aumentaram seus lucros e banqueiros ficaram ainda mais ricos. No entanto, o modelo promoveu o declínio da saúde e da educação pública, enquanto privilegiava hospitais e escolas privadas.

que tem um monte de pessoas na frente do edifício, querendo tirar dinheiro” (SCLIAR, 1983, p. 223). Além disso, reforça o tom da crítica ao sistema que produz empresários bem-sucedidos que, ao se deparar com a queda, veem na fuga com o dinheiro a melhor solução. Deixam, assim, um rastro de prejuízos para aqueles que deviam:

Correndo apesar da idade e da dor que sinto no peito, mas é preciso correr porque Rafael Mendes quer fugir, ele e Boris vão fugir, apesar das providências da minha amiga Celina Cordeiro, que já os denunciou à política; e se fugirem, são os meus dez mil dólares que se vão, tenho de segurar o Rafael Mendes, tirar o dinheiro dele antes que embarque; mas antes que eu consiga alcançá-los, os agentes agarram-nos, e num instante estão os dois algemados, Boris Goldbaum e Rafael Mendes; tarde demais, lá se vão os dólares (SCLIAR, 1983, p. 227).

Nessa passagem, o narrador é o velho genealogista, que conta sua frustração diante da perda dos seus dólares.

Nos anos 1980, o Brasil vivia o processo de abertura política, depois de vinte anos de Ditadura Militar. Nos anos finais da década de setenta, o país já vivia um processo de abertura lenta e gradual. O governo sabia que não era mais possível manter o rigor do regime autoritário. Ao lado do II Plano Nacional de Desenvolvimento, em que o Estado se colocava na posição de promover o desenvolvimento econômico, foi investido também por parte do Estado na cultura nacional, quando foram criadas instituições de apoio à produção de arte, com a Funarte – Fundação Nacional de Artes.

Em 1983, ano de lançamento do livro *A estranha nação de Rafael Mendes* e da campanha das Diretas Já¹⁶, o regime militar dava seus últimos suspiros. Inflação alta, desemprego e a dívida externa brasileira paralisaram a economia do país. O ano é marcado por uma série de manifestações em todo país; o governo tenta reprimir, porém o movimento não retrocede, avança e aumentam as manifestações. Com a abertura política e a anistia, vários artistas e intelectuais retornam ao Brasil após serem exilados pela Ditadura Militar.

Esse período, consoante Santiago (2002, p. 35), parece marcado de certa maneira por uma anarquia na prosa do Brasil, uma forte tendência “ao memorialismo (história de um clã) ou à autobiografia, tendo ambos como fim a conscientização política do leitor”. Era comum à escrita romanesca esse formato de romance, memorialista ou autobiográfico, que contraria “o

¹⁶ De acordo com Maria Ester Lopes Moreira (2009, n.p.), as Diretas Já “[f]oi um movimento político suprapartidário em defesa do retorno de eleições diretas para a presidência da República. Tendo se iniciado em maio de 1983, o movimento ganhou dimensões políticas e sociais mais amplas, culminando numa série de comícios, nos primeiros meses de 1984, que mobilizaram milhões de brasileiros quando da campanha para a sucessão do governo do general João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar instituído em 1964”.

critério tradicional da definição de romance como fingimento” (SANTIAGO, 2002, p. 35). Esse autor, que também é romancista, destaca esse novo formato, que sai da categoria de puro “fingimento” para o romance atrelado à memória do escritor, entendido como um neo-romantismo (SANTIAGO, 2002, p. 36). Ele estaria diretamente relacionado aos indivíduos em busca de uma afirmação dentro do tecido social que esteja distante da repressão e do autoritarismo.

Santiago (2002), de maneira breve, apresenta as formas da prosa durante os primeiros anos de abertura política no país:

Houve uma primeira e camuflada resposta da literatura às imposições de censura e repressão feitas pelo regime militar: a prosa de intriga fantástica e estilo onírico em que o intricado jogo de metáforas e símbolos transmitia uma crítica radical das estruturas de poder no Brasil, tanto a estrutura ditatorial centrada em Brasília como as microestruturas que reproduziam no cotidiano o autoritarismo do modelo central. Houve ainda o romance-reportagem (com nítida influência da *faction* de Truman Capote e outros, mistura de *fact e fiction*), em que se denunciavam os arbítrios da violência militar e policial nos anos duros do AI-5, arbítrios estes que tinham sido escondidos da população em virtude da censura imposta às redações de jornal e aos estúdios da televisão (SANTIAGO, 2002, p. 37).

Após o retorno dos exilados é que a prosa com perfil autobiográfico começa a ganhar força. No ano de 1984, um outro romance histórico é lançado, *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro. O livro chama a atenção para a formação da identidade brasileira. Na contramão da história tradicional, o escritor destaca a história dos vencidos, aquela conhecida pela oralidade. De 1647, quando os holandeses chegam à Bahia, a 1977, época da Ditadura Militar, é o período retratado na obra. São séculos de história do Brasil ficcionados. Aborda de forma cômica a construção da mentalidade nacional do povo, o que pode ser observado na fala de um personagem, em diálogo com alguém:

O japonês é efetivamente um povo trabalhador, de mentalidade muito diferente da nossa, para ele o trabalho é tudo. Bote na mão de um brasileiro um terreno, bote na mão de um japonês outro igualzinho e você vai ver que, dentro de um ano, o japonês está rico e o brasileiro já vendeu o terreno para tomar cachaça e fazer filhos, esta é que é a realidade. É um problema de formação, de mentalidade. Como disse o general De Gaulle, o Brasil não é um país sério. A culpa de tudo isto não é do americano, como a esquerda vive dizendo para fazer propaganda soviética, é nossa mesmo, vem da descarração, da falta de seriedade, da falta de persistência, da falta de espírito público, da falta de caráter mesmo. Se não fosse o americano, aí de nós, aí do mundo, esta é que é a verdade (RIBEIRO, 2011, p. 399).

O autor, de maneira caricata, intervém no discurso da elite, que por vezes é cruel ao longo do processo de formação de um povo tão diversificado.

É nesse cenário que, segundo Oliveira (2010, p. 35, grifo do autor), nasce uma necessidade de “repensar a história de nossas instituições políticas e sociais. Inicialmente, esse imperativo encontrou expressão em obras de cunho memorialista, autobiográfico e ‘semijornalístico’”. Na sequência, destaca que

uma outra vertente emerge na literatura brasileira pós-ditadura, com uma volta explícita, em outro diapasão, ao trato e às interações ficção–história: é a corrente que hoje nomeamos de “ficção metahistórica” dos anos de 1980-1990; a qual deu origem a uma certa variante de “romance histórico”, problematizando o discurso historiográfico canônico e revestindo fatos históricos de um status de acontecimentos ficcionais, pois só no espaço do romance e em/pela interação com os demais elementos da narrativa é que os mesmo fazem sentido enquanto ocorrência (OLIVEIRA, 2010, p. 35, grifos do autor).

Aponta para a característica desse novo romance histórico, no qual a ficção se apropria dos fatos históricos ficcionando-os. Portanto, é por intermédio da junção entre ficção e história que a narrativa vai sendo construída. E a respeito dessa conjugação, Oliveira (2006, p. 98) entende que ela

funciona como um “meio caminho”, uma transição entre o que se praticou antes e o que se pratica agora; um exercício lúdico e consciente de mudanças estruturais, temáticas e ideológicas no projeto romanesco, cujo maior saldo e herança seria, ainda segundo o autor, o dar maior relevo às interações entre ficção e história (grifo do autor).

Sendo assim, Scliar, em *A Estranha Nação*, abre uma janela para a historicidade através da ficção, permitindo identificar a construção histórica produzida por diferentes atores no cenário da história do Brasil, conforme atesta Peruzzo:

Scliar ilustra essa reflexão em sua produção literária, em que a História e a narração ficcional entrelaçam suas malhas, criando enredos que apresentam uma reflexão a respeito da precariedade da existência e o posicionamento do imigrante e de seus descendentes relativamente à sociedade de origem e à sociedade de integração (2021, p. 137).

É possível, então, concordar com Roger Chartier no debate “Literatura e História” (2020)¹⁷, no qual expôs que os textos literários são uma representação, um espelho, dos fatos que conduzem a construção histórica. O teórico considera ainda o papel do autor, que está fora do texto, porém, o antecede, aquele que manipula em sua ficção pessoas não reais, que, no entanto, revelam aspectos oficiais da história (CHARTIER, 2020, n.p.), o que é identificado em

¹⁷ Conferência proferida por Roger Chartier, em 5 de novembro de 1999, no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Publicada na *Topoi*, Revista de História, v. 1, n. 1, jan.-dez. 2000.

A Estranha Nação. “Seliar utiliza galhofeira e ironicamente o ideário da busca de uma identidade étnica através da história” (OLIVEIRA, 2006, p. 104), é o autor fora do texto, ao mesmo tempo em que sua origem e nacionalidade se revelam nas linhas de sua obra.

Importante ressaltar que não se alega aqui que autor pretendia, com a obra em destaque, se colocar como historiador, pois essa não é a função do literato. O primeiro, como aponta Jacyntho Lins Brandão (2007, p. 11), tem a função de historiar o acontecido, enquanto o segundo goza da liberdade poética na escrita. A fronteira entre literatura e história é muito próxima, é uma linha tênue, chegando por vezes a se instalarem na mesma tessitura, como, por exemplo, na tessitura de *A Estranha Nação*. E, desde o surgimento da Escola dos Annales¹⁸, a história começou a dialogar com outras áreas do conhecimento, em especial a literatura. Bella Jozef destaca essa aproximação da história com a literatura: “História e ficção partem de um mesmo tronco, são ramos da mesma árvore [...]. Ambas são formas de linguagem” (2005, p. 36), mas se expressam diferentemente.

Vale ressaltar, ainda, que nessa obra específica a relação história e ficção se dá também no tempo. Sobre isso afirma Benedito Nunes:

[...] dois tempos, estarão interligados na obra literária de caráter épico ou narrativo, uma vez que a narrativa possui três planos: o da história, do ponto de vista do conteúdo, o do discurso do ponto de vista da forma de expressão, e o da narração do ponto de vista do ato de narrar. É, sem dúvida, no plano da história, que o tempo da obra literária é outro que não o real. Entretanto, o tempo da história, que denominamos imaginário, depende ainda do tempo real, que subsiste na consecutividade do discurso em que aquele se funda (1988, p. 27).

O tempo da obra literária segue uma sequência de narrativa, “tanto no sentido material de seguimento das linhas e páginas (cantos na epopeia, livros ou capítulos na novela e no romance) quanto no sentido da ordenação das sequências narrativas (cenar, diálogo, exposição, descrição/narração)” (NUNES, 1988, p. 28), enquanto

[p]luridimensional é o tempo da história, não só devido a sua “infinita docilidade”, que permite retornos e antecipações ora suspendendo a irreversibilidade, ora retardando ou acelerando a sucessão temporal, não só em virtude do fato de que pode ser dilatado em longos períodos de duração, compreendendo épocas e gerações (NUNES, 1988, p. 28, grifo do autor).

¹⁸ A Escola dos Annales foi um movimento historiográfico surgido na França, em 1929, tendo Lucien Febvre e March Bloch como seus precursores. Tinha como proposta inicial abandonar a visão positivista da escrita histórica substituindo-a por longas análises dos processos históricos.

A história é feita de fatos e a narrativa é imposta por um tempo cronológico dos acontecimentos. A esse respeito, Nunes (1988, p. 28) esclarece que: “Normalmente o tempo de uma corre paralelamente ao do outro”.

Dessa estreita relação nasce *A estranha nação de Rafael Mendes*. Nela, história do Brasil, perseguição aos cristãos-novos, identidade judaica, feiticeiras, Inquisição e sonhos, todos são elementos que marcam mais uma obra de Moacyr Scliar, reconhecidamente um dos mais importantes escritores da literatura brasileira contemporânea. A seguir, a página que dá início à história de Rafael Mendes, no capítulo homônimo (“Rafael Mendes”):

Os olhos do profeta? Hein? Os olhos do profeta?

Não. Nem os olhos do profeta, nem as fogueiras da inquisição, nem a caravela, nem a cabeça decepada de Tiradentes, nada disso Rafael Mendes vê, ao abrir os olhos. E no entanto foi uma noite de aventuras, de amores e de traições; foi uma noite de fogo e de sangue, de vinho e de urucum; foi uma noite de harpas e tambores. Foi uma noite que durou séculos. E da qual poderia não mais acordar; no último de uma espantosa sucessão de sonhos e pesadelos era atacado por um cavaleiro em armadura medieval que lhe apertava o pescoço com manoplas de ferro; a ponto de que não podia mais respirar; a ponto de – embora sabendo que tudo não passava de pesadelo – sentir-se morrer. Salvou-o a pálida madrugada; ao primeiro clarão deste dia despertou, Sobressaltado, arquejante, banhado em suor. Mas vivo. E a primeira coisa que faz, ao renascer, é olhar as horas. Dez para as sete. Com a mão ainda trêmula, trava o pequeno relógio eletrônico antes que soe o alarme. E, com um suspiro, volta a se recostar. Aos poucos vai se acalmando, coisa séria, esses pesadelos, essas medonhas visões. De onde vem isso? Rafael não sabe, não tem a menor ideia. De maneira geral, sempre dormiu bem e até tinha dificuldade de acordar – no dia mesmo do vestibular a mãe teve de lhe jogar água para que despertasse. E agora – agora tudo mudou. Dorme pouco, dorme mal. Mas por quê? Um homem que conhece e que também tem pesadelos fala em angústia. Angústia. Sim, mas quem não tem angústia? Quem, volta e meia, não se preocupa com um papagaio no banco, ou de maneira mais ampla, com o sentido da existência, com a morte? Angústia todo mundo tem. Rafael não se considera mais angustiado que a média dos homens de sua idade, trinta e nove anos (SCLIAR, 1983, p. 9).

Na verdade, este é o primeiro de tantos outros Rafaelis Mendes que aparecem ao longo do romance. É o primeiro e o fio condutor que faz a ligação entre as várias histórias, muitas peripécias, que se encontram nesse livro de Scliar, que leva o leitor a penetrar no seu inusitado mundo. Um mundo que, segundo Cristóvão Tezza, em matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, é “levemente perturbador, mas de uma leveza renitente, absurda, plana, desconfortável, inapelavelmente fora do esquadro” (1997, p. 83).

Entrar no fantástico universo da ficção de Moacyr Scliar é a garantia de se encontrar com o inusitado, com personagens que revelam muito além do que as aparências mostram, como é o caso de *O centauro no jardim*, obra de primeira grandeza da literatura brasileira, que

apresenta ao leitor o personagem Guedali Tartakovsky, uma criatura que é metade homem e metade cavalo¹⁹. Para Thaís Rios de Aguiar, esse personagem “é como um judeu vivendo a diáspora no Brasil; um homem sob duas nações, tradições e culturas” (2017, p. 11). Guedali Tartakovsky (o judeu que nasce centauro), construído pelas mãos de Scliar, traz aspectos para além do alcance de uma pura e simples visão, um personagem que expõe as angústias de um imigrante imerso numa nova nação, o Brasil. Waldman (2003, p. 123) refere-se a esse protagonista destacando a forma de o autor relatar a fragilidade do imigrante judeu, é uma das muitas maneiras de Scliar “apontar a dificuldade e mesmo a impossibilidade de confronto com o mundo exterior, além de estigmatizar a diferença”.

Essa questão das dores e das angústias do imigrante é tema recorrente nas obras desse escritor, como em *A Estranha Nação*. Em meio a esses mesmos sentimentos, os Mendes migram de uma região a outra do planeta, fugindo da perseguição e buscando sobreviver. Esse autor apresenta a saga do personagem central, Rafael Mendes e seus antepassados, em várias gerações, e cada Rafael carrega a dor e os problemas que um judeu, membro de um grupo minoritário, membro da nação, tem que enfrentar por onde passa e deseja se estabelecer.

Desde o título e ao longo da obra, o autor faz referência àqueles que são parte da nação, no caso a nação judaica espalhada pelo globo. Vários personagens de territórios e períodos diferentes são parte da nação, e para alguns a narrativa se utiliza da dúvida se seriam ou não membros dela, dúvida que pode ser compreendida pelas diversas perseguições que sofriam e os levavam a ocultar sua verdadeira identidade ou origem. “O que não surpreende Rafael: é um futuro jesuíta, sim, mas não era o também inaciano Vieira, amigo dos judeus? Os padres não são todos iguais; ademais, Rafael já ouviu dizer que Bartolomeu é da nação. O que, de novo, não o espanta. Diziam o mesmo de Vieira” (SCLIAR, 1983, p. 142).

Tal referência chama a atenção para a força da nação judaica que, vivendo as diásporas, perseguições e expulsões dos mais diversos territórios, mantinha-se unida pela etnia, cultura e em alguns casos pela religião, o que se tornou material para a criação da expressão “gente da nação”. Para Vainfas (2010, p. 62, grifo do autor), “[p]arentela, família, judaísmo professo ou dissimulado, negócios, redes mercantis, de tudo isso se nutria o conceito de ‘gente da nação’” e ele explica que tal expressão tem sua origem com os judeus portugueses:

¹⁹ O livro *O centauro no jardim* foi publicado em 1980, e, de acordo com o *site* da Editora Companhia das Letras, foi eleito, em 2002, pelo *National Yiddish Book Center*, dos Estados Unidos, como um dos cem melhores livros de temática judaica escritos nos últimos duzentos anos. A obra foi, anteriormente, premiada pela Associação Paulista de Crítica de Arte (APCA), em 1980. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9788535904598/o-centauro-no-jardim>. Acesso em: 02 mar. 2022.

Refiro-me ao termo clássico “gente da nação” e suas variantes: “homens da nação” ou “homens de negócio da nação”. Essa última expressão era portadora de um sentido sociológico evidente, além de pressupor um grupo específico. Qual nação? A nação judaica, hebraica ou hebreia.

Em Portugal, o termo foi vulgarizado nos primeiros anos após a conversão forçada para discriminar ou identificar aquela parcela de cristãos que tinha adotado o cristianismo em 1497. Na virada do século XV para o XVI, os cristãos-velhos usavam, com frequência, expressões como “gente da nação judaica” para se referir aos cristãos-novos, ex-judeus. Com os passar dos anos, difundiu-se a fórmula mais simples “gente da nação”. Tornou-se desnecessário identificar a origem hebraica dos conversos. Ela era muito bem conhecida de todos (VAINFAS, 2010, p. 58, grifos do autor).

Apesar de a expressão nascer na Península Ibérica com sentido discriminatório, pois os cristãos-velhos²⁰ não se agradavam da conversão dos judeus, que passaram a ser denominados de cristãos-novos, na Holanda adquiriu um significado simbólico maior: se torna a manifestação de uma “identidade comum, ao mesmo tempo judaica e ibérica, sobretudo portuguesa. Os ‘judeus novos’ preferiam se autodenominar como ‘gente da nação’, quer nos documentos dirigidos às autoridades holandesas, quer à comunidade *sefardi*²¹ (VAINFAS, 2010, p. 59, grifos do autor).

Diante disso, verifica-se que o uso dessa expressão, para além da origem do mesmo povo, se transforma em uma designação para aqueles que pertenciam ao grupo étnico judaico, ou seja, se constrói um conceito ideológico para nomear os membros da nação judaica. Eles se mantêm unidos por terem hábitos, cultura e religião próprios, trazendo a noção de pertencimento a um único povo com uma consciência em comum, apesar de não habitarem o mesmo espaço geográfico.

A estranha nação de Rafael Mendes expressa essa construção ideológica, evidencia o pertencimento dos personagens judeus que são criados pelo autor e que vivem em diferentes séculos, porém, estão conectados pelo fato de serem da nação judia. Scliar, ao trazer para a superfície questões que envolvem o judaísmo no texto “Memórias judaicas”, mantém viva uma centelha que muitos tentaram dizimar ao longo das Eras. Como o próprio autor afirma,

judaísmo é para mim uma rica cultura, expressa na história, na literatura, na arte, no humor, até. Não sei que futuro pode ter essa cultura, diante do rápido processo de assimilação. O que eu posso fazer é dar uma minúscula, modestíssima colaboração para que ela, de algum modo, sobreviva (SCLiar, 1998, p. 85).

²⁰ “Cristão-velho” é uma expressão utilizada, nos séculos XVI e XVII em Portugal e Espanha, para designar os cristãos que não tinham nenhuma ascendência judaica.

²¹ “*Sefardi*” (singular), ou “*sefardim*” (plural), é o termo relativo aos judeus descendentes dos hebreus que habitaram Portugal e Espanha durante a Idade Média.

E, ao mesmo tempo em que aborda questões tão caras ao judaísmo, Scliar realça também a presença feminina e seu papel no cenário da formação da sociedade brasileira. Faz com que o leitor se recorde da presença das não tão desejadas, das chamadas feiticeiras, as que praticamente são ocultas na história. Quando aparecem, são apenas uma penumbra, de acordo com Claudia Monteiro: “Há uma misoginia na historiografia sobre os temas da bruxaria e da feitiçaria” (2020, *online*), isto é, um desprezo pelo assunto, seja na América ou na Europa. O autor em voga desperta atenção pela abordagem do tema em *A Estranha Nação*, por meio do encontro entre personagens históricos e fictícios, e promove um passeio através dos tempos, século seguido de século. É o que ele entrega na obra, expressando sua identidade judaica, sua visão nacional e as angústias de um país com uma enorme diversidade em formação.

Scliar escreve *A Estranha Nação*, na segunda metade do século XX, e seu olhar parte desse período para iniciar a narrativa, fazendo uma viagem no tempo em direção ao passado. Trata-se do século XX no Brasil dos crimes de corrupção, aventuras sexuais e escândalos financeiros. A obra, que contempla a tumultuada vida dos vários Rafeais Mendes, começa com um descendente específico, que estará presente em toda a narrativa.

O início dessa história tem dia e hora em destaque, nas primeiras páginas da obra: “Seis horas e cinquenta minutos – do dia 17 de novembro de 1975” (SCLIAR, 1983, p. 8), é a data que marca o princípio da jornada de Rafael Mendes rumo às suas origens. Nesse dia, é deixada na porta da casa de Rafael uma caixa com vários objetos dentro, com um bilhete que o levará ao encontro dos cadernos onde estão os registros das aventuras dos seus familiares que o precederam. O encontro com as histórias de seus antepassados não se dá a partir de cronologia organizada, mas com fatos contados de modo esparso e com personagens de épocas e lugares distintos. O grande desejo de Rafael era descobrir informações concretas que lhe revelassem a realidade sobre o desaparecimento de seu pai, que o deixou quando Rafael ainda era um menino.

[...] o pai. Em 1938 Rafael Mendes abandonou tudo, a família, os amigos, a clínica, o cargo que tinha no governo – e foi para a Espanha onde a guerra civil estava no auge. Por quê? Nunca conseguiu descobrir; sobre o assunto a mãe é lacônica. Compreensivelmente lacônica, mas lacônica. Quando Rafael era criança, afirmava que o pai tinha partido parra uma viagem e que um dia voltaria (como dom Sebastião para os portugueses?). Mais tarde, disse que o pai tinha ido para a guerra, e morrido (SCLIAR, 1983, p. 20).

Em seu presente, o protagonista reside num condomínio de alto padrão, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul²², e possui cargo de diretor-executivo numa financeira,

²² Porto Alegre é um local recorrente, em várias obras de Moacyr Scliar, que sempre se dedicou a falar da cidade em que nasceu.

assumindo a posição de homem de trabalho exaustivo e horas marcadas. Rafael ouve o noticiário, enquanto faz a barba:

Prosseguem os preparativos para a implantação do polo petroquímico. Rio Grande do Sul não pode mais continuar sendo um Estado essencialmente agrícola, declara alguém, um político; precisamos ingressar na era da industrialização, ainda que a custo de algum dano ao meio ambiente (SCLIAR, 1983, p. 13).

Desse modo, por intermédio dos acontecimentos evidenciados na história, a visão crítica de Moacyr Scliar acerca da realidade aparece em *A Estranha Nação*, visão essa realçada por Waldman (2003, p. 130). O trecho anterior aponta para a questão da ambição do homem e pode-se aventar que ele busca, não raras vezes, o desenvolvimento a qualquer custo, mesmo que o impacto deste seja negativo para algumas áreas, no caso o meio ambiente.

E, no período retratado por Scliar, no início da obra, a década de 1970, é quando a indústria gaúcha passou por uma grande mudança, que acarretou o seu crescimento (PEREIRA; ARENDT, 2012, p. 12). Esse crescimento foi bastante significativo para o Rio Grande do Sul, pois ele tinha uma economia marcadamente agrícola, que deu lugar ao projeto de modernização do Estado. No livro, essa aparece na figura da moderna e imponente financeira em que Rafael trabalha. Eis a descrição externa da empresa:

Três mil e seiscentos metros quadrados; três andares, decorados pelo famoso Ballestra, de São Paulo. A imagem de solidez e sobriedade que Boris sempre quis dar ao empreendimento transparece nos painéis de madeira nobre, os lustres de cristal, o mármore, os tapetes vermelhos. O emblema da empresa, encomendado a um especialista de heráldica, faz uma alusão ao sobrenome de Boris, Goldbaum: é uma árvore dourada, em campo azul, com a legenda Arbor Áurea. Uma coisa que Rafael sempre achou de gosto duvidoso, mas que os clientes aparentemente admiram (SCLIAR, 1983, p. 30).

Boris é o proprietário da financeira na qual Rafael é diretor. Amigos da época da faculdade, desenvolveram uma relação bastante próxima que se estendeu ao trabalho. Na narração, o empresário é descrito como um homem de ótima retórica, um judeu magro de pequena estatura, que costumava ter um sorriso irônico no rosto e possuidor de um grande conhecimento sobre o mercado financeiro. Boris frequentava a faculdade; porém, não estudava lá, era um vendedor de livros e representante de editoras. O personagem é a representação de muitos imigrantes judeus comuns que viviam no Brasil e, sem muito estudo, recorriam a seus conhecimentos práticos e inteligência rápida para construir uma carreira próspera.

O local da empresa foi estrategicamente escolhido e o edifício onde está localizada não é algo comum, como os outros prédios no seu entorno. Tem uma grandiosidade que combina

com a ambição dele e cada espaço interno foi pensando com o objetivo de refletir a grandeza do negócio:

Passando a recepção, entra na sala de espera, para onde dão todas as salas dos diretores e gerentes, à exceção da de Boris, que tem entrada própria. Este recinto (uns dez metros de comprimento por uns oito de largura) é conhecido como o Salão da Moeda. Uma ideia de Boris: junto à parede do fundo pendem do teto, suspensas por fios metálicos, reproduções em grande escala – a menor tem meio metro de diâmetro – de antigas moedas. Ali estão o cruzado, o dobrão, o escudo, o talento, o luís, o pêni. Balançam às correntes de ar produzidas por ocultos ventiladores, giram em torno a si mesmas, criando, graças aos refletores que as iluminam, fantásticos reflexos no ambiente (corre um boato, não desmentido por Boris, que ele tem várias coleções das mesmas moedas, em tamanho menor, mas em ouro e prata) (SCLIAR, 1983, p. 31).

Dessa maneira, para obter credibilidade no mercado, utiliza-se de uma construção imponente e luxuosa, decorada com objetos que remetem à riqueza, como a Árvore do Ouro²³ e as moedas, os quais reforçam o propósito do negócio.

Imigrantes judeus chegavam ao Brasil, no século XX, trazendo na bagagem apenas conhecimentos, sejam os próprios ou aqueles aprendidos com os antepassados. A aventura numa terra estranha era cheia de desafios e obstáculos, e a narrativa retrata uma empresa criada no sul do país, num contexto ainda muito próximo ao projeto que “rebaixava a figura do negro, do judeu e do japonês, o europeu ariano e católico despontava como opção de mão de obra produtiva. Racismo e nacionalismo sustentaram o discurso da exclusão que caracterizou o Estado Novo” (WALDMAN, 2003, p. XVI) e a perseguição sistemática dos nazistas. Isso mostra que ser judeu e estrangeiro, nesse período, era o equivalente a nadar em tanque de tubarões.

Partindo desse pressuposto, esses imigrantes tinham que criar estratégias para construir seus negócios e criar mecanismos que atraíssem clientes dispostos a confiar neles. Nas páginas de *A Estranha Nação*, tal intento é representado na Pecúnia, a financeira de Boris:

No centro do salão, o atrativo maior, lembrando de novo o sobrenome de Boris: é a árvore do ouro. Pequena, de tronco grosso e rugoso, com escassas folhas, lembra o bonsai, a árvore anã dos japoneses. Dos ramos, pendem favas entreabertas, contendo grãos, como as favas costumam conter – só que estes grãos são de metal e brilham intensamente à luz dos refletores. Ouro? perguntam-se os assombrados visitantes. Uma indagação à qual Boris nunca quis responder; mas deve mesmo ser ouro. Prova disto é que a árvore está

²³ O que simboliza essa Árvores do Ouro? É uma pergunta que me faço, desde quando li o livro pela primeira vez. Tenho pesquisado em livros sobre mitos e na *internet*, mas ainda não encontrei nada a respeito. Perguntei para um amigo meu que estuda judaísmo e ele também não sabia. Pelo pouco que apreendi até o momento, há uma relação com o ouro mesmo, com a busca pela riqueza, com a questão do judeu diaspórico. O alcance da riqueza lhe possibilitaria uma vida próspera, já que sempre convivia com as dificuldades de ser obrigado a se mudar.

numa redoma de vidro inquebrável. Numa placa de acrílico, gravada em letras góticas está – à guisa de explicação – a história da Árvore do Ouro. Ali é dito que a Arvore do Ouro é uma das três árvores mencionadas na Bíblia, as outras duas sendo a Árvore da Vida e a Árvore da Ciência do Bem e do Mal. Diferente destas, a Árvore do Ouro não estava no Paraíso, mas sim em algum ponto do vasto território que se estendia a leste do Éden, à espera de que a encontrassem homens destemidos e empreendedores. A Árvore do Ouro, continua a inscrição, “deve seu nome ao poderoso tropismo que têm suas raízes pelo precioso metal. Elas buscam avidamente os filões subterrâneos, infiltrando-se nas rochas mais duras. Solubilizam o minério, mediante a secreção de certo líquido, absorvem-no; o ouro dissolvido circula na seiva, deposita-se nas sementes das favas, que com o tempo transformam-se em grãos do mais puro ouro, perfeitamente esféricos. Embora a Árvore do Ouro dure milênios, o número delas não chega hoje provavelmente a uma dezena. Isto porque os aventureiros que por acaso a encontram só pensam em se apossar das sementes para vendê-las. O que não sabem é que estas sementes têm, surpreendentemente, capacidade de germinar, gerando – verdade que após longo tempo – novas Árvores do Ouro. A sabedoria, a paciência, o descortínio são assim regiadamente recompensados”. O sobrenome Goldbaum na verdade foi adotado na Europa pelo bisavô de Boris por causa da Árvore do Ouro, na crença de que um nome, ou sobrenome, pode condicionar um destino. No caso, a crença revelou-se fundamentada: Boris tem a Árvore do Ouro. Ou, se não a Árvore do Ouro, a riqueza que o ouro pode comprar: imóveis, carros, terras (SCLIAR, 1983, p. 31-32, grifo do autor).

Esse personagem é a caricatura do homem machista, rico, desonesto e safado, uma espécie de *playboy*. Sofre pressão familiar e de investidores para se casar. Alguns se recusam a investir seu dinheiro na financeira dele, devido ao seu comportamento promíscuo, mas insiste em manter relacionamentos rápidos: “só quer mulheres na cama, e por pouco tempo: uma semana, um mês; até o momento em que começam a falar em casamento. Aí, gentil, mas firmemente, manda-as embora” (SCLIAR, 1983, p. 34).

Nas páginas em que Boris ocupa no livro, o personagem está submerso em alegorias que exprimem riqueza e luxo e, ao serem propositalmente ostentadas, levam pessoas a confiar seu dinheiro à Pecúnia:

Até em arte investiu: anexa ao Salão da Moeda encontra-se a pinacoteca, em cujo acervo figuram quadros e esculturas dos mais famosos artistas brasileiros, sem falar num pequeno Frans Post – pouco conhecido, mas uma obra indubitavelmente autêntica do mestre holandês. Uma boa coleção, avaliada em alguns milhões de dólares. Contudo, o que tornou Boris Goldbaum famoso em todo o país, merecendo até uma reportagem do Fantástico, foi o Salão da Moeda. No livro de visitantes há assinaturas ilustres, entre elas a do Ministro da Fazenda e a do Ministro do Planejamento. Nos meios financeiros a coisa é considerada extravagância, ou golpe promocional; Boris, no entanto, declara que o Salão da Moeda representa uma espécie de homenagem aos grandes financistas de todos os tempos (SCLIAR, 1983, p. 32).

Pela descrição dos ambientes, incluindo os objetos que os compõem, o leitor é inserido num mundo ficcional em que um dos pontos altos da obra é a questão do dinheiro. Esta permeia as mais diversas relações presentes no texto literário, desde o começo, nas páginas do capítulo “Velho ao amanhecer”, em que o personagem velho visa receber de Rafael Mendes dez mil dólares, “porque há um plano, um programa, um objetivo; uma meta: dez mil dólares. Dinheiro é a resposta. A resposta é dinheiro. Resposta curta, definida, definitiva; dólares” (SCLIAR, 1983, p. 7), até a busca pela mítica *Árvore do Ouro*.

Questões como essa prendem o leitor, pois conectam *A Estranha Nação* a aspectos que o desestabilizam, trazendo à superfície, através de uma tessitura literária, aquilo que foi silenciado por grupos pertencentes à construção histórica do Brasil. É como se o livro devolvesse aos judeus, por intermédio da ficção, o lugar que lhes pertence por direito na formação desse país. Encontram-se representados, no texto literário, aqueles que tiveram negado o reconhecimento da sua contribuição no processo de miscigenação brasileira e há indubitavelmente a presença judaica, para além da indígena e africana, conforme afirma Novinsky et al:

todos os médicos no início da Colônia eram judeus. O médico mais importante do Brasil no século XVI foi o cristão-novo Mestre Afonso Mendes, cirurgião de Lisboa que veio para a Colônia com Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil. Bastante integrados na vida local, os cristãos novos atuaram também como militares. Na vida administrativa, participaram da Câmara Municipal e eram procurados como financistas e conselheiros. O cristão-novo Diogo Lopes Ulhoa tornou-se o homem de confiança do governador da Bahia, Diogo Luís de Oliveira. Fazia parte da comissão que estudava a política de negociação da cana-de-açúcar, auxiliou na construção de fortes de defesa na cidade e, sempre que havia alguma dúvida sobre política comercial, era consultado. Chegou a ser ironicamente apelidado, por seus desafetos, de “o mimoso do governador” (2015, p. 124, grifo das autoras).

Tais pesquisadoras apontam para o fato de existir um “outro Brasil”, o que foi ocultado pelo Santo Ofício da Inquisição, cujos arquivos secretos foram abertos para o público a partir de 1960/1970, revelando páginas de uma história até então desconhecida:

Ao genocídio dos índios, ao bárbaro sofrimento infligido aos escravos africanos junta-se agora a paradoxal história dos judeus, forçados a converterem-se ao catolicismo, que tanto ocuparam altos e prestigiosos cargos na direção da Colônia como agonizaram nos cárceres, pelas torturas e nas fogueiras. As novas gerações terão de conviver com esta fatídica história da Inquisição de Portugal, que transferiu para o Brasil a perseguição aos cristãos-novos, a discriminação e o racismo (NOVINSKY et al, 2015, p. 12).

Essa história dos judeus precisava ser evidenciada e investigada, e, após o pioneirismo da historiadora Anita Novinsky (1922-2021), as páginas processuais da Inquisição começaram

a ser folheadas e recontadas. E Moacyr Scliar, como é peculiar a um bom escritor, recorre a esse lado histórico para contar literariamente as histórias do seu povo; contudo, como salienta Oliveira:

A Estranha Nação não busca ser um romance de afirmação de uma identidade específica em substituição a uma outra oficialmente instituída, mas sim um instrumento de revisão e problematização de ambas, tendo como instrumento para tal a ficcionalização da trajetória histórica de um elemento minoritário. Neste sentido, o romance pode ser visto como retomando, em outra chave, o revisionismo modernista em relação à história e à formação identitária e étnica do Brasil (2010, p. 10).

Assim, com essa obra, Scliar não pretendia impor qualquer tipo de superioridade étnica dos judeus, mas trazer à luz a importância desse grupo minoritário, que teve uma efetiva participação no processo de construção do país. Estudiosas/os afirmam que três quartos da população no século XVII eram cristãos-novos; “[n]o entanto, com o avanço das pesquisas, esse número já está ultrapassado” (NOVINSKY et al, 2015, p. 123).

As histórias em *A Estranha Nação* são contadas através da genealogia do personagem Rafael Mendes. Como se tem enfatizado, o primeiro dos Rafaelis é um homem comum, sem grandes feitos, que sofre com problemas familiares, sejam os da casa paterna ou da sua própria. Amarga um trauma que o pai lhe havia causado ao sair de casa para ir à Espanha, de onde nunca retornou: “E ao pai? Que trauma causou? O mais lógico é que o pai lhe tenha causado um trauma, por causa de um trauma que o seu pai lhe causara, e assim sucessivamente, os traumas passando de geração em geração [...]” (SCLIAR, 1983, p. 25). Rafael, ao contrário de seu pai, se mantém ao lado da esposa e da filha, trabalhando para sustentar a família e renunciando aos estudos.

É um homem que valoriza a família. Porém, apesar do seu esforço em mantê-la bem, ela está se desmoronando, com a mulher doente e a filha que se modificou de maneira abrupta, pois antes convivia amavelmente com os pais. “Uma transformação súbita – tão súbita quanto a transformação que Rafael imagina ter ocorrido com o pai. Por quê? Será que Suzana herdou algo do caráter do avô, a predisposição para a súbita instabilidade? Será que isto é uma coisa genética, inevitável? (SCLIAR, 1983, p. 26). Suzana passa por uma crise de identidade e o pai dela, desorientado, não encontra um caminho para sair dessa situação.

Na obra, não há heroísmo ou desfechos comuns que levam a finais felizes; o protagonista não é surpreendido pelo alinhamento familiar, que o conduzirá a dias de comunhão e gozo em família. Scliar tinha um apreço por personagens que aparentemente estavam sentenciados às desilusões, como, por exemplo, o personagem-narrador de *A majestade do*

Xingu (2001a), que vê sua família se desintegrar e tudo vai dando errado. O leitor scliariano não é surpreendido por esse personagem frustrado, diante do desenrolar dos acontecimentos de sua vida. Rafael Mendes também tem esse perfil e seu destino vai acumulando decepções, o que é mostrado nos vários Rafaelis que emergem no texto.

O foco narrativo da obra oscila entre a primeira e a terceira pessoas. O professor Samar-Kand narra sobre si, nos capítulos que estão em primeira pessoa, e, quando relata sobre a vida do primeiro Rafael Mendes, o faz em terceira pessoa; já nos capítulos que tratam do passado e das histórias dos outros Rafaelis, antepassados desse primeiro, os focos narrativos são cruzados. “Essa cessão de turnos narrativos do narrador oficial às personagens contribui para uma maior interação entre narrador e personagens, no ambiente textual, e, em consequência, para uma maior democratização do texto com o leitor, no ambiente extratextual” (VILASBÔAS, 2007, p. 86), consistindo em uma articulação harmoniosa na narrativa que produz um efeito que cativa seu leitor. Dessa maneira, as histórias fictícias vão sendo contadas e trazem como pano de fundo a história das minorias, não a oficial, como escrevem os historiadores, mas não menos importante, porque o autor tem a habilidade de conectar de uma forma bem-humorada o real e o imaginário.

Muitos são os personagens que aparecem em *A Estranha Nação*, em uma série de narrativas que traduzem aspectos inerentes à condição humana ao longo das Eras. São páginas mescladas com elementos fantásticos e as relações humanas preenchem as lacunas da história dos Mendes, ainda que não sejam reais: chegadas e partidas, nascimentos e mortes, alegrias e frustrações, vitórias e fracassos, e reencontros impossíveis se tonam possíveis, como o do primeiro Rafael com o seu pai. Esse reencontro não acontece na prática, mas através dos cadernos que lhe são entregues pelo velho professor; pai e filho se aproximam simbolicamente por intermédio da revitalização da memória histórica dos Mendes. Nos cadernos as narrativas sobre a história dos ancestrais da família acaba por conectar pai e filho.

No capítulo “Segundo caderno do cristão-novo”, a narração está em primeira pessoa. O pai do primeiro Rafael Mendes, o médico Rafael Mendes, o narra:

Os Mendes fixaram raízes no Rio Grande do Sul; com o tempo tornaram-se uma família tradicional, embora não fizesse parte da aristocracia rural propriamente dita. Tive, entre meus antepassados gaúchos, um fazendeiro, um comerciante; meu pai foi engenheiro; mas o nome Mendes tornou-se respeitado, pelo menos no círculo de minhas amizades. Quanto às remotas raízes... Ninguém me falou de cristãos-novos, nem da Inquisição, nem dos essênios, nem dos profetas; nem da Árvore do Ouro (SCLIAR, 1983, p. 169).

No trecho, percebe-se que o pai desconhecia a origem judaica da família, como acontecia com o filho, o que se vê na página sessenta e três do livro; no entanto, sentia uma atração intuitiva pelo judaísmo. Na faculdade de medicina, conheceu Débora e o texto a descreve com uma judia muito inteligente, a única mulher naquela turma. O que não era usual naqueles tempos, anos 1930, Era Vargas, uma mulher e sobretudo judia num curso tão respeitado: “Mulher na faculdade de medicina, e judia ainda por cima? Espantoso. Medicina era coisa para homem, todos sabiam” (SCLIAR, 1983, p. 170). E, mesmo diante da realidade adversa, Débora não cogitava a possibilidade de deixar a universidade, até porque seu pai a havia preparado para esse momento:

Era altaneira – uma judia altaneira. Do pai, sapateiro já falecido, herdara um senso – até certo ponto curioso, mas comovente – de dignidade. Esse homem sempre sonhava ver a filha médica; e recomendara-lhe também manter, em quaisquer circunstâncias, a cabeça erguida. Era o que ele fazia: mantinha a cabeça erguida (SCLIAR, 1983, p. 171).

A pressão social e os obstáculos apenas contribuía para Débora não desistir do sonho do próprio pai. A máquina antissemita do governo Vargas trabalhava para disseminar na sociedade a ideia de os judeus serem indesejados no país, pois o nacionalismo varguista implementou uma política de perseguição sistemática aos judeus. Waldman define como eles eram classificados pelo governo: “Em suma, indesejáveis em todos os sentidos porque rotulados como opositores do progresso e do engrandecimento da pátria brasileira” (2003, p. XVII) e essa propaganda antissemita infiltrou nas diversas camadas sociais, colocando os judeus em condições bastante adversas. Tal realidade, entretanto, não intimidava Débora; essa personagem é um dos retratos do judeu aportado no Brasil, na primeira metade do século XX, e Scliar demonstra a força de resistência do imigrante para sobreviver em território repleto de animosidades.

A personalidade altaneira de Débora encantou o futuro médico, que se apaixonou pela colega de classe: “Eu a amava? Certo dia – estávamos no quarto ano – olhando-a auscultar um paciente, concluí dolorosamente, que a amava” (SCLIAR, 1983, p. 176). Oliveira analisa bem o desfecho desse romance, influenciado por questões financeiras e de prestígio:

O médico apaixonou-se por Débora desde que a conhece no primeiro ano de faculdade. Porém, não assume seus sentimentos por conveniência e concessão aos preconceitos vigentes na ideologia nacionalista de Vargas, para a qual não havia lugar para determinados grupos imigrantes, incluindo os judeus, em nossa conformação identitária. Prefere, então, ligar-se a uma moça da aristocracia gaúcha; casamento que lhe rende prestígio e influência nas rodas governamentais,

corporificados em um cargo no Ministério da Saúde (OLIVEIRA, 2010, p. 19).

Era doloroso para Rafael amar Débora, porque estar com ela era sinônimo de ocupar um lugar social que ele não almejava. Era o lugar do confronto, da dificuldade, da dor, dos imigrantes que se encontravam no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Seus interesses falaram mais alto e, então, se casou com Alzira, cujo pai era amigo de Getúlio Vargas. Era uma moça elegante e meiga, uma típica mulher de família tradicional, rica e bastante influente na cidade de Porto Alegre. Atendia às expectativas impostas sobre ela naquela sociedade, inclusive a de gerar filhos: “A 1º de janeiro de 1936, nasceu o meu Rafaelzinho” (SCLIAR, 1983, p. 186). Todavia, não cativava o coração do marido, que era completamente afeiçoado à Débora:

Eu não podia tirar os olhos dela. Aqui a cava superior, dizia, mas não era a cava superior que eu olhava. O que ela, aliás, parecia não notar; era séria, compenetrada, trabalhava com afinco, ignorando as graçolas. Havia quem não lhe perdoasse a ousadia de estar ali, no meio de homens, empunhando um bisturi – coisa para macho, como faca, punhal. Daí os risinhos, daí as piadas, daí as brincadeiras (SCLIAR, 1983, p. 171).

Esse perfil independente de Débora, a força que ela tinha para enfrentar a oposição às suas escolhas e a resistência à pressão da própria universidade para desistir do curso de medicina exerciam fascínio sobre Rafael. Essa pressão chegava-lhe, por exemplo, por meio da provocação do professor de Clínica Médica: “Seja a senhora bem vinda, disse, mas fique sabendo: esta não é uma profissão para mulheres, e nem é uma profissão para arrivistas. A senhora logo o constará” (SCLIAR, 1983, p. 171). E o comportamento contestador feminino, incomum para os padrões da época, era o que mais atraía Rafael, que não conseguia decifrá-la e buscava maneiras de se aproximar da sua amada. Oliveira (2010, p. 19) indica uma possibilidade a respeito: “talvez a única maneira que tenha encontrado para entendê-la e seu amor a ela tenha sido uma busca de identificação com a mesma por via do judaísmo”, que é a causa de o médico recorrer ao professor, na juventude, em busca de suas origens.

O médico Rafael Mendes se dedicou ao estudo da sua genealogia, se surpreendendo com os fatos que descobrira sobre seus antepassados: Jonas, Maimônides, dentre outros. “A eles fui me afeiçoando; sobre eles escrevi páginas e páginas, reais ou imaginárias, emocionando-me com suas aventuras, sofrendo com suas tribulações. Tentando entender a perplexidade deles” (SCLIAR, 1983, p. 219). A sua perplexidade era Débora, pois, apesar de ter ido embora, suas lembranças continuavam provocando uma forte inquietação no médico, que não resistiu a sua ausência e foi atrás de respostas, na Espanha, destino de Débora dias antes.

No entanto, o texto menciona que “[o] dr. Rafael Mendes não chegou à Espanha. Morreu a bordo do cargueiro em que viajava, vitimado, segundo o médico do navio, por uma misteriosa doença febril cujos pródomos se haviam declarado ainda em terra” (SCLIAR, 1983, p. 221) e seu corpo foi lançado ao mar. Sua esposa, dona Alzira, fora notificada acerca da morte do marido e sobre ele contava uma história, que condizia com a memória que desejava ser preservada acerca do desfecho do seu matrimônio: “Às pessoas que lhe perguntavam a respeito, dona Alzira dizia, muito compreensivelmente, que o marido, impulsionado por sua generosidade, partira para a Espanha a lutar pela democracia e que lá morrera, estando enterrado, em vala comum, perto de Madrid” (SCLIAR, 1983, p. 219). Dizer a verdade sobre a partida dele seria um escândalo para a aristocracia gaúcha e o próprio filho, Rafael Mendes, desconhecia os verdadeiros motivos da viagem à Espanha e da morte do pai.

Rafael Mendes não seguiu os caminhos da medicina, como o pai. Conforme já explicado, trabalhava na financeira com seu amigo Boris. A empresa entrou em declínio, ambos foram acusados por peculato (desvio de dinheiro) e, quando tentavam fugir, foram detidos pela polícia no aeroporto. Esses acontecimentos são narrados no capítulo “Terceiro e último caderno do cristão-novo”, no qual Rafael também descobre que o amigo era amante de sua filha, Suzana:

Essa ideia ao início parecia a Boris absurda, mas aos poucos foi ficando fascinado por ela: uma nova vida, por que não? A inocência, por que não? – Quando as coisas ficaram pretas na Pecúnia, Rafael, senti que o momento tinha chegado. Infelizmente eles me pegaram – nos pegaram. Mas vou voltar para a Suzana, Rafael, isto é líquido e certo. E quero que aceites este fato, Rafael. Nada nos separará. Nada (SCLIAR, 1983, p. 244).

Rafael agora odiava o amigo. Inconformado com a situação, sofre um mal-estar e no hospital a filha fala com ele, ajoelhando-se ao seu lado:

– Calma, pai, calma. Está tudo bem agora.
 – E a tua mãe – murmura Rafael – como está?
 – Está ótima – diz Suzana, tentando sorrir. – Ótima mesmo, pai, acredita. No começo ficou um pouco abalada... Mas agora já se recuperou, assumiu tudo, a casa, os teus negócios, está se virando, até deixou de tomar os tranquilizantes. Nós duas (SCLIAR, 1983, p. 245).

Do hospital, onde estão presos, Boris consegue fugir e Rafael se nega a acompanhá-lo. Na cama em que está deitado, fecha os olhos e se reconforta nos seus sonhos. Assim, as várias relações que se desenvolvem ao longo das páginas do livro estão permeadas de conflitos, sejam possíveis crimes financeiros, relações amorosas tumultuadas ou perseguições dos inquisidores aos judeus e às bruxas, que buscavam seu lugar na sociedade brasileira no século XVII.

Era o período da perseguição acirrada aos considerados hereges pela Igreja Católica, em especial aos cristãos-novos e às mulheres chamadas de bruxas. Os cristãos-novos são apresentados ao próprio Rafael Mendes pelo velho que lhe entrega os cadernos com as histórias dos seus antepassados:

O senhor e seus antepassados: eles se converteram ao cristianismo, os cristãos-novos. Nunca ouviu falar nisto? É muito comum, aqui no Brasil. Muitos de nós temos ascendência judaica, porque os primeiros colonizadores portugueses eram, em grande parte, judeus. O senhor sabia que, logo depois da descoberta, todo o território brasileiro foi entregue, em concessão, a um grupo de cristãos-novos, à cuja testa estava Fernão de Noronha?
 – Não sabia – diz Rafael. (SCLIAR, 1983, p. 63).

O protagonista também desconhecia sua origem judaica e o texto sublinha o fato de muitos brasileiros descendentes dos cristãos-novos desconhecerem a história dos seus antepassados e os caminhos que percorreram até aportarem em terras brasileiras. Cerqueira (2014, p. 125) esclarece que os descendentes dos cristãos-novos no Brasil, por medo de represálias, camuflavam qualquer vestígio que os ligasse a um antepassado judeu. A pesquisadora ainda cita que “o documentário “A estrela oculta do sertão”, dirigido por Elaine Eiger e Luize Valente, registra as práticas judaicas mantidas por algumas famílias no sertão do Nordeste, e sua busca pelo resgate da memória e da identidade judaicas” (CERQUEIRA, 2014, p. 126), como, por exemplo, as práticas de não comer carne de porco e de cobrir espelhos durante o período de luto.

A esse respeito Kênia Pereira, ao referir-se ao livro *A estranha nação de Rafael Mendes*, sublinha que “[n]esse romance, Scliar, pelos caminhos do devaneio e da fantasia, também questiona, tal qual em sua crônica, o destino dos cristãos-novos em terras luso-brasileiras” (2018, p. 4). Esse destino foi duramente sentenciado e definido anos antes pelos reis católicos da Espanha: Fernando e Isabel. Com a ascensão destes ao trono, em 1474, o Catolicismo se tornou a religião oficial da Espanha e, dessa forma, tiveram início os séculos de perseguição e terror vividos por judeus naquele território, em Portugal e mais tarde no Brasil.

Em *A Estranha Nação*, há referência a esse fato histórico. Rafael Mendes, o cartógrafo, é impedido pelo pai de embarcar com Cristóvão Colombo nas caravelas que os levariam ao “Novo Mundo”:

A 2 de agosto de 1492 Fernando e Isabel lançam um decreto: à meia-noite desse dia nenhum judeu terá o direito de permanecer em solo espanhol. Às onze da noite, os últimos tripulantes embarcaram nas três caravelas de Cristóvão Colombo, no porto de Palos. Entre eles, judeus, que esperam encontrar a liberdade e a riqueza num novo mundo (SCLIAR, 1983, p. 102).

Mais tarde, o filho do Rafael Mendes, “de igual nome, e seu amigo Afonso Sanches são presos pela Inquisição, acusados de práticas judaizantes” (SCLIAR, 1983, p. 102). Anita Novinsky menciona, na obra *A inquisição*, o que teria motivado o início da carnificina produzida pelo Tribunal da Inquisição:

Para consolidar seu governo os reis católicos precisavam do apoio dos homens da Igreja e dos burgueses, os homens da cidade. Em troca desse apoio, introduziram uma série de medidas restritivas contra os conversos e judeus. Atrás desse fato encontram-se os vazios cofres do Tesouro e a ambição de Fernando de expulsar os mouros²⁴, ainda instalados em Granada, para o que não tinha meios financeiros. Esses meios são conseguidos com os lucros provenientes do confisco dos bens dos condenados pela Inquisição. O Tribunal da Inquisição na Espanha foi criado com o objetivo de extirpar a heresia judaica e eliminar os conversos suspeitos de a praticarem, acusados de estarem contagiando a sociedade espanhola (NOVINSKY, 2007, p. 30).

Anos depois, em 1497, o rei de Portugal, a exemplo da Espanha, com o “batismo forçado”, inicia a era dos cristãos-novos, que, segundo Novinsky, é o que “levou à introdução da Inquisição em Portugal” (2007, p. 33). E, consoante Scliar (2017), o período da atuação do Tribunal do Santo Ofício “‘teve vida longa’ em Portugal. Foram trezentos anos exilando, torturando, prendendo e matando judeus e outros grupos considerados hereges” (apud PEREIRA, 2018, p. 5). Assim, milhares de judeus e mulheres acusadas de bruxaria foram vítimas da ação da Inquisição, assim como Rafael Mendes:

Por ordem do Inquisidor-Mor Rafael é conduzido para a câmara de torturas. Durante duas semanas não sairá dali: é submetido dia e noite ao suplício: o canário está cansado de esvoaçar, o gato mal pula, o cão chega a tombar exausto sobre a esteira rolante. O próprio Inquisidor se encarrega de golpear o prisioneiro com o macete, aliás rachado:

– De que rias? Fala!

Mas Rafael não fala. O Inquisidor-Mor acaba se convencendo: trata-se de um caso perdido. O judeu está possuído por Satã, resistirá até o fim. Manda queimá-lo, para escarmento dos demais (SCLIAR, 1983, p. 108).

A triste e dura jornada de Rafael Mendes se assemelha muito à vida de judeus presos pelos inquisidores, como os cativos do Forte Maurício, que têm suas histórias narradas por Ronaldo Vainfas, em *Jerusalém colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*:

agora reduzido a três réus, uma vez provado seu batismo católico, viram-se na inglória tarefa de reconhecer que o judaísmo era uma heresia da qual queriam afastar-se. Tinham de admitir a “falsidade da lei de Moisés”, por ser lei velha e não reconhecer que o Messias já tinha sido enviado – morrendo na cruz para salvar a humanidade. Ou bem se vergavam aos inquisidores, reconhecendo

²⁴ “Mouros” era o nome pelo qual os muçulmanos que habitavam a Península Ibérica, do século VIII ao XV, eram chamados pelos cristãos.

que sua crença era um erro de fé, ou bem se mantinham convictos no judaísmo, pagando com a vida o preço pela obstinação (2010, p. 243, grifo do autor).

Ou ainda Ana Rodrigues, de oitenta anos, presa no Brasil e levada à Lisboa: “Ana morreu nos cárceres da Inquisição” (NOVINSKY et al, 2015, p. 125). A história dos cristãos-novos vítimas da Inquisição, perseguidos e presos, é retratada através do personagem Rafael. O autor focaliza uma questão histórica que ainda tem muito a ser mencionada e estudada, principalmente no que se refere à história de formação do Brasil.

Moacyr Scliar, em toda a extensão de *A Estranha Nação*, enfatiza a condição e os infortúnios dos judeus obrigados a migrar de uma região a outra em busca de condições favoráveis de sobrevivência, como atesta Peruzzo: “Essa narrativa estrutura-se, portanto, a partir de dois movimentos fundamentais: por um lado, o da viagem – como necessidade de fuga à procura da sobrevivência, manifestando a característica diaspórica do povo judaico” (2021, p. 149), no caso a busca por sobreviver longe da perseguição sofrida pela Inquisição.

Novinsky et al (2015, p. 54), na obra *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história*, destacam que “[o] terror e o medo que a Inquisição inspirava obrigaram os marranos²⁵, sempre que possível, a fugir. Raras foram as regiões do mundo que os receberam”. Por seu turno, Vainfas afirma que

[a]s perseguições contra os judeus *sefardim*, primeiro na Espanha, depois em Portugal, provocaram levas de migrações que precederam, de muito, a “diáspora holandesa”. Há registro de que, ainda no final do século XIV, judeus da Catalunha, de Valência e Mallorca transferiram-se para o norte da África para fugir dos motins antijudaicos (2010, p. 31, grifos do autor).

Destino semelhante teve mulheres acusadas e condenadas por bruxaria pelo Tribunal do Santo Ofício, pois também foram obrigadas a deixar seu território de origem. Em Portugal, de acordo com Laura de Mello e Souza (1986, p. 158), mulheres penitenciadas foram degredadas para a África e de lá acabaram tendo o Brasil por destino.

A história oficial narra casos de mulheres que compõem essa lista. Nos arquivos da Inquisição, na Torre do Tombo em Lisboa, Portugal, é possível encontrá-las, e Scliar, em *A estranha nação de Rafael Mendes*, também aborda a presença dessas na sociedade pernambucana da Colônia. De forma bastante humorada, mulheres que se encontravam às margens e as que eram chamadas de bruxa compõem o corpo dos personagens da obra.

²⁵ Na Península Ibérica, “marrano” era uma designação pejorativa aos judeus batizados no Catolicismo, que eram suspeitos de judaizar em segredo.

Dentre os personagens scliarianos, as mulheres ocupam lugar de destaque. As que muito foram esquecidas pela história oficial recebem destaque especial e ganham espaço em suas obras, que as trazem como personagens principais, como é o caso de *O ciclo das águas* (1978), *Manual da paixão solitária* (2008) e *A mulher que escreveu a Bíblia* (1999).

Assim, nesse modo literário scliariano, as chamadas bruxas no Brasil colonial adquirem um novo perfil, uma nova perspectiva de abordagem sobre quem eram, seu papel e lugar na sociedade. Nas páginas da história oficial, aparecem como aliadas do demônio; nas mãos de Scliar, entram para a literatura como mulheres de poder e as que não o tinham ansiavam por tê-lo, como a personagem Maria de Freitas.

CAPÍTULO III

Maria de Freitas: a mulher feiticeira em busca de um lugar na sociedade

Oh, feiticeira, que poder apavorante tens!

Jules Michelet

3.1 A construção da personagem

Beth Brait, no livro *A personagem*, destina o quinto capítulo para escritores responderem aos questionamentos: “De onde vêm esses seres?” Onde nasce cada personagem que ganha vida nas mãos de seus criadores? E antecipa um comentário:

Mesmo a narrativa mais realista não consegue afastar do receptor a forte impressão de uma certa magia, um certo poder inexplicável de que é dotado o ser humano que reinventa o mundo através das palavras, das imagens e da combinação desses dois elementos (BRAIT, 1985, p. 69).

Moacyr Scliar participa da lista dos autores presentes no livro de Brait, que respondem a esses questionamentos interligados. Ele afirma: “Em última análise, os personagens de ficção vêm da imaginação do escritor. Não é a capacidade de bem retratar que faz um escritor de ficção, mas sim a capacidade de imaginar personagens e de criar situações” (SCLIAR apud BRAIT, 1985, p. 84-85). Dessa imaginação fértil nasceu a Maria de Freitas, a *Maria-Arde-lhe-o-Rabo*.

A personagem Maria de Freitas é apresentada como uma habitante do Brasil colonial do século XVII. Scliar a constrói desenhando o cenário no qual ela habita, um ambiente hostil às mulheres, principalmente as acusadas de feitiçaria. O palco desse cenário, construído nas bases das ideias vindas da Europa medieval, claro, não permitia protagonismo para a mulher. As estruturas estavam fincadas no outro lado do Atlântico, no imaginário coletivo que a colocava à margem da sociedade.

Em Portugal a família era a base da sociedade, havia regras bem definidas para o matrimônio. Lina Gorenstein (2005, p. 227) destaca o papel da Igreja na formação dessa estrutura, na qual “o Concílio de Trento estabeleceu regras para o matrimônio e proibiu os casamentos clandestinos – a partir de 1564 a disciplina do Concílio vigorou em Portugal, revogando todas as leis anteriores”. A legislação considerava a mulher incapaz, devendo estar sob a dependência do pai ou do marido:

As relações entre marido e mulher também eram legisladas; devido ao que se considerava a “desigualdade natural entre os sexos”, a mulher estava sujeita à autoridade do marido; este deveria dirigi-la, defendê-la, sustentá-la, corrigi-la moderadamente; as mulheres tinham deveres correspondentes aos do marido, entre os quais “participar da dignidade do marido”. Em caso de adultério, o castigo da mulher era maior, uma vez que o crime cometido pela esposa, atingiria os filhos, obscurecendo sua paternidade (GORENSTEIN, 2005, p. 228, grifos da autora).

A condição feminina estava nas entranhas da sociedade ibérica. Foi construída uma estrutura social que colocava a mulher numa situação de inaptidão e totalmente dependente do masculino. E, como já mencionado, são essas ideias que formam o Brasil colonial:

Na colônia vigorava a legislação da Metrópole. Nas constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia reafirmou-se a necessidade de que os esponsais não fossem confundidos com o casamento verdadeiro; procurou-se evitar que a promessa de casamento fosse seguida de cópula; depois foi proibido que os párocos tomassem parte na celebração dos esponsais; havia penas pecuniárias para quem continuasse a seguir as antigas leis do Reino. Ao mesmo tempo em que combatia os esponsais enquanto substituto do casamento, a Igreja atribuía a essa celebração importância, tanto que a quebra dos esponsais era julgada nos tribunais eclesiásticos (GORENSTEIN, 2005, p. 231-232).

Por Portugal foi definindo o formato matrimonial da sua Colônia americana, desde o rito até a estrutura que se daria após, mesmo que os esponsais, a princípio, não tivessem a influência direta da Igreja, porque na Colônia era comum o casamento não legalizado. Gorenstein (2005, p. 234) expõe que “na colônia a vida era regulamentada, como no Reino”.

Para as mulheres da Colônia, o casamento era o melhor caminho, pois a própria estrutura em construção corrobora essa ideia. E é aí que mulheres degredadas, como a personagem em foco, são inseridas, colocadas numa situação desconfortável, já que não eram parte do modelo social que vinha sendo construído. Eram as estranhas que chegavam. A personagem ficcionalmente construída por Scliar apresenta os aspectos desse estranhamento.

Por meio dos hábitos de Maria de Freitas, desejos, relacionamentos, sonhos e da sua ambição, seu perfil é progressivamente construído a cada página da parte do livro onde a personagem integra a trama. É revelado um pouco dela até que se tenha o todo, ao final das poucas páginas nas quais é mencionada a protagonista deste estudo.

Importante ressaltar que pensar o processo criativo que gerou Maria de Freitas, imaginar como se deu sua gestação e quanto tempo durou sua maturação até chegar ao formato conhecido, em *A estranha nação de Rafael Mendes*, é caminhar, igualmente, pela linha do tempo do escritor e por seu processo de produção ao longo das décadas, durante os quais presenteou o mundo com o legado de suas obras e seus personagens.

A personagem aqui em voga vem repleta de valores, códigos e significados. A mulher Maria de Freitas carrega na sua constituição aspectos de um tempo, o Brasil Colônia, conecta o leitor ao mundo ali retratado, de uma sociedade carregada de conceitos e preconceitos. Nesse ponto há de se concordar com Antonio Candido, quando afirma: “A personagem vive o enredo e as ideias, e os torna vivos” (2009, p. 51). Scliar manipula a realidade, gestando personagens fictícios, porém vivos por meio da representação de elementos do cotidiano.

Não espanta, portanto, que a personagem pareça o que há de mais vivo no romance; e que a leitura deste dependa basicamente da aceitação da verdade da personagem por parte do leitor. Tanto assim, que nós perdoamos os mais graves defeitos de enredo e de ideia aos grandes criadores de personagens. Isto nos leva ao erro, frequentemente repetido em crítica, de pensar que o essencial do romance é a personagem, – como se esta pudesse existir separada das outras realidades que encarna, que ela vive, que lhe dão vida (CANDIDO, 2009, p. 52).

O personagem, por mais brilhante que seja, não está isolado, é criado e construído com traços que o conectam ao todo que o envolve, como, por exemplo, o enredo do qual faz parte.

O estreito laço que há entre realidade e ficção se manifesta na representação da primeira através da segunda, principalmente por intermédio do personagem. “Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste” (CANDIDO, 2009, p. 52).

Ao pinçar, no meio de tantas questões da Colônia seiscentista, principalmente do Nordeste, a mulher e sua condição naquele lugar, a sensibilidade de Scliar revela seu perfil de escrita. Tem que se concordar com Maria Zilda Ferreira Cury que, no prefácio do livro *O olhar enigmático de Moacyr Scliar*, assegura:

Do livro lançam-se luzes sobre as múltiplas faces do escritor, sobre o seu olhar sobre o mundo e sobre a ficção: o cronista corajoso, o romancista dos imigrantes, o leitor irreverente das tradições literária e bíblica, o memorialista, o humorista fino, o manejado sofisticado da língua e tantos outros criadores que convivem na sua escrita. Também o escritor amoroso e compassivo, de olhar terno na direção dos mais humildes e dos marginalizados (2019, p. 7).

Havia uma preocupação do autor em tratar temáticas, questões e figuras representativas de uma parte miúda, isto é, dos que viviam às margens na sociedade, mas que têm um significado tão amplo para se trazer à superfície o que pouco ou ainda não foi mencionado sobre eles. A exemplo de Maria de Freitas, a personagem que representa um cotidiano na Colônia e leva o leitor a pensar sobre quem eram essas mulheres que constantemente eram procuradas pela população local, para resolver seus problemas dos mais variados tipos. Questões que, aos

olhos dos simples humanos, eram impossíveis de haver solução, mas, que elas, através de um poderoso contato com o sobrenatural, tinham o poder de sanar, o que lhes conferia uma imagem de *status* e poder, ao mesmo tempo que as fazia temidas. A mesma mulher, que tinha o poder de curar doenças e trazer amores perdidos, poderia ser capaz de práticas de malevolência, como casamentos desfeitos, doenças e até a morte.

De acordo com Jules Michelet, que faz uma análise da mulher medieval com ênfase na feiticeira, a mulher é feiticeira graças à sua própria natureza. “É a tendência própria da mulher e seu temperamento. Ela nasce fada. Pelo retorno regular da exaltação, é sibila. Pelo amor, é mágica. Por sua astúcia, sua malícia (muitas vezes caprichosa e benigna), é feiticeira; traça a sorte, ou pelo menos atenua, e engana os males” (MICHELET, 1992, p. 28). Mas, afinal, o que significa ser feiticeira? Por que algumas mulheres acabaram por ser adjetivadas assim na Idade Média?

A mulher dotada de conhecimentos sobre adivinhações, previsões, orações que aliviavam as dores, que curava através das ervas e ainda fazia partos, era um mistério para o conhecimento científico da época. Desafiava o poder medieval construído por homens que não acessavam o conhecimento dela. A que tinha elevada importância na Antiguidade, no período medieval, passa a ser pejorativamente chamada de feiticeira, ou seja, esse adjetivo assume um novo significado, o de mulher com poder mágico e maléfico. Nesses contextos, ela era de extrema importância para a sociedade: “O único médico do povo, durante mil anos, foi a feiticeira” (MICHELET, 1992, p. 30), tinha o poder da vida e da morte. É justamente nesse período que tais habilidades, a magia e todo o conhecimento que essas mulheres possuíam passam a ser rotulados de demoníaco.

Assim, o que antes levava essas mulheres a serem reconhecidas como sábias as colocará como um dos grupos marginais na sociedade medieval europeia. Lunara Calixto observa que:

Desde os primórdios da civilização humana, houve cultos destinados à fertilidade da terra, considerada um atributo dos deuses. Havia a concepção de que a fertilidade e a vida provinham de uma força feminina e a atribuíam a uma deusa-mãe. Várias sociedades antigas e heterogêneas, datando de aproximadamente 4.000 a.C., já desenvolviam rituais a fim de agradecer aos bens providos pela natureza (2017, p. 114).

No entanto, há muitas lacunas na história das mulheres; seja na Antiguidade Clássica ou no período medieval, vem acompanhada de muito silêncio, o despertar para essa temática é recente. Segundo Giselle Moreira Mata,

ao longo dos séculos na historiografia tradicional, observamos a produção de uma cultura que ignorava a mulher enquanto ser social, dotado de capacidade

intelectual e vocação sexual própria, dificultando o estudo acerca do feminino que em geral fica resignado à reprodução da imagem materna e doméstica da mulher. São raros os vestígios deixados por elas. Na maioria das vezes, quando o silêncio é rompido, percebemos que estes sinais são na verdade resultados de registros que não foram construídos de suas próprias observações, quase sempre subjugadas ao olhar masculino (2009, p. 1-2).

A autora afirma que, mesmo diante da escassez de vestígios acerca da mulher na Antiguidade, é possível identificar que, na Grécia Antiga, enquanto agente histórico ela foi pouco mencionada, o que não impediu de se constatar que naquele período lhe era designado exclusivamente o lugar de reprodutora, tendo o ambiente doméstico como o seu local habitual.

Nesta época, de forma genérica, dificilmente as mulheres excediam ao ambiente doméstico, eram educadas para o matrimônio. O casamento representava uma garantia, uma transmissão da legitimidade cívica e dos bens familiares através da procriação de filhos legítimos (MATA, 2009, p. 2).

Porém, havia aquelas que estavam associadas ao sagrado, ao divino, as detentoras de um conhecimento especial, como os aspectos curativos das plantas.

A magia, o esoterismo e o uso das plantas na cura de doenças sempre estiveram presentes na história da humanidade. Rituais de cura, consulta aos sábios e profetas, preparação de medicamentos, adoração e oferenda a deuses, contato com espíritos, nas mais diversas culturas – seja na África, na Ásia ou na América –, essas práticas se faziam presentes. Em algumas delas, as mulheres com tais habilidades eram chamadas de sábias:

Rainhas, magas da Pérsia, deslumbrante Circe! Sublime sibila, ai! Que foi feito de vós? Que bárbara transformação! ... Aquela que, do trono do Oriente, ensinava a virtude das plantas e a viagem das estrelas, aquela que, do tripé de Delfos, resplandecente do deus de luz, transmitia de joelhos seus oráculos ao mundo – é ela, mil anos depois, que é caçada como animal selvagem, perseguida nas encruzilhadas, aviltada, empurrada, apedrejada, forçada a sentar-se sobre carvões em brasa! ... (MICHELET, 1992, p. 30).

Após a institucionalização do cristianismo na Europa e a entrada dos povos germânicos nesse continente a partir do século V, um novo período começa a emergir. O antigo território romano é ocupado por povos que vão dar origem a novos reinos. Uma fusão cultural marca esse período, o politeísmo e o paganismo germânico se misturam aos rituais e à cultura dos cristãos. A Igreja europeia tolerou por cerca de mil anos o paganismo oriundo dos germânicos e, em alguns casos, o sincretismo com o cristianismo.

A Igreja Católica, na busca por se impor sobre tais crenças e práticas pagãs, implanta novas ideias onde tudo o que não vem da sua estrutura de fé e de ritos é considerado diabólico. Qualquer tipo de prática associada à magia e ao esoterismo estaria ligada ao demônio. O

combate ao paganismo dá à Igreja a ideia de ter triunfado sobre tais crenças, e a coloca como a instituição de maior poder durante a Idade Média. Uma nova mentalidade é construída na Europa e depois trazida à América: a mulher detentora de conhecimento milenar, a partir de meados do século XV, será rotulada de feiticeira, dando início ao período de “caça às bruxas”.

Souza (1986) destaca, na obra *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*, um desses casos que se encontram nos arquivos da Inquisição em Lisboa, sendo a ré de nome Antônia Maria e o Processo de número 1.377. Eis o conteúdo desse Processo:

Além do conflito existente entre duas mulheres vizinhas por causa do amor de um homem, a história de Antônia acusa as tensões entre duas feiticeiras, provocadas por ciúmes mútuos em torno do prestígio profissional. Antônia e Joana eram amigas desde Portugal. No decorrer do processo, talvez para atenuar suas culpas, Antônia declararia que tudo aprendera ainda em Beja com Joana de Andrade. Chegaram juntas, retomaram adivinhações e sortilégios juntas também. Mas, segundo Joana, a amiga fora mais longe, aperfeiçoando-se na colônia com uma refinada feiticeira chamada Páscoa Maria; o mundo colonial acentuava as vocações demoníacas. Com o sucesso da sua até então amiga, Joana se ressentiu; ficando doente para morrer, acusou Antônia de ter provocado a sua morte, temendo a concorrência. Quando esta veio visitá-la dissera-lhe: “A Antônia já vistes o que desejáveis, que era vê-la morta porque lhe tirava o ganho”. De fato, antes de ficar doente e morrer, Joana atuava como contrafeiticeira dos feitiços de Antônia. Delatara-a à vizinha Barbara de Melo, procurara desfazer os malefícios que, dizia ela, a amiga lançara sobre a família do pedreiro. Antônia não perdoou a ingerência nos seus negócios: como troco, deu-lhe a morte (apud SOUZA, 1986, p. 201).

Essa simbologia de uma dualidade entre o bem e o mal retrata o perfil de uma sociedade que se formava em meio a uma ideia maniqueísta, que era perpetuada pelo discurso religioso da época. Diante disso, é possível identificar o que Scliar traz em Maria de Freitas, que é capaz de provocar o leitor através dessa representação mística e social da feiticeira no Brasil colonial.

Das brincadeiras de crianças, nas ruas do bairro do Bom Fim, até a Academia Brasileira de Letras, dos múltiplos estudos e das experiências, a arte scliariana se revela potente em cada obra. E a personagem Maria de Freitas não poderia ser uma exceção. Por onde começar? Essa foi a pergunta que permeou meus pensamentos de leitora-pesquisadora, ao eleger a bruxa Maria de Freitas como foco de análise em *A Estranha Nação*.

Maria-Arde-lhe-o-Rabo era uma mulher incansável na busca pelo reconhecimento como feiticeira. Orgulhosa, encontrava maneiras de se projetar na sociedade como bruxa de muitos poderes, e fazia questão de ser assim chamada. O que remonta às feiticeiras da Idade Média, na Europa, que, de acordo com Michelet, elas “pouco se esforçavam por ocultar seu jogo. Tendiam antes a se vangloriar” (1992, p. 145). Mas, no caso da personagem em destaque, suas tentativas

de se consolidar como bruxa eram sempre frustradas. Até mesmo a tentativa de fazer alteração no seu nome foi uma decepção:

A começar por seu nome; quatorze letras. Por que quatorze? Seria pronunciado com mais respeito e temor o nome de Maria de Freitas, se tivesse treze letras. Mas não, com quatorze letras nascera e com quatorze morreria. Maria d'Freitas. Vidal de Negreiros rira: como eliminar o e, como colocar apóstrofo diante de um nome começado por consoante? Além disso, a providência não seria inteiramente satisfatória, o apóstrofo pode ser, a qualquer momento, considerado como uma letra; os céticos sem dúvida tirariam proveito disso: “Feiticeira? Só se for com apóstrofo!” (SCLIAR, 1983, p. 126-127, grifo do autor).

No entanto, Maria de Freitas, por mais que tentasse e se aplicasse às práticas de bruxaria e buscasse todo o conhecimento ligado à arte da feitiçaria, jamais conseguiu realizar seu desejo. Era tudo inútil:

Do mesmo modo, seu mau-olhado sobre as plantações dos mais só fazia a cana e o tabaco crescerem viçosos. Levitar? Nada. Voar pelos céus com vassoura? Nada. Galopava com a vassoura, saltava, projetava-se cheia de fé para o alto – lá vou eu! – apenas para cair, cair fragorosamente, miseravelmente. Tentava prever o futuro observando vísceras de animais; onde outros viam a previsão do tempo, a marcha de exércitos vitoriosos, a cotação do açúcar da Bolsa de Londres ou Amsterdam, ela via apenas a moela de um galo; um galo preto, de boa caça, abatido de acordo com os preceitos rituais; mas – moela, nada mais que moela. Que podia fazer com a moela, se não comê-la? Comia-a, cozida (SCLIAR, 1983, p. 127).

E, para aumentar ainda mais sua infelicidade, Maria de Freitas convivia com o sucesso do desempenho de outras mulheres habilidosas na arte que tanto almejava. “Tais êxitos mortificavam profundamente *Maria-Arde-lhe-o-Rabo*” (SCLIAR, 1983, p. 128). Esse é um retrato de Maria de Freitas, uma história pessoal que reflete a busca de mulheres por uma posição na sociedade de um Brasil seiscentista que, aos moldes europeus, como mencionado anteriormente, resignava-as a um papel inexpressivo e, por vezes, aviltante.

É uma condição semelhante à vivida por outros personagens de Scliar, que carregam em si a representação da condição do judeu, do estrangeiro, do marginalizado. Que experimentam a angústia de estar num meio de que não se sentem parte, mas, ao mesmo tempo, têm a necessidade de se adaptar para sobreviver. Nesse processo, ou se anulam e se permitem ser modelados pelo meio em que estão inseridos, isto é, o dominante; ou, como ato de resistência, mantêm viva sua origem e essência, preservando, pelo menos em parte, sua identidade cultural.

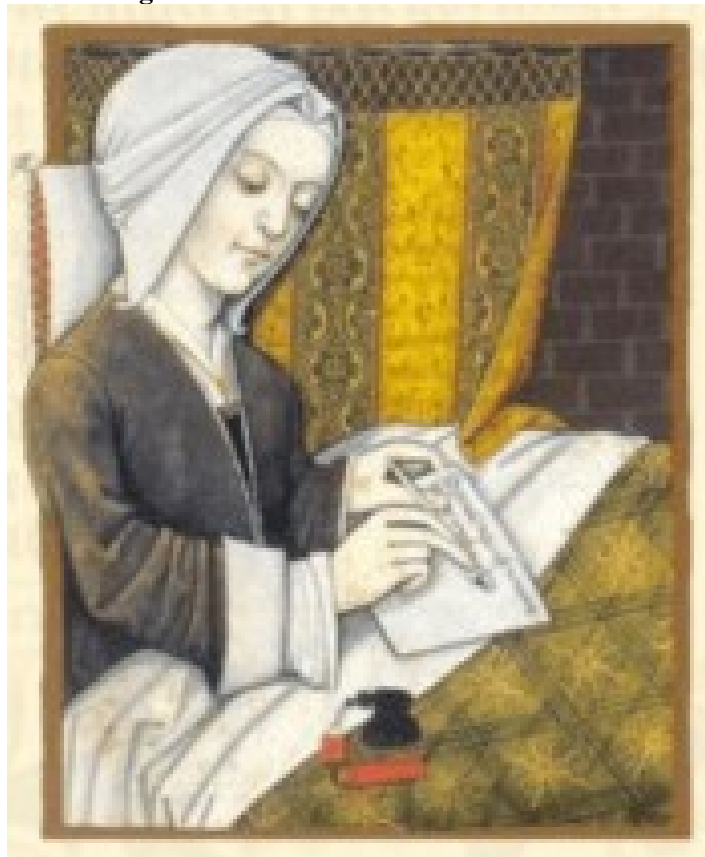
Maria de Freitas compõe o grupo desses atores scliarianos que simbolizam a dor e a luta diária de milhões de pessoas que são colocadas à margem. E pessoas assim são as que mais têm na história da formação da sociedade brasileira, ao longo desses quinhentos anos. E é com muito

humor que Moacyr Scliar apresenta a personagem ao leitor, nessa obra que marca, segundo Oliveira (2006, p. 98), o período de transição da escrita de Scliar. Transição, porque difere em estrutura e temáticas do que o autor praticou antes desta nas suas obras, e inaugura o prelúdio da próxima fase da escrita de Scliar.

Em *A Estranha Nação*, o autor tece uma crítica a uma realidade historicamente construída. Evidencia personagens diferentes dos estereótipos comuns, como a feiticeira Maria de Freitas, uma das hereges do Brasil colonial, que revela aspectos de uma sociedade em construção, na qual a mulher habitante desse território era indígena, africana, judia, portuguesa, holandesa e degredada. É herdeira da tradição medieval, que a colocava unicamente como responsável pela reprodução humana, devido ao fato de ser acusada pela queda do homem no Jardim do Éden. E, assim, se formou a imagem da mulher “mãe do Brasil”, que foi submetida às ideias construídas em terreno europeu, porém adaptadas à realidade única que foi sendo construída nesse território a partir do século XVI.

3.2 A mulher medieval

Figura 1 – Mulher medieval escrevendo



Fonte: <https://clickmuseus.com.br/livro-mulheres-intelectuais-na-idade-media-disponivel-para-download-gratis/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Como era a vida de uma mulher, durante a Idade Média, na Europa? Essa pergunta pode ser respondida com base nas evidências e nos estudos sobre esse período de praticamente mil anos de história. Muitos pesquisadores têm se dedicado a estudar esse período tão significativo da história da humanidade, fase na qual se encontram algumas das raízes do Brasil, como a questão agrária do país, que denuncia a origem medieval, o feudalismo e seu sistema de feudos, implantada na divisão de terras nomeada de as Capitânicas Hereditárias²⁶. A tradição, a religiosidade e a formação da sociedade brasileira também remontam a esse período; principalmente, o papel da mulher, que vem carregado de uma construção ideológica do período medieval. Dessa forma, é necessário retornar àquele território, naquele espaço de tempo.

Sobre a mulher na Europa medieval, Michelet, em *A Feiticeira: 500 anos de transformações na figura da mulher*, afirma que “[o] nascimento de uma filha era pranteado como uma desgraça. Pouco cuidavam dela. Poucas deviam sobreviver. O mais velho dos irmãos era o único que se casava” (1992, p. 17). Na página seguinte da mesma obra, o autor enfatiza: “Quando mais na Idade Média! Aí a mulher é esmagada de três lados. A Igreja a mantém no nível mais baixo (ela é Eva e o próprio pecado): em casa, é surrada; no sabá, imolada. Sabemos como. No fundo, ela não é nem de Satã, nem de Jesus. Não é nada. Matava-se pelo filho” (MICHELET, 1992, p. 18).

Mas, apesar desse triplo esmagamento, ela era necessária. Como uma sociedade patriarcal poderia se manter sem essa figura que carrega o poder da criação, o governo da casa e a responsabilidade de alimentar e vestir os seus? Por esses motivos, não poderia ser eliminada. Imolada e surrada sim, eliminada não. Assim, se mantinha “o horror da Idade Média. Com sua aparência toda espiritual” (MICHELET, 1992, p. 18), em nome de um discurso religioso construído pelos líderes da Igreja, que ensinavam que as atitudes dos seres humanos na Terra determinariam sua morada eterna, ou seja, o bom cristão, o que praticou boas ações, teria sua morada no céu, enquanto os maus queimariam no fogo eterno do inferno. Esse era o discurso repetido nos sermões dos padres, discurso que impunha sobre a mulher uma tendência natural ao pecado e, devido a esse fato, ela deveria ter uma vida comedida, de total subserviência ao homem e à Igreja, pois do contrário poderia amargar no inferno por toda a eternidade.

Os sermões, como demonstra Jean Delumeau (2009, p. 477), “foram frequentemente os veículos e multiplicadores de uma misoginia com base teológica: a mulher é um ser

²⁶ As Capitânicas Hereditárias foi um sistema criado pela Coroa Portuguesa para promover a administração das terras brasileiras em 1534. O território, que tinha limite a oeste pelo Tratado de Tordesilhas e a leste pelo oceano Atlântico, foi dividido em quinze faixas de terra e entregue a doze homens, chamados de donatários, eles tinham a missão de administrar e povoar sua capitania com o objetivo de evitar possíveis invasões. Uma grande extensão de terra, um latifúndio, nas mãos de um único homem, foi a causa primeira da questão agrária no Brasil.

predestinado ao mal”. O autor cita uma dessas pregações misóginas, a de Bernardino de Siena (1380-1444), um famoso pregador que proferia seus discursos não somente dentro das igrejas, mas em praças também, com temas recorrentes contra os judeus, as mulheres e o infanticídio:

É preciso varrer a casa? – Sim. – Sim. Faze-a varrê-la. É preciso lavar de novo as tigelas? Faze-a lavá-las. É preciso peneirar? Faze-a peneirar, faze-a então peneirar. É preciso lavar a roupa? Faze-a lavá-la em casa. – Mas há a criada! – Que haja a criada. Deixa fazer a ela [a esposa], não por necessidade de que seja ela que faça, mas para dar-lhe exercício. Faze-a vigiar as crianças, lavar os cueiros e tudo. Se tu não a habituas a fazer tudo, ela se tornará um bom pedacinho de carne. Não lhe deixes comodidades, eu te digo. Enquanto a mantiveres atenta, ela não permanecerá à janela, e não lhe passará pela cabeça ora uma coisa, ora outra (SIENA apud DELUMEAU, 2009, p. 477).

A sociedade medieval, nos moldes que será conhecida por mais de mil anos, começa a ser formada a partir do século V, quando Igreja e nobreza detinham o poder e a riqueza em suas mãos, sendo a primeira soberana sobre a segunda. Toda a estrutura dessa sociedade, que havia designado aos camponeses o dever de alimentá-la materialmente, aos nobres a tarefa de protegê-la e ao clero a maior e mais nobre função, o alimento espiritual, era validada pelo discurso religioso. O modelo criado, de uma sociedade estamental dividida em três ordens, possuía uma justificativa espiritual, o que impedia que ele fosse questionado. O poder da Igreja, após o início das Cruzadas no século XI, que tinha motivação política, se ampliou e produziu uma instituição de caráter universal.

A instituição religiosa possuía no comando homens que emitiam um diagnóstico maléfico sobre a mulher daquele período. Delumeau, em *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada* (2009), aponta alguns elementos acerca da origem da hostilidade entre homens e mulheres. Essa hostilidade produziu as causas da criação de um discurso de ódio mobilizado pela detentora do saber à época, a Igreja, que reservava a si a exclusividade do discurso religioso e do científico contra a figura feminina. Um dos elementos seria o fato de ela, em função de gerar filhos, estar mais próxima da obra da criação (DELUMEAU, 2009, p. 463). Tal fato a coloca numa posição de superioridade, o que causa medo no homem. Nas páginas seguintes, o historiador explica que:

[n]o inconsciente do homem, a mulher desperta a inquietude, não só porque ela é o juiz de sua sexualidade, mas também porque ele a imagina de bom grado insaciável, comparável a um fogo que é preciso alimentar incessantemente, devoradora como o louva-a-deus. Ele teme o canibalismo sexual de sua parceira, assimilada a um conto do Mali a uma enorme cabaça que, ao rolar, devora todas as coisas à sua passagem. Ou ainda ele imagina Eva como um oceano no qual seu frágil navio flutua com precariedade, como um sorvedouro que o aspira, um lago profundo, um poço sem fundo. O vazio

é a manifestação fêmea da perdição. Assim, é preciso resistir aos turvos apelos de Circe e de Lorelei. Pois, de qualquer maneira, o homem jamais é vencedor no duelo sexual. A mulher lhe é “fatal”. Impede-o de ser ele mesmo, de realizar sua espiritualidade, de encontrar o caminho de sua salvação. Esposa ou amante, é carcereira do homem. Este deve, pelo menos, às vésperas ou no caminho de grandes empreendimentos, resistir às seduções femininas. Assim faziam Ulisses e Quetzalcóatl. Sucumbir ao fascínio de Circe é perder a identidade (DELUMEAU, 2009, p. 467, grifo do autor).

Diante do risco de se perder, de se fragilizar e de se submeter à figura feminina, ou ainda de perder a salvação (o céu), o homem medieval, através da religião, onde a perseguição ao feminino é validada, busca dominar e subjugar a mulher daquela sociedade.

O simples fato de nascer mulher já colocava esse ser humano em posição inferior, de acordo com a mentalidade da época. O feminino era associado ao pecado e o texto *O Martelo das Feiticeiras* (1997) aponta a mulher como a tentadora do homem, liga-a ao pecado e ao sexo. Deformada por sua natureza caída, facilmente se aliava ao demônio (KRAMER; SPRENGER, 1997, p. 34). A situação da mulher medieval era de pária. Rute Salviano Almeida (2012) destaca que somente pelo casamento essa mulher acessava a uma posição social, a de existir nessa sociedade:

O termo que designava a moça solteira no século XII era “mesquinha”, porque, antes de se casar, ela não era nada. A mulher só alcançava existência jurídica quando se casava e, quando dava à luz, subia um degrau, pois estava cumprindo aquilo para o qual fora tomada por um homem. Portanto, fora da célula doméstica, a mulher se encontrava numa posição perigosa (ALMEIDA, 2012, p. 82, grifo da autora).

Havia um discurso moral encabeçado pelo clero com o objetivo de adestrar a mulher conforme os preceitos religiosos e, nessa fala, a solteira era condenada ao não pertencimento, isto é, era excluída da sociedade.

Dentro do casamento sua situação também não era fácil, já que a lei civil era ainda mais hostil à mulher do que a lei canônica, e ambos os códigos permitiam que fosse castigada pelo marido. Houve um grande progresso quando no século XIII as “Leis e Costumes de Beauvais” ordenavam que o homem castigasse a esposa “com certa moderação” (ALMEIDA, 2012, p. 82, grifos da autora).

No meio secular e religioso a posição da mulher ideal era, portanto, de total obediência e servilidade ao homem. Mary del Priore, em *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*, livro que traz o prefácio escrito por Moacyr Scliar, destaca essa repressão ao feminino:

Entre os séculos XII e XVIII, a Igreja identificava, nas mulheres, uma das forças do mal sobre a terra. Quer na filosofia, quer na moral ou na ética do período, a mulher era considerada um ninho de pecados. Os mistérios da fisiologia feminina, ligados aos ciclos da Lua, ao mesmo tempo que seduziam os homens, os repugnavam. O fluxo menstrual, os odores, o líquido amniótico, as expulsões do parto e as secreções de sua parceira os repeliam. O corpo feminino era considerado impuro (PRIORE, 2011, p. 25).

Já Calixto (2017, p. 66) destaca que o código moral imposto sobre as “mulheres solteiras e casadas ocasionou que muitas desconhecessem o próprio corpo, pois assuntos mais íntimos poderiam causar culpa, vergonha ou diminuição, o que variava entre um caráter de proibição até ao de punição”. Todo discurso religioso se sustentava em crenças que os próprios clérigos criavam para justificar suas falas, dentre as quais a defesa da ideia que seria apenas o homem criado à imagem e semelhança de Deus, e a ele foi dado o direito de governar sobre tudo, principalmente sobre a mulher, que seria feita da costela do homem.

O conhecimento da anatomia feminina na época era permeado mais por superstições do que propriamente o estudo da sua fisiologia. Acreditava-se que certas “doenças” no seu corpo, como melancolia, loucura ou ninfomania, ocorriam pelo fato de a mulher ser mais suscetível às ações do demônio (CALIXTO, 2017, p. 67).

Desse modo, eram acentuadas as crenças criadas pelo masculino medieval:

Venenosa e traiçoeira, a mulher era acusada pelo outro sexo de ter introduzido sobre a terra o pecado, a infelicidade e a morte. Eva cometera o pecado original ao comer o fruto proibido. O homem procurava um responsável pelo sofrimento, o fracasso, o desaparecimento do paraíso terrestre, e encontrou a mulher. Como não desconfiar de um ser cujo maior perigo consistia num perigo? Nesse retrato, a caverna sexual tornava-se fenda viscosa do inferno (PRIORE, 2011, p. 25).

Sobre a figura feminina eram lançadas as piores teorias. E, com a chegada do luteranismo e do calvinismo, a perseguição e a repressão sistemáticas a ela não retrocederam, pelo contrário, multiplicaram aqueles que a cassavam. Em terreno europeu, a maldade revestida de um discurso religioso perseguiu, torturou e queimou milhares de mulheres.

Elas tinham um papel bem estabelecido dentro das famílias medievais. As que não se casavam deveriam ir para o convento, porque não se casar naqueles tempos era uma verdadeira desgraça. O matrimônio era de suma importância na sociedade e, sejam ricos ou pobres, ambos se empenhavam em matrimoniar seus filhos: “As famílias nobres arranjavam casamentos para seus filhos enquanto eles ainda eram pequenos, as meninas podiam se casar aos 12 anos, e os meninos aos 14” (MACDONALD, 2021, p. 17). Já os camponeses se casavam mais tarde, “porque primeiro tinham de guardar dinheiro para montar sua casa” (MACDONALD, 2021, p.

17), pois, ao se unirem com outra pessoa, saiam da casa dos pais. Em algumas regiões da Europa, em algumas famílias, os homens não deixavam a casa dos pais ao se matrimoniar, recebiam a esposa e ali permaneciam. A esse respeito, Georges Duby (2009) sublinha um costume diferente nas casas dos aristocratas da França feudal:

Nenhuma casa sem casamento, nenhum casamento sem casa. Cada uma se ordenava em torno de um casal procriador e de um só; os filhos, quando se casavam eram dela expulsos, os velhos também, as viúvas repelidas para os arredores dos mosteiros e os pais demasiado idosos impelidos para o retiro religioso, seja para a viagem de Jerusalém, preparatória da morte (DUBY, 2009, p. 68).

Essas são evidências da descartabilidade dos seres humanos que não atendiam aos propósitos da sociedade ali construída, que visava unicamente uma estrutura familiar para o sustento e manutenção do grupo, e o que estivesse fora disso poderia ser excluído. Na sequência, para ilustrar, uma obra do autor Nicolo da Bologna, datada aproximadamente do ano 1350:

FIGURA 2 – O casamento: O beijo da noiva



Fonte: Rosenwald Collection. <https://www.nga.gov/collection/artist-info.4673>.
Acesso em: 20 jan. 2023.

Os casamentos medievais eram grandes eventos, comemorados com festas familiares. No século XI, as leis do matrimônio começam a ser criadas pela Igreja e o casamento passa a ter validade somente com a benção do sacerdote: “uma liturgia matrimonial foi desenvolvendo-se, e o ritual que até então era doméstico e profano foi transferido para a porta da igreja e depois para o seu interior” (ALMEIDA, 2012, p. 81). Dessa forma, o matrimônio foi sendo sacralizado pela instituição religiosa.

De uma maneira geral, na Europa, as nobres e as camponesas possuíam funções bem determinadas no casamento. A família era a mais importante instituição na vida do ser humano desse período, pois era ela que lhe garantiria a sobrevivência: alimento e abrigo. A mulher nobre, além do dever de gerar filhos, principalmente homens, deveria governar a casa, receber visitas e estar ao lado do marido em eventos políticos, ornada com joias que tinham a função de exibir a riqueza da família. Na ausência do marido, ainda acumulava a função de administrar o feudo. A mulher camponesa buscava água no poço da aldeia, cultivava alimentos em hortas em alguns dias e em outros trabalhava nos campos do dono da terra, ia até o bosque buscar a lenha para acender o fogo e preparava o alimento da família. Também ordenhava as vacas, fiava a lã, costurava as roupas dos moradores da casa e cuidava dos filhos (MACDONALD, 2021, p. 17), muitas funções ainda exercidas atualmente.

No entanto, Gorenstein (2005) – no livro *A inquisição contra as mulheres: Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII* – apresenta características femininas das judias na Península Ibérica medieval, que revelam um perfil diferente dessas para a católica em geral:

A atividade mercantil também era exercida por judias. Entre os judeus de Navarra, encontramos uma mulher, Donã Enclave, que fornecia para a Corte mercadorias secas e objetos de prata; pertencia a uma antiga família judia de Pamplona e, na segunda metade do século XIV, era considerada uma das melhores mercadoras de seda, de bolsas bordadas com pérolas e joias. Em Navarra também foram encontradas mulheres usurárias; somente uma trabalhava com seu marido, as outras eram viúvas; essas mulheres também faziam negócios entre si, comprando casas umas das outras, entrando em disputas judiciais (GORENSTEIN, 2005, p. 189).

A autora, nas páginas seguintes, fornece dados sobre essa mulher judia ativa no mercado desse período e não era raro vê-la à frente dos negócios da família. Mas, de uma maneira geral, eram poucos os lugares onde havia mulheres atuando no mercado ou em outras funções de trabalho, como na agricultura, na sociedade medieval.

A mulher era o reflexo da posição social e do poder do seu marido, e, se não correspondesse às suas funções, como a de gerar filhos, por exemplo, poderia até mesmo ser repudiada por ele. Como atesta Duby,

[u]m casal estava estabelecido no centro da rede de poderes. O feminino encontrava-se posicionado, por certo, sob o inteiro domínio do masculino; contudo, porque essa mulher era a esposa, porque devia ser a mãe dos herdeiros – e, quando não conseguia, não hesitava muito, no século XI, em recusá-la –, uma parcela do poder do seu “senhor”, como ela dizia, projetava-se sobre ela (2009, p. 78, grifo do autor).

É sobre essa mentalidade que o imaginário feminino medieval foi construído. E são essas ideias que povoavam as mentes no Brasil do século XVII, moldando a sociedade em construção.

3.3 A mulher na Colônia brasileira

Figura 3 – Ana Pimentel Henriques Maldonado (Século XVI)



Fonte: <https://ensinarhistoria.com.br/capitoas-do-brasil-mulheres-no-comando-de-capitanias/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Quando o Brasil foi invadido pelos portugueses em 1500, começaram a serem formadas uma nova realidade que mais tarde se configuraria como sociedade brasileira. Segundo Gilberto Freyre (1996), dentre as bases dessa sociedade, estava a família patriarcal, que, por inúmeras vezes, teve a mulher nativa utilizada não somente como instrumento de trabalho, mas também na formação da família colonial brasileira. Freyre mostra como isso se deu:

A nossa verdadeira formação social se processa em 1532 em diante, tendo a família rural ou semi-rural por unidade, quer através de gente casada vinda do

reino, quer das famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas ou com moças órfãs ou mesmo à-toa, mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros (1996, p. 22).

O patriarcalismo brasileiro tem suas origens na tradição portuguesa católica. Tal sistema garantia apenas ao primogênito o direito de herança. Seus irmãos e os outros parentes deveriam se submeter à autoridade do primogênito, quando este se tornasse o senhor da propriedade, e todas as decisões não podiam ser tomadas sem o seu conhecimento.

No Nordeste, a família patriarcal foi formada de maneira bem definida, constituiu-se uma sociedade bastante estratificada entre mulheres e homens, dentre outros. As que eram ditas de “boa família” praticamente não tinham atividades fora do lar, e seu mais importante papel era o de ser mãe. Sobre esse fato, Breno Rodrigo Alencar, em Resenha sobre o livro *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*, de Mary del Priore, sintetiza que:

Coube a Igreja Católica o papel de catequizar a população “ensinando-lhe” o uso adequado de seus corpos. Por essa razão, as carícias que faziam parte dos preparativos para o encontro sexual e até mesmo os elogios esbarravam nos limites do sagrado e do profano. Tal controle era exercido também na divisão dos papéis sexuais. Cada qual tinha um papel a desempenhar no casamento. Às mulheres era proibido o prazer e o conhecimento de si. Suas vaginas atendiam o propósito divino de reproduzirem. Aos homens era permitido (e até indicado) tratar suas mulheres como máquinas de fazer filhos, submetendo-as a relações sexuais mecânicas e despidas de expressão de afeto (ALENCAR, 2012, p. 88, grifo do autor).

Fica explícito o poder da Igreja sobre os fiéis, tanto sobre suas almas quanto seus corpos, inculcando neles a ideia de pecado e interditando o desejo. E essa interdição era ainda mais forte em relação às mulheres, que desconheciam os prazeres em seus próprios corpos, destinados apenas à procriação.

O filme *Desmundo* (2003), baseado no livro homônimo de Ana Miranda (1996), destaca esse poder da Igreja sobre a vida dos colonos na América portuguesa. Já no início, o filme narra trecho da carta do padre Manuel da Nóbrega ao Rei D. João, em 1552, na qual solicita à Coroa Portuguesa que sejam enviadas mulheres brancas para se casarem com os colonos.

Já que escrevi a Vossa alteza a falta que nesta terra há de mulheres, com quem os homens [se] casem e vivam em serviço de Nosso Senhor, apartados dos pecados, em que agora vivem, mande Vossa alteza muitas órfãs. E se não houver muitas, venham de mistura delas e quaisquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que quaisquer farão cá muito bem à terra, e elas se ganharão, e os homens de cá apartar-se-ão do pecado (NÓBREGA, 1988, p. 133).

O desenrolar do enredo se dá a partir da chegada das órfãs vindas de Portugal para se unirem em casamento na Colônia, cumprindo, dessa forma, os propósitos da Igreja de afastar os homens brancos do pecado com os nativos. A prática de enviar órfãs para se casarem com colonos era comum, o objetivo era preservar a elite branca portuguesa, ou seja, a “pureza” do sangue.

Na obra cinematográfica, é representada a condição da mulher no primeiro século da colonização. A personagem Oribela é violentada, acorrentada pelo marido num cômodo do engenho de açúcar e recebe ajuda de uma índia, que lhe dá comida e cuida dos seus ferimentos. Na sua segunda tentativa de fuga, recebe ajuda de outro personagem, Ximeno Dias, um cristão-novo habitante da região, porém é recapturada pelo marido.

Todo o sofrimento da personagem e a própria exibição das condições precárias de vida, nos primeiros séculos no território, retratam que o “Novo Mundo” estava muito longe de ser o paraíso tão sonhado pelos europeus. O filme mostra o contrário disso, por esse motivo um “desmundo”, isto é, um não mundo.

O Brasil também recebeu degredadas, mulheres condenadas em Portugal e enviadas a essas terras ao longo dos séculos XVI ao XIX. Uma pesquisa feita por Janaína Amado apresenta dados consistentes sobre uma investigação realizada em arquivos portugueses e brasileiros, destacando alguns casos relevantes em sua pesquisa, como um encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Caixa 42, Documento nº 7.393 e citado no artigo “Crimes domésticos: criminalidade e degredo feminino”:

E também se recolheram na mesma cadeia Fabiana Angélica e Ana Maria, em oito de dezembro de 1765, que vieram da Relação do Porto com carta guia, a primeira para ir por toda a vida em degredo para a ilha de S. Tomé, e a segunda com degredo de dez anos para a ilha de Santa Catarina (apud AMADO, 1998, p. 143).

A autora ainda destaca que o número de degredados aportados nessas terras era bastante significativo, principalmente mulheres julgadas pela Inquisição Portuguesa.

A mulher do Brasil colonial era estereotipada como uma católica conservadora, submissa e totalmente dependente do domínio masculino. Mesmo que uma jovem “donzela” se apaixonasse por um rapaz, não poderia ter nenhuma atitude proativa, a não ser esperar que ele tomasse a iniciativa de lhe fazer a corte, e, de acordo com a moral e os “bons” costumes coloniais, isso só poderia acontecer depois do consentimento dos pais da moça. Essa era a ideia de “boa mulher” que predominava no imaginário da sociedade brasileira à época.

Porém, há relatos de viajantes que passaram pelo país, nesse período, e registraram em seus diários perfis bem diferentes desse que permeava a ideia coletiva sobre o que era a mulher colonial. O relato do francês Pyrard de Laval é um bom exemplo:

Travei conhecimento e fiz amizade com outra jovem portuguesa, uma nativa do Porto, chamada Maria Mena, que dirigia uma das melhores tabernas da cidade, e não me faltou comida nem bebida, pois de tudo ela me dava quando precisava, com conhecimento do marido, suprindo-me também de dinheiro para pagar-lhes mais tarde. Chamava-me de “meu camarada” [...]. Aqui as mulheres são muito mais afáveis e amigáveis para com os estrangeiros do que os homens, que são de hábito excessivamente ciumentos (apud DEL PRIORE, 1999, p. 7).

Ele exterioriza cenas “apagadas” num contexto de história oficial, tendo em vista que, no Brasil colonial, se pregava a pureza feminina e valores como chegar virgem ao casamento eram passados de mãe para filha. Porém, a prostituição era aceita de certo modo pela Igreja e pelo Estado, e as mulheres que se prostituíam não faziam parte dos números das que seguiam os padrões estereotipados pela Igreja e pelo Estado. A prostituição era o reflexo de uma sociedade que não deixava a algumas de suas membras outra escolha de sobrevivência que não fosse a venda de seus corpos.

Gorenstein (2005, p. 191) apresenta informações sobre a atuação profissional da mulher no Brasil, entre os séculos XVII e XVIII: “No Rio de Janeiro setecentista a maioria das mulheres cristãs-novas estava integrada em atividades agrícolas, não encontrei na documentação as que se dedicassem ao artesanato enquanto atividade produtiva”. Em Minas Gerais, a situação era mais complicada, havia atividades que dividiam com os homens, como a de ferreiros e latoeiros, e as funções onde atuavam sozinhas, como as de costureiras e doceiras. Já em São Paulo, atuavam nas atividades em fazendas, no artesanato, como “quitandeiras e padeiras, geralmente brancas pobres que tinham escravas para venderem os produtos na rua, na segunda metade do século XVIII” (GORENSTEIN, 2005, p. 191-192). Por outro lado, a mulher da elite na Colônia, de um modo geral, passa a maior parte do tempo reclusa em casa, saindo, praticamente, apenas para ir à missa aos domingos. Também fica claro que há exceções na vida de algumas mulheres na Colônia; há casos das que atuavam no mercado e administravam seus engenhos, numa visão anacrônica, e viveram suas vidas independentemente.

Dentre essas, destaca-se Ana Pimentel (século XVI), esposa de Martim Afonso de Souza. Foi designada por seu marido como administradora da capitania de São Vicente, em 03 de março de 1534:

Ana Pimentel exerceu seu mandato por mais de uma década e com grande competência. Fez cartas de doação de sesmaria, uma das quais para Brás Cubas que fundou a vila de Santos. Enviou mudas de laranjeiras para São Vicente ordenando seu cultivo na capitania para combater o escorbuto – doença provocada pela falta de vitamina C e que atacava os marinheiros durante a travessia no Atlântico. Introduziu, também, o cultivo do arroz, do trigo e da criação de gado na região (DOMINGUES, 2021, *online*).

Durante a formação da sociedade colonial, que se processou a partir de 1532, a família se tornou o centro desse processo, “quer através de gente casada vinda do reino, quer das famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas ou moças órfãs ou mesmo à-toa, mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros” (FREYRE, 1996, p. 22). As mulheres que não se adequassem a esse molde que tinha a unidade familiar por excelência, sejam portuguesas, índias, viúvas ou degredadas, necessitariam buscar suas próprias formas de sobreviver. Aquelas que eram de poucos ou nenhum recurso vendiam sua força de trabalho doméstico e artesanal para sobreviver, ainda havia as que trabalhavam em atividades agrícolas de parentes e as escravas que trabalhavam nas plantações e nos serviços domésticos. Então, o que se percebe, mediante os fatos mencionados, é que a mulher brasileira, mesmo diante dos estereótipos que lhe eram impostos, foi desenhando a sua trajetória e encontrou o próprio caminho para construir sua história, história que muitas vezes lhe foi negada de ser contada, por ser marcada pela dor e exclusão.

Antes da instituição da célula *mater* da sociedade, há uma política colonial portuguesa de ocupação do território americano abaixo da linha do Equador. Os portugueses que atravessavam o Atlântico para se aventurar nessas terras se lançavam sobre as índias em atos de lascívia, com o propósito não somente de saciarem seus desejos sexuais, mas de povoamento rápido da terra. Assim, com base nas mulheres índias, fundaram-se e desenvolveram-se os primórdios da sociedade colonial, até que os padres jesuítas interromperam esse processo para regulamentar o casamento religioso (FREYRE, 1996, p. 93). E, com a intervenção eclesiástica, tem-se início o projeto de formação nacional nos moldes católicos europeus, no qual a maioria das mulheres se resignava à Igreja.

3.4 A feiticeira Maria de Freitas na obra *A estranha nação de Rafael Mendes*

Como já mencionado, o imaginário coletivo do Brasil Colônia no período em questão, século XVII, tem origem europeia. A imagem da mulher era definida pelo dogma do pecado

original²⁷ e, dessa maneira, era um ser propenso às inclinações diabólicas, portanto, afeita à feitiçaria. Nessa conjuntura, a Igreja em parceria com o Estado, movidos pelo intento de controlar e manipular a população, implementaram a ação inquisitorial para impedir o que chamavam de “a desordem da população”. Ao povo era negada a leitura da *Bíblia* e de outros livros, o judeu era forçado ao batismo e a mulher, chamada de bruxa, acusada de associação ao demônio deveria ser purificada nas chamas da fogueira.

A bruxa de que estamos tratando remonta à Idade Média. Diferente da feiticeira milenar, já mencionada, a medieval acumulava uma experiência de curar algumas doenças através de uma sabedoria em lidar com as ervas, ou simplesmente trazer o alívio na hora da morte. Mas também era eficaz no manuseio de venenos e tinha pacto com o diabo, isso era o que a tornava perigosa nesse período. Essa era a ideia construída pelos religiosos medievais.

Essa ideologia percorreu séculos e na atualidade, após sofrer algumas modificações, continua a povoar as mentes contemporâneas, como se observa em relação às ideias sobre a feiticeira, sinônimo de bruxa. A palavra “bruxa”, de acordo com o *Dicionário Michaelis* (s/d), significa a mulher que tem o poder de ativar forças sobrenaturais para influenciar ou dominar pessoas por meio da magia. Nos contos infantis, ela tem papel de destaque, fomentando a imaginação das crianças que a temerão. A palavra “bruxa” é, ainda, usada como metáfora para se referir a uma mulher velha e feia.

Nas mídias contemporâneas, como cinema e televisão, é bastante utilizada, existe uma infinidade dessas versões de bruxa. São caricaturas que destacam o grotesco, o horripilante e o feio, marcadas por rugas, verruga no nariz pontudo e uma risada sinistra que causa medo. Há também versões mais sensuais, como a *Elvira, A Rainha das Trevas* (1988), as da Disney, por exemplo, que criou ao longo de sua história inúmeras versões dessa personagem com diferentes estereótipos, como a rainha má da *Branca de Neve e os Sete Anões* (1937), a *Malévola* (2014) e a Mamã Gothel de *Enrolados* (2011). No entanto, a ideia da mulher feia e má chamada de bruxa é a construção que percorreu séculos e continua no imaginário coletivo.

Kênia Pereira (2022) destaca como esse arquétipo da bruxa está presente no Ocidente:

Essa típica representação das feiticeiras atravessa tanto nossos medos como também a literatura de terror, as lendas e os contos infantojuvenis. A bruxa caricaturesca, medonha e apavorante é também imaginada como adoradora de

²⁷ O dogma do pecado original, consoante a obra *Uma história do corpo na Idade Média* (2006), tem origem na teologia medieval que seguiu Agostinho de Hipona. Tal doutrina explicava que a origem do pecado estava sobre a mulher, seguida pelo homem, quando pecaram no Éden. Como ela pecou primeiro, seria a responsável pela queda da humanidade. “O ser humano é portanto cindido: a parte superior (a razão e o espírito) está do lado masculino, a parte inferior (o corpo, a carne), do lado feminino” (LE GOFF; FRUONG, 2006, p. 53). E tal ideia foi fundamental para a Igreja tentar controlar as pessoas.

Satã e infanticida vampiresca. As feiticeiras seriam capazes de nutrirem do sangue dos bebês e ainda usarem os cadáveres infantis para a fabricação de unguentos e pomadas, que depois de esfregados em seus corpos, as fariam voar rumo aos sabás (PEREIRA, 2022, p. 202).

Na história ocidental, segundo Delumeau (2009), a bruxa foi constituída como um ser maléfico e com poderes sobrenaturais, uma perigosa agente de Satã:

Esse diagnóstico tem uma longa história, mas foi formulado com uma malevolência particular – e sobretudo difundido como nunca anteriormente, graças à imprensa – por uma época em que no entanto a arte, a literatura, a vida da corte e a teologia protestante pareciam levar a certo destaque a mulher (DELUMEAU, 2009, p. 462).

Assim, o discurso e a cultura de estigmatização da figura feminina como um ser associado ao Diabo e às suas diabruras parecem ter se originado na Idade Média, quando a Igreja Católica detinha o monopólio da fé e das universidades. Desse modo, “todo discurso ‘científico’ da época estava impregnado do estigma, no qual a mulher era um ser inferior, e isto vinha ao encontro do discurso religioso” (FREIRE; SOBRINHO, 2006, p. 53, grifo dos autores), que formou a base da mentalidade ideológica que lançou milhares de mulheres nas chamas ardentes das fogueiras inquisitoriais.

Novinsky (2007, p. 50, grifos da autora) enumera os motivos pelos quais elas eram perseguidas, presas e exterminadas: “jovens foram queimadas pelo crime de ‘lançar mau-olhado sobre crianças’, ‘desfazer amor e casamento’, ‘receber presentes do diabo’, ‘praticar cerimônias em pacto com o demônio’, ‘cometer atos contra a honestidade e a religião’ etc.”. A partir daí e com tudo isso, consolidaram-se a ideia e a imagem de que as mulheres eram seres mais suscetíveis às ações de Satã, propensas ao pecado e quaisquer atitudes que as associassem com benza²⁸ e com superstições seriam suficientes para serem rotuladas como bruxas.

Do latim, a palavra “benza” significa bendizer, abençoar, dizer bem, fazer o bem a alguma pessoa, isto é, o contrário de amaldiçoar. Segundo Karla Rachel Jarsen de Melo Calheiros, a “definição para benzedeira consiste em pessoas que praticam a medicina popular vinculada à religião” (2017, p. 4), pois o conhecimento para tais práticas está para além do material, seria essencialmente um dom espiritual. “Além disso, as benzedeiros são consideradas como uma cientista popular a qual possui características próprias de curar: elas unem os misticismos da religião junto aos conhecimentos da medicina popular”

²⁸ De acordo com o *Dicionário Michaelis* (s/d), “benza” é o ato de consagrar algo ao culto divino.

(OLIVEIRA, 1985 apud CALHEIROS, 2017, p. 4). E a religiosidade é uma das características mais fortes na prática de benzer.

Silvia Federici (2017) – em seu clássico estudo sobre as representações femininas, presentes em *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* – elegeu a imagem da bruxa como eixo central de análise para propor uma História das mulheres. A autora destaca “que o capitalismo precisou destruir: a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só” (FEDERICI, 2017, p. 14), a fim de construir a imagem do ideal de docilidade e subserviência.

Uma campanha desenfreada foi implementada para anular a “filha do Diabo”, a “esposa de Satã”. Para “desfigurá-la” na sociedade, lhe foi atribuído o nome de feiticeira:

Nome perigoso, nome lucrativo, lançado pela ira do povo, que, alternadamente, injuria e implora a força desconhecida. Nem por isso deixa de ser aceito, muitas vezes reivindicando. Às crianças que a seguem, às mulheres que a ameaçam com os punhos e lhe lançam essa palavra como uma pedra, ela se volta e diz com orgulho:
– É verdade! Vós o dissestes! (MICHELET, 1992, p. 138).

A feiticeira, então, tem o poder de atrair e repelir. Michelet (1992) mostra como a sociedade europeia, ao mesmo tempo, sob o moralismo disfarçado, procura de diversas maneiras torná-la insignificante enquanto a deseja e a busca. Pobre feiticeira que lhe serão imputados crimes, que são, na verdade, a tentativa de uma Era caída que busca expurgar seus pecados na figura feminina. E o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição é o mecanismo legal que essa sociedade utilizou por séculos para puni-la e a aniquilar, principalmente devido à mentalidade medieval, que associava a mulher ao pecado e à perdição.

Para Kênia Pereira (2022, p. 203), a criminalização da feiticeira é uma resposta ao “desejo comum de encontrarem rápido o bode expiatório pela causa de tantas tormentas”, pois, em Portugal do século XVIII, a população vivia tempos tenebrosos e buscava respostas e culpados para os males que a vinham assombrando. Na sequência, a autora menciona que do período medieval ao início do período moderno é assustador o número de mulheres queimadas na fogueira: “Caçar bruxas e queimá-las se converteu em uma obsessão delirante e numa histeria perversa da história moderna. Um fenômeno, aliás, ainda complexo que assombrou as terras europeias e que ainda hoje deixa perplexos os estudiosos do tema” (PEREIRA, 2022, p. 204). Moacyr Seliar, como estudioso que era, trabalha na obra em estudo os aspectos associados aos estereótipos das consideradas bruxas daquele período.

Em *A Estranha Nação*, o corpo, principalmente nas relações com o demônio, que seria condenado pelo Tribunal Inquisidor, representava o desejo ardente de uma mulher que vivia

nesse contexto, Maria de Freitas. Ela ansiava por um corpo específico: o do Diabo, e tranquilamente se entregaria aos incubos, ardentemente murmurava chamando os demônios para sua cama, entretanto eles não apareciam: “Nada, aquilo que mais desejava – a marca do Diabo estampada na sua carne – não aparecia jamais. Às vezes notava algo, uma mácula, uma tumefação; mas era apenas um furúnculo, uma pereba qualquer. Marca do Diabo? De jeito nenhum” (SCLIAR, 1983, p. 127). E o autor destaca essa frustração da Maria de Freitas, a mulher que não se encaixava nos lugares que lhe eram permitidos na sociedade: não estava em um lar com seu marido e filhos, nem era freira em alguma ordem religiosa. Ativamente, se esforçava e buscava sobreviver, desejando justamente o contrário de tudo isso: o seu reconhecimento no espaço em que se encontrava, espaço esse avesso àquele que lhe era permitido.

O lugar condenado, isto é, o corpo do ser caído e o reconhecimento como feiticeira expressam a ideia que fomentou as mentes medievais quando, de maneira substancial, cresceu a questão do mito de mulheres amantes de demônios, como uma forma de marginalizá-las e adjetivando-as de bruxas. Assim, o autor desperta o leitor para prestar atenção na dolorosa situação da mulher que não se encaixa no padrão, e era nesse lugar marginalizado que a *Maria-Arde-de-lhe-o-Rabo* estaria. O apelido pejorativo que faz alusão à parte baixa do seu corpo simboliza a questão da depreciação e do escárnio, ou seja, como era vista pela sociedade onde se encontrava.

O período compreendido entre o século XIV até meados do século XVIII é tido como o ponto alto da repressão sistemática ao feminino. Na obra *O Martelo das Feiticeiras* (1997), ou *Malleus Maleficarum*, é possível encontrar as ideias que guiaram aqueles que incitaram ferozmente a perseguição e o ódio às mulheres, em uma referência aos quatro séculos de “caça às bruxas” (KRAMER; SPRENGER, 1997, p. 13). Esse livro, que era uma espécie de manual dos inquisidores, foi publicado, em 1486, pelos dominicanos Heinrich Kramer e James Sprenger, na Alemanha, numa conjuntura em que se pretendia, segundo Michelet (1992, p. 147), usar a máquina inquisitorial para “dobrar os espíritos rebeldes, queimando hoje, como feiticeiros, aqueles que amanhã, quem sabe, teriam sido insurretos. Excelente arma para domar o povo”.

A obra que servia como guia aos inquisidores mostra como esses se colocavam na condição de purificadores, “expurgadores de pecado”, projetando-se como defensores da fé e da Igreja Católica:

ciente do fato de que a supremacia da denúncia acarreta, por sua própria natureza, gravíssima acusação que não pode ser ignorada, já que essa atitude implicaria ofensa à Majestade Divina e detração da fé católica e do Estado – há de tratar de informar-se e de interrogar as testemunhas (KRAMER; SPRENGER, 1997, p. 407).

Uma de suas principais teses afirmava: “E como as mulheres estão ligadas essencialmente à sexualidade, elas se tornam as agentes por excelência do demônio (as feiticeiras). E as mulheres têm mais convívio com o demônio ‘porque Eva nasceu de uma costela torta de Adão, portanto nenhuma mulher pode ser reta’” (KRAMER; SPRENGER, 1997, p. 15, grifo dos autores).

Essa ideologia povoou as mentes medievais, criando um imaginário coletivo cheio de medo e superstições, que atravessou o Atlântico e aportou em terras brasileiras. Como bem atesta Souza (1986), através dos processos do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, verifica-se como o Brasil, então Colônia de Portugal, e no contexto de caça às bruxas, passa a integrar o imaginário europeu, o que equivale a dizer que nessa terra se purifica a mulher de seu próprio “mal” (SOUZA, 1986, p. 190). Nesse sentido,

[s]e Deus é cultuado d’aquém mar e d’além mar, Satanás também o era, reinando ainda nas vagas e turbilhões oceânicos. Numa época em que o Sistema Colonial articulava boa parte das terras do globo, é natural que sonhos, anseios, desejos, projeções imaginárias refletissem sua importância (SOUZA, 1986, p. 190).

Nesse trânsito entre Metrópole e Colônia, acontecia, também, uma grande circulação de feiticeiras, sendo muitas delas degredadas, cumprindo penas impostas pelo Tribunal do Santo Ofício. Como afirma Souza (1986), essa realidade era comprovadamente apresentada nos autos do Santo Ofício e a presença da bruxa na formação do Brasil colonial está para além da figura popular da mulher velha, feia e má. Essas feiticeiras tinham uma presença marcante no território nacional; eram acusadas de bruxaria, sofrendo ameaças e perseguições dos inquisidores e, ainda assim, participavam ativamente da sociedade colonial.

Moacyr Scliar, consoante Fernanda Moreira (2019, p. 65), é um dos escritores brasileiros mais humanistas e volta seu olhar às questões humanas tão presentes na Colônia, dando vida e voz às mulheres rotuladas de bruxas e retratando-as por meio de personagens como a Maria de Freitas. Em *A Estranha Nação*, o autor revela aspectos da existência e do cotidiano de imigrantes em território nacional, submetidos à perseguição dos agentes do Santo Ofício presentes no Brasil colonial. Scliar cruza histórias de personagens conhecidos na história oficial brasileira, como o Manoel Beckman, da Revolta dos Beckman que aconteceu no século XVIII no Maranhão, com as dos personagens fictícios nascidos em sua mente.

Rafael Mendes é casado e pai de uma filha, Suzana, que possui um estilo de vida distinto do de seus pais e que, por essa razão, tem causado preocupação à família, sobretudo à mãe, que se encontra depressiva e vivendo à base de calmantes. “Bonita sua filha. Isto Rafael tem de admitir, apesar do desgosto que lhe causa o aspecto sujo e desleixado da filha, seus cabelos em desalinho, o vestido andrajado, sandálias de couro cru – isto sem falar do cigarro caído do canto da boca” (SCLIAR, 1983, p. 19).

Bastante diferente da filha, a esposa de Rafael Mendes, Helena, era cristã e por esse motivo alvo do deboche da filha. A mãe fora criada num sistema familiar rígido, pois seu pai era pastor e, por isso, tinha dificuldades em aceitar o estilo de vida da filha. O que poderia ser um simples retrato de família, no entanto, aponta para o retrato daquela que pode ser considerada a primeira mulher herege a ser mencionada na obra *A Estranha Nação*:

E Suzana? Mofa. Debocha. Logo que entrou para essa seita, os Novos Essênios, zombava da mãe: cristã! Que cristã és? O que seria capaz de fazer por Jesus? Serias capaz de trepar com um ateu para trazê-lo à fé? Deus te perdoe, murmurava Helena horrorizada, Ele que te salve, porque eu já nada posso fazer por ti, a não ser rezar, rezar muito. Preces hipócritas! – Fariséia! (SCLIAR, 1983, p. 22).

A discussão de Suzana com sua mãe acerca da fé revela aspectos do grande conflito familiar vivido pela família de Rafael Mendes e o perfil herético de sua filha. A própria ideia do uso do sexo para promover a conversão, embora se trate apenas de uma fala provocativa, contraria os dogmas religiosos cristãos da mãe acerca das práticas sexuais. Em outra parte do texto, o narrador descreve o quarto de Suzana e menciona a imagem de “um Cristo com a legenda: Junta-se aos novos essênios” (SCLIAR, 1983, p. 11). Esse “um Cristo”, diferentemente do Cristo do cristianismo, seria uma espécie de “deus” da seita dos essênios, “a seita da qual faz parte: um grupo de jovens, uns vivendo em comunas, outros não; todos acreditando num cristianismo primitivo, misturado ao paganismo. Cristo, eles sustentam, tem uma dupla identidade, masculina e feminina” (SCLIAR, 1983, p. 11).

Suzana, com seu comportamento e forma de vida, era um tipo de heresia em relação aos dogmas e preceitos da mãe e à autoridade do pai. É a primeira mulher herética no romance de Scliar, pois, de acordo com Novinsky (2007, p. 11), “[a] heresia é uma ruptura com o dominante, ao mesmo tempo que é uma adesão a uma outra mensagem”. No caso, Suzana e seus preceitos simbolizam um rompimento com os pais, o lado dominante, e suas crenças.

Os cadernos recebidos por Rafael Mendes o levam, como mencionado, a encontrar suas origens, revelando personagens intrigantes e descrentes, como Suzana. Muitos desses serão rotulados, perseguidos e até condenados por heresia. A ideia de classificar pessoas como

hereges ganha força a partir do final do século XIII, quando a Igreja Romana, sofrendo diversas críticas que colocavam em dúvida a “verdade” que esta pregava, passa a chamar todos os que contestavam sua doutrina de hereges. E vale lembrar que “[a] palavra herege origina-se do grego *hairesis* e do latim *heresis* e significa doutrina contrária ao que foi definido pela Igreja em Matéria de fé” (NOVINSKY, 2007, p. 10).

Depois de Suzana, *A Estranha Nação* destaca outras mulheres com perfis heréticos, como a filha do sacerdote da comunidade dos antigos essênios: Naomi. Era uma moça de quinze anos tida como donzela à espera da idade certa, segundo a lei da comunidade, para casar-se. Ela conduziu Habacuc, filho de Jonas, profeta da *Bíblia*, o mais remoto ascendente de Rafael Mendes, a uma caverna onde se entregaram a momentos de pura luxúria. Nessa comunidade religiosa, a questão da castidade era tida em alta conta, conforme aponta o texto: “vários, ali, são solteiros e castos. Eliezer é um deles; tem quarenta anos, não conheceu mulher” (SCLIAR, 1983, p. 78).

Enquanto Eliezer se mantém casto, à espera da idade certa de Naomi para contraí-la em matrimônio, em desobediência aos preceitos da comunidade religiosa, ela se entrega às práticas sexuais. O narrador realça que o ato sexual praticado por Naomi e Habacuc, do ponto de vista da questão religiosa que ora se apresenta no texto, faz uma referência direta ao diabólico e a compara com mulheres de perfil despudorado: “ela, parece possessa. Talvez seja a encarnação de Lilith, a Diabólica – a primeira mulher de Adão, aquela que escolheu viver entre os demônios; ou da mulher de Putifar” (SCLIAR, 1983, p. 79).

Com essa narração, o escritor enfatiza a visão religiosa e estereotipada construída ao longo das Eras acerca da figura feminina, em que a ideia do prazer sexual estava associada ao demônio, o que seria uma demonização do sexo e da mulher como forma de dominação. E, dentre as figuras femininas que aparecem na obra, as bruxas do Maranhão, que não compõem a genealogia de Rafael Mendes, chamam atenção por seu caráter destemido e ousado: Maria de Freitas, Graça Tapanhuna e Úrsula Albernaz.

Maria de Freitas, a escolhida para esse trabalho, na contramão da sociedade de seu tempo, ansiava o título de feiticeira e uma associação com o Diabo. É curioso o fato de uma mulher que, vivendo num território imerso no poder da perseguição inquisitorial, ansiava tanto por ter seu nome na lista das mais famosas bruxas do Maranhão, mesmo que lhe custasse a própria vida. Era tempo de perseguição às bruxas e, para a personagem, ser uma bruxa de fato importava mais do que sua própria vida.

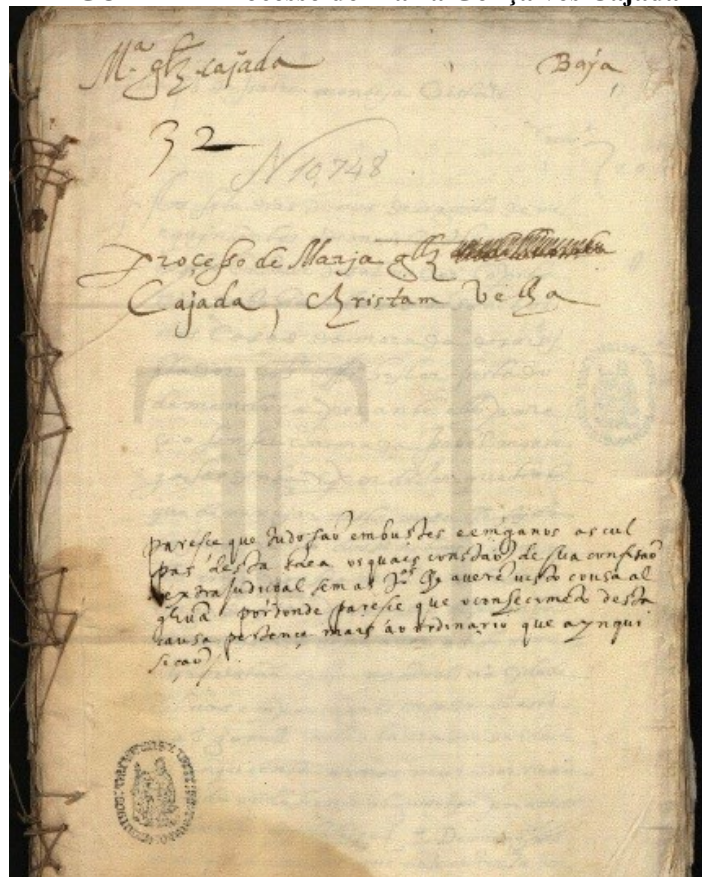
A narração demarca o período em questão, 1654, ano em que o Tribunal do Santo Ofício, através de seus inquisidores, tinha atuação veemente e ganhou força após a expulsão dos

holandeses. Segundo Vainfas (2010), muitos judeus também deixaram Pernambuco depois dessa expulsão, abandonando seus casarões, perdendo inúmeros escravos e renunciando fortunas:

Os judeus portugueses de grosso trato abandonaram os casarões e sobrados da *Jodenstraat*, bem como o prédio da sinagoga da *Zur Israel*, tudo constante do *Inventário das armas e apetrechos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654*. Os judeus ricos perderam copioso número de escravos. Os donos de engenhos – em especial Duarte Saraiva, cujos herdeiros eram credores da maior fortuna deixada em Pernambuco, mais de 350 mil florins – perderam todos. Fortuna perdida? Muitos perderam pouco, alguns perderam muito ou custaram a ser ressarcidos (VAINFAS, 2010, p. 357, grifos do autor).

Isso se deve ao temor provocado pela ação dos inquisidores, que perseguiram ferozmente judeus no Brasil colonial. E é nesse ambiente de perseguição e medo que a personagem de Scliar, *Maria-Arde-lhe-o-Rabo*, se encontra. O escritor faz uma paródia de outra Maria do Brasil Colônia, acusada de feitiçaria: Maria Gonçalves Cajada, conhecida como “Arde-lhe-o-rabo”. Nas linhas do Processo nº 10.748 (ver Figura 4), encontram-se a denúncia contra essa mulher e seu depoimento:

FIGURA 4 – Processo de Maria Gonçalves Cajada



Fonte: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2310925>. Acesso em: 09 ago. 2022.

A história oficial narra sobre a existência dela e Souza (1986, p. 187) traz ao leitor uma curiosidade a seu respeito: “As bruxas coloniais não afundavam navios, mas podiam interferir no seu percurso, alterando-o, ‘Arde-lhe-o-rabo, a famigerada’, ‘por dois cruzados que lhe deram fez arribar pelo poder do Diabo um navio que ia desta Bahia para Portugal’” (grifos da autora).

A sociedade brasileira à época, conforme já apontado, tinha o homem em seu centro, ele era o provedor da família, responsável por sua subsistência. Era-lhe conferido o lugar de comando, o que colocava a mulher na posição de subserviente ao homem. E a mulher sem marido? A nascida nessas terras ou ainda a que veio na condição de degredada, como Maria Gonçalves Cajada, como sobreviver nesse cenário? Degredada de Portugal, chega em Pernambuco e de lá vai para a Bahia, local onde foi acusada de bruxaria.

Gilmara Cruz de Araújo (2016), em sua dissertação de Mestrado, *Artes mágicas na Bahia quinhentista: o caso de Maria Gonçalves Cajada*, centra-se nessa personagem:

possivelmente a única mulher que foi processada por feitiçaria pela inquisição na primeira visitação a Bahia. Maria era conhecida como “Arde-lhe-o-rabo”. Natural de Estremoz. Degredada de onde morava, de Aveiro/Portugal para Pernambuco e em seguida degredada para a Bahia acusada de cometer crimes de Feitiçaria. Ela era cristã-velha, famosa e muito procurada por outras mulheres para execução de práticas mágicas consideradas feitiçaria (ARAÚJO, 2016, p. 37, grifo da autora).

Maria Cajada também aparece ficcionada na obra *1591: a Santa Inquisição na Bahia e outras estórias* (1991), de Néelson de Araújo. É narrada a primeira visitação da Inquisição na Bahia, quando o licenciado Heitor Furtado de Mendonça chega a essas terras a serviço do Tribunal e solicita ao padre que o receba uma governanta com dotes culinários. “O padre da Bahia foi prestativo. Disse-lhe que mandaria na manhã seguinte a sua própria camareira” (ARAÚJO, 1991, p. 27) e, na sequência, o padre disse o nome da cozinheira: Maria Gonçalves Cajada, que tem como alcunha Maria Arde-lhe-o-Rabo.

O sacerdote, então, procura amenizar o assombro do licenciado, dizendo “são coisas da América” e elogiando a mulher: “No âmago de si tem um grande coração. E cozinha como uma cozinheira da Corte” (ARAÚJO, 1991, p. 28). Nessa narrativa, a personagem ficcionada é descrita da seguinte maneira:

Maria Gonçalves Cajada aparentava 40 anos. Nem por isso deixava de ter os seus atrativos, por braços cheios, nos seios pontiagudos e nos quadris carnudos de mulher rude. Estava desgrehada, mas, arrumados os cabelos, o rosto chamaria atenção, pelos olhos ainda brilhantes e pelo nariz afilado (ARAÚJO, 1991, p. 27).

Quanto à *Maria-Arde-lhe-o-Rabo*, da obra de Scliar, tinha um fascínio por Manoel Beckman, um senhor de engenho, revolucionário no Maranhão e inimigo dos jesuítas. Personagem descrito por Scliar como um homem enigmático e provavelmente cristão-novo, “[s]e tinha de matar um boi em sua fazenda, amarrava o animal a uma cruz; e, referindo-se ao curral, falava em sacrário” (SCLIAR, 1983, p. 126). Histórias como essas chamavam a atenção sobre a pessoa de Beckman, principalmente a de Maria de Freitas. A personagem é caracterizada como uma mulher orgulhosa do título de feiticeira e tendo por apelido uma associação com “rabo quente”, fegosidade:

Esta mulher (cujo apelido era devido à sua real ou suposta predileção pelo coito anal) era conhecida como feiticeira. E disso até se vangloriava: sou bruxa, feiticeira e tudo o mais que de mim disserem, afirmava com orgulho. Orgulho falso; na verdade era apenas uma feiticeira frustrada (SCLIAR, 1983, p. 126).

Desse modo, ela era “[m]ulher ignorante, Maria de Freitas nunca fora realmente iniciada nas artes da magia, branca ou negra. Tudo o que sabia era de ouvir falar. Com boa vontade aplicava-se ao trabalho; mas nada conseguia de útil, de prático” (SCLIAR, 1983, p. 127). Nem convidada para os *sabás* das bruxas era, repetidos fracassos marcaram a sua trajetória. É possível perceber que Scliar revela uma identificação com a personagem, que não era reconhecida nem mesmo por aquelas que ela identificava como seus pares. Por mais que se esforçasse, Maria de Freitas experimentava a dor da exclusão do meio no qual deveria estar inserida, assim como o imigrante judeu-brasileiro que, diariamente, se esforçava por encontrar um lugar de reconhecimento na sociedade que originalmente não era sua.

O degredado, na sua maioria, vivia com o estigma social da penalidade sofrida, um fardo difícil de se livrar. O que poderia amenizar a carga desse estigma era um bom cargo num posto de trabalho, ou ainda conseguir uma ligação conjugal com alguém de “bom” nome na Colônia. No entanto, não era tão simples se livrar do rótulo de degredado, levando até uma ou duas gerações para se apagar essa marca, conforme menciona André João Antonil:

pela largueza da terra deram em ser ricos e com a riqueza foram largando de si a ruim natureza [...]. E os filhos dos tais, já entronizados com a mesma riqueza e governo da terra, despiram a pele velha como cobra, usando em tudo de honradíssimos termos, com se ajuntar a isso terem vindo depois a este Estado muitos homens nobilíssimos e fidalgos, os quais [se] casaram nele e se ligaram em parente com os da terra em forma que se há feito entre todos uma mistura de sangue assaz nobre (1711, p. 78).

No capítulo específico de *A Estranha Nação* que trata das bruxas do Maranhão, é possível perceber o processo de circularidade cultural, duas culturas diferentes através do

discurso de Rafael Mendes, de Manoel Beckman e de Maria de Freitas. O discurso deles dá a tônica para se observar a respeito de uma cultura religiosa elitizada e uma cultura popular que se pretende excluir, aniquilar, por meio da Inquisição. Assim, tais discursos consubstanciam o conceito de circularidade cultural de Carlo Ginzburg, porque, da mesma forma, encontra-se na obra *O queijo e os vermes*: “A análise versa acima de tudo sobre a interseção de duas linguagens de exclusão que tendem a se negar” (GINZBURG, 1987, p. 17). A Igreja que nega a bruxa e o cristão-novo, e estes que negam a doutrina determinada pela primeira.

De forma semelhante, Maria de Freitas, ao lado do judeu Rafael Mendes, remete ao ambiente colonial, marcadamente místico, seja pela fé católica, seja pelas práticas mágicas, que, conforme Souza (1986), tinha aspectos bastante característicos. Logo, personagens e território refletiam-se mutuamente²⁹:

[...] mais que destrinchar as filiações das práticas mágicas coloniais, interessa-me detectar o modo pelo qual se combinaram, e em função de que contexto. Quase sempre individual, pouco significativa em relação à loucura europeia da caça às bruxas, a feiticeira colonial lança a luz sobre a vida na colônia nos seus três séculos de existência. Foi uma das formas de ajuste do colono ao meio que o circundava; por vezes, protegeu-o dos conflitos e, por outras, refletiu as tensões insuportáveis que desabavam sobre seu cotidiano. Ajudou-o a prender a amante, matar o rival, afastar invejosos, lutar contra os opressores, construir uma identidade cultural. Muitas vezes, resolveu seus problemas com o outro mundo; outras tantas, lançou-o em abismos terríveis. Mas foi quase sempre a ponte para o sobrenatural (SOUZA, 1986, p. 155).

A magia e suas práticas definem, desde os primeiros anos da colonização do Brasil, uma herança de práticas vinda da Europa, como observa Freyre:

A frequência da feitiçaria e da magia sexual entre nós é outro traço que passa por ser de origem exclusivamente africana. Entretanto, o primeiro volume de documentos relativos às atividades do Santo Ofício no Brasil registra vários casos de bruxas portuguesas. Suas práticas podem ter recebido influência africana: em essência, porém, foram expressões do satanismo europeu que ainda hoje se encontra entre nós, misturado à feitiçaria africana ou indígena. Antônia Fernandes, de alcunha Nóbrega, dizia-se aliada do Diabo: as consultas, quem respondia por ela era “certa cousa que falava, guardada num vidro”. Magia medieval do mais puro sabor europeu. Outra portuguesa, Isabel Rodrigues, ou Boca-Torta, fornecia pós miríficos e ensinava orações fortes. A mais célebre de todas, Maria Gonçalves, de alcunha Arde-lhe-o-Rabo, ostentava as maiores intimidades com o Diabo. Enterrando e desenterrando botijas, os bruxedos de Arde-lhe-o-Rabo ligavam-se quase todos a problemas de impotência e esterilidade. A clientela dessas feiticeiras coloniais parece que era quase exclusivamente de amorosos, infelizes ou insaciáveis (1996, p. 323, grifo do autor).

²⁹ Há uma amizade entre Maria de Freitas e Rafael Mendes. No final do romance, antes de ela morrer, revela ao Rafael que a Árvore do Ouro está no Brasil.

As chamadas bruxas portuguesas eram as mulheres lá condenadas por bruxaria e recebiam como pena o degredo na Colônia americana. Habitando nesse território, suas práticas formadas em terreno europeu, o qual era marcado por uma densa religiosidade em torno do satanismo, acabam por influenciar a religiosidade no Brasil.

Freyre enfatiza a figura de Maria Cajada na sua relação com o demônio, a extensão dos seus poderes no atendimento à clientela da Colônia. Curioso notar que enquanto a “Arde-lhe-o-rabo” histórica era famosa por seus poderes infalíveis e relação próxima com o Diabo, a *Maria-Arde-lhe-o-Rabo* criada por Scliar amargava a frustração de ser uma piada na sociedade.

A ideia da mulher rebaixada diante de um destino já formatado pela sociedade na qual estava inserida associa-se à utopia, ao Estado, ao lugar ideal de realização e de felicidade num cenário de fantasia, onde suas decepções e sua insatisfação são transferidas para o que seria seu mundo perfeito, o das suas realizações. Isso é retratado em *Maria de Freitas*. Nesse aspecto, essa paródia altera todo o discurso original sobre a Maria Cajada para, com sarcasmo, chamar atenção para a sociedade seiscentista do Brasil colonial. O autor faz uma alteração do discurso, ou seja, uma transformação caricatural, carnalizada, do discurso sobre a parodiada.

O uso do termo “carnavalização” na literatura, de acordo com Claudiana Soerensen (2017), é na verdade o uso de uma linguagem simbólica que se refere aos estudos de Mikhail Bakhtin, um teórico russo, sobre o carnaval enquanto conjunto de manifestações populares da Idade Média e do Renascimento. “O carnaval na concepção do autor é o lócus privilegiado da inversão, onde os marginalizados apropriam-se do centro simbólico, numa espécie de explosão de alteridade, onde se privilegia o marginal, o periférico, o excludente” (SOERENSEN, 2017, p. 320).

A personagem carnalizada representa a liberdade, a inversão de valores, espaço no qual as barreiras sociais são quebradas. O desejo ardente dela por uma relação íntima com o Diabo, em que o coloca no alto, no lugar de destaque, mostra como Scliar trabalha a personagem nesse perfil carnalizado, pois essa associação do inferno com a ideia do carnaval, do riso, remete a Bakhtin. Para esse teórico, o carnaval significa um destronamento do sagrado, o coletivo popular medieval o rebaixa, trazendo do alto para baixo, através do escárnio gerando o riso.

A narrativa sem malícia de Orderico Vital mostra como as imagens do inferno e do carnaval estavam estreitamente misturadas na consciência dos cristãos do século XI, que tanto temiam a Deus. No fim da Idade Média, essa mistura da origem às formas das diabruras, onde o carnaval tem uma vitória definitiva e transforma os infernos em um alegre espetáculo, bom para ser montado em praça pública.

“O inferno”, tal como figura em quase todos os folguedos e carnavais do Renascimento, é uma manifestação paralela do processo de “carnavalização dos infernos” (BAKHTIN, 1987, p. 345, grifos do autor).

O inferno, tão temido pela Igreja medieval, ganha lugar de destaque na festa popular e, no caso deste estudo, na vida da personagem Maria de Freitas. Tal ação do autor estaria ligada a uma questão da paródia moderna que, segundo Mazzi (2011), é um elemento inseparável dos gêneros carnavalizados. A Maria de Freitas de Scliar é retratada na narrativa de forma essencialmente cômica, uma inversão da parodiada Maria Cajada, isto é, uma versão burlesca.

Sobre essa relação da paródia com o riso, Mazzi afirma:

há uma estreita ligação entre a paródia carnavalesca e a transgressão autorizada própria dos textos paródicos atuais. Assim como no carnaval se dá licença para transgredir temporariamente o sério (as proibições são revogadas nesse período), a paródia autoriza uma transgressão a partir dos limites do texto parodiado (2011, p. 33).

A paródia da Maria Cajada não tem a mesma como foco e nem por objetivo, mas remete à visão sobre o cenário da mulher brasileira e as questões ideológicas intrinsicamente ligadas a ela no período retratado, explicitando um perfil social de seu tempo. Nesse aspecto, *A Estranha Nação* mostra uma preocupação que atravessa todo o livro: revelar aspectos femininos em diferentes sociedades de épocas distintas. No caso da personagem em estudo, deve-se considerar todo o contexto que a envolve, seja o europeu ou o brasileiro.

Assim, lendo e/ou analisando documentos históricos e textos literários, como o processo de Maria Gonçalves Cajada, *Casa-Grande & Senzala* (1996), de Gilberto Freyre, e *A estranha nação de Rafael Mendes*, principal objeto de estudo nesta pesquisa de Mestrado, fica clara a influência europeia na construção de uma sociedade impregnada de crença nos sortilégios: “A feitiçaria de direta origem africana aqui desenvolveu-se em lastros europeus. Sobre abusões e crenças medievais” (FREYRE, 1996, p. 324).

A bruxaria no Brasil colonial ilustra o universo feminino local, como muitas mulheres acabaram sendo vítimas no processo da construção de um modelo de feitiçaria, e como recorriam a essas práticas que lhes tiravam da vida apática e ainda podiam lhes garantir sustento. Mesmo conscientes de que tais práticas as associavam ao demônio, pois nos rituais havia referências ao culto católico que se misturava com a menção ao Diabo (SOUZA, 1986, p. 158), ainda assim as preferiam. O que se dá com o personagem mais conhecido de Johann Wolfgang von Goethe, o Fausto, que escolhe o pacto com o Diabo a uma vida pacata: “Tudo, menos a inércia, o mal dos males, o que mais vexa a dignidade humana” (GOETH, 2003, p. 81).

A mulher que era colocada socialmente em condição inferior, seja na Metrópole ou na Colônia, não tinha voz, sua sobrevivência estava condicionada ao homem: pai ou marido. Esse era o lugar no qual deveria estar. “A mulher precisa do homem em tudo; ele apenas precisa dela para a procriação. O homem pode realizar todas as tarefas melhor do que a mulher – pode até mesmo cuidar dos afazeres da casa” (ALMEIDA, 2012, p. 60), discurso esse repetido pelos pensadores medievais. Estendida ao Brasil, a mesma realidade é percebida de acordo com o que narra Georgina Santos:

No Brasil colonial, a presença de mulheres livres no espaço público era conveniente apenas em aparições rápidas, em sinal de recato, e se acompanhadas do pai, marido ou tutor para protegê-las dos olhares curiosos. A honra de uma mulher era medida por seu pudor e usada como moeda de troca no mercado matrimonial que, em regra, era assunto dos interesses econômicos e políticos dos homens, e desconsiderava a opinião feminina. O dote da noiva determinava o *status* social do pretendente, atraindo ou não para o grupo familiar o capital financeiro e simbólico almejado (2020, *online*).

À mulher não era permitido opinar sobre o casamento. Sua função era aceitar e submeter-se ao que o homem havia determinado a ela. É possível considerar que, nesse período, assim como afirmou Duby (1995, p. 9) sobre a mulher na Europa medieval, “nesse sistema o lugar designado às damas era o dado pelo poder masculino”. Diante disso, fica claro que o imaginário feminino é aquele que foi construído pelo homem em parceria com a Igreja, o que não representa o pensamento da mulher, mas um projeto de séculos arquitetado para colocá-la a serviço dos propósitos do homem.

Analisando a mulher degredada, como a Maria de Freitas, essa condição por si só já a colocava à margem da sociedade. Ela encontra, na prática da feitiçaria, a possibilidade de fazer parte do meio onde era vista apenas como necessária para a reprodução humana, construindo, na contramão do homem e da Igreja, o seu lugar social. Nesse viés, ela busca maneiras de dar um certo sentido à sua existência, atribuindo significado, direção, para se sentir parte importante dentro da sociedade.

As práticas de feitiçaria conferiam às mulheres um lugar de pertencimento, de destaque na sociedade, uma vez que eram requisitadas para resolver problemas, para curar males e até mesmo para trazer maridos, sendo, portanto, diversos os fatores motivadores. Seu papel social passa a ser carregado de sentido; do contrário, sua existência é silenciosa e quase imperceptível, o que contraria a própria existência humana, que normalmente busca um significado para existir. O lugar que essa mulher almeja é um sentido para sua própria existência.

O próprio funcionamento da rotina social, que atribuía à mulher um lugar secundário, a requisitava em funções importantes naquela sociedade, à medida que como parteira e curandeira

exercia os papéis de garantir a saúde e a vida daqueles que nasciam ou passavam por suas mãos. Essas mulheres conheciam os segredos que dão a vida e podem levar à morte; habilidosas na arte de preparar unguentos, levavam alívio aos doentes. Nesse sentido, Souza esclarece que “no Brasil colônia, curandeiras podiam tanto restaurar a harmonia rompida, restituindo saúde aos que a tinham perdido, como desencadear malefícios” (1986, p. 168). Embora sofrendo um peso histórico por suas condições de nascimento, as mulheres não sucumbiam, alargavam seus espaços e se tornavam indispensáveis, diante do sistema social que as empurrava para a figura da mãe e de dona de casa.

Além disso, tais práticas as inseriam numa espécie de comércio, dado que esses “feitiços” eram pagos. Araújo (2016, p. 37) atesta que a Maria Gonçalves Cajada cobrava pelos seus serviços na Bahia e Souza (1986, p. 169) destaca que havia casos em que as pessoas pagavam um alto preço pelas curas promovidas pelas curandeiras. No entanto, o número de atendimentos e os altos ganhos garantiam o sucesso profissional, e acabavam também gerando conflitos entre as mulheres que se davam às práticas da feitiçaria. Ou, ainda, a frustração das que pouco conseguiam fazer através dos seus trabalhos, como a personagem em estudo.

Observa-se o grande desejo de Maria de Freitas de obter poderes sobrenaturais, o que é bastante plausível na sociedade de que faz parte, mas na qual não está necessariamente inserida. Ela entendia que ser feiticeira podia ser um trampolim para algo mais: um lugar no mundo, pois, como expõe Freyre (1996, p. 325), a habilidade na prática de feitiços conferia prestígio na sociedade colonial do Brasil.

Havia da parte dela uma obsessão por poderes mágicos e, como não os tinha, até o Maranhão era culpado, como afirmava a personagem. Ela aspirava por uma aliança com Manoel Beckman, porque acreditava que assim obteria os tão cobiçados poderes (SCLIAR, 1983, p. 128), poderes que lhe eram necessários para possuir melhor condição de sobrevivência e projeção social. E, como não conseguiu os favores de Beckman, a aspirante à bruxa o denunciou ao Santo Ofício como ato de vingança, já que a Inquisição também era um instrumento de vingança na Colônia.

Durante o período de atuação da Inquisição no Brasil colonial, muitas foram as vítimas das denúncias; se verdadeiras ou falsas, não importavam. Fato é que a vingança e a inveja foram fatores motivadores em alguns casos. Os testemunhos e as denúncias eram as principais formas de que dispunha o Tribunal Inquisitorial para comprovar um crime. Esses eram os elementos que sustentavam a maioria dos processos. Maria Leônia Chaves de Rezende (2016) evidencia como esses mecanismos eram utilizados pelo Santo Ofício para arrolar os envolvidos no que era qualificado como “delito”:

Igreja, que tentou moldar os costumes e [as] crenças nos padrões da doutrina católica. Dentro dessa lógica, as visitas episcopais, conhecidas como “pequenas inquisições”, cumpriram papel decisivo como instrumento de domínio sobre os fiéis ao conclamar todos para que denunciasses ou confessassem suas culpas (REZENDE, 2016, p. 209, grifo da autora).

Ainda de acordo com a pesquisadora, inicialmente as ocorrências eram tratadas pelo clero, mas “os casos que escapavam da jurisdição do juízo eclesiástico eram prontamente encaminhados para serem apreciados e julgados na mesa do Tribunal do Santo Ofício em Lisboa” (REZENDE, 2016, p. 209). Dessa forma, pontífices se juntaram aos inquisidores para controlar o povo na observância dos preceitos religiosos.

Outro instrumento de monitorar, analisar e aplicar penas era a confissão dos pecados, que se tornou obrigatória, em 1215, com o IV Concílio de Latrão. Era determinado que:

Todos os fiéis de qualquer sexo, depois de terem atingido a idade de discernimento, devem confessar individualmente todos os seus pecados de maneira fiel a seu próprio sacerdote, pelo menos uma vez por ano, e deixá-los ter o cuidado de fazer o que puderem para executar a penitência imposta a eles. Deixe-os reverentemente receber o sacramento da Eucaristia, pelo menos na Páscoa, a menos que eles pensam, por uma boa razão e sobre o conselho de seu próprio sacerdote, que devem abster-se de recebê-lo por um tempo. Caso contrário, serão impedidos de entrar em uma igreja durante a sua vida e que deve ser negado um enterro cristão na morte. Deixe este salutar decreto ser publicado com frequência em igrejas, de modo que ninguém pode achar o pretexto de uma desculpa para justificar a cegueira da ignorância. Se as pessoas desejam, por boas razões, para confessar seus pecados a um sacerdote deixá-las primeiro pedir e obter a permissão de seu próprio sacerdote, pois caso contrário a outro sacerdote não terá o poder de absolver ou para vinculá-las. O sacerdote deve ser criterioso e prudente, de modo que como um médico habilidoso ele possa derramar vinho e óleo sobre as feridas de um dos feridos. Deixe-o cuidadosamente inquirir sobre as circunstâncias de ambos ao pecador e o pecado, para que ele possa prudentemente discernir que tipo de conselho que ele deveria dar o remédio a aplicar, utilizando vários meios de curar a pessoa doente. Deixe-o tomar o máximo cuidado, no entanto, para não trair a todo o pecador por palavra ou sinal ou de qualquer outra forma. Se o sacerdote precisa de conselhos sábios, busque-lo com cautela, sem qualquer menção à pessoa em causa. Porque, se alguém se atreve a revelar um pecado divulgado a ele na confissão, devera não apenas ser deposto de seu cargo sacerdotal, mas também ser confinado a um estrito mosteiro para fazer penitência perpétua (CÂNONES DO QUARTO CONCÍLIO DE LATRÃO, 1215).

A partir da confissão dos fiéis, o clero passa a ter acesso às ações do penitente. Para a confissão, havia uma preparação nos sermões, com orientações sobre como uma confissão completa deveria ser, era necessário um exame de consciência para que nenhum pecado ficasse de fora no momento de confessar, e os padres confessores, exercendo também a função de juiz, escolhiam a penitência. Dessa maneira, também era divulgada a doutrina relativa ao pecado e

ao combate à heresia. Os fiéis eram orientados a confessar suas ações heréticas e a delatar conhecidos ou até mesmo parentes.

No entanto, havia uma questão a ser considerada, a possibilidade de falso testemunho, o que também era um grave delito, pois dentre os dez mandamentos da Lei de Deus o nono é: “Não darás falso testemunho contra o teu próximo”. O falso testemunho era contrário à lei de Deus e tal ato diante do clero era igualmente um delito. Na obra *Anais da Inquisição de Lima*, numa descrição minuciosa de fatos da história da Inquisição na América Espanhola, Ricardo Palma destaca um caso em que uma pessoa foi criminalizada por falso testemunho:

José Pantaleón, escravo, natural de Ica, solteiro, quarenta anos. Saiu no auto com insígnia de falso testemunho, acusado de haver promovido a conspiração contra a honra e religiosidade de D. Juan de Loyola. Por especial misericórdia do Santo Tribunal, não se condenou à fogueira esse penitenciado, sendo sentenciado à prisão perpétua em Valdívia e aos duzentos açoites de praxe (PALMA, 1992, p. 91).

Na sequência, o autor traz a sentença na qual é honrada a memória de D. Juan de Loyola que, devido ao falso testemunho, fora criminalizado pelo Santo Ofício:

D. Juan de Loyola Haro de Molina, natural de Ica, em cujo Cabido foi regedor de primeiro voto; solteiro e que faleceu aos sessenta anos de idade no cárcere da Inquisição. Determinou-se a suspensão do sequestro dos seus bens; que seus parentes pudessem, no dia seguinte ao do auto, desfilar sua imagem num cavalo branco, exumar-lhe o cadáver que, por ordem do Tribunal, fora sepultado secretamente na Recoleta dominicana, e fazer-lhe as exéquias públicas (PALMA, 1992, p. 91).

Os depoimentos poderiam inocentar ou criminalizar uma pessoa, sendo necessários para os inquisidores para o desenvolvimento do processo.

Toda a parte do enredo que envolve a Maria de Freitas e as outras bruxas do Maranhão representa um certo aspecto político que englobava a bruxaria na Colônia. Através de uma teia de relacionamentos, elas poderiam estrategicamente assumir importantes cargos políticos, e isso pode ser observado nas tentativas de “Arde-lhe-o-rabo” em ter um relacionamento com Manoel Beckman. No trecho onde a personagem fala de outra bruxa, Úrsula Albernaz, a qual era degredada junto com ela, Maria a invejava tanto quanto a Gracia Tapanhuna, devido ao fato de possuir muitos poderes, como a própria Maria de Freitas afirma:

– Bruxa. Bruxa de muitos poderes. Virou a cabeça dele, tenho certeza. Pode adivinhar a intriga que está por trás. Úrsula quer um lugar na junta do governo. Pretende oficializar suas bruxarias; se possível criar até o Ministério da Feitiçaria para ser entregue a um mago qualquer, seu preposto (SCLIAR, 1983, p. 131).

O autor de maneira cômica revela como esse feminino, marginalizado até certo ponto, acessava lugares. Algumas mulheres na Colônia ocupavam lugares importantes, alçados graças às pessoas com quem mantinham uma ligação. O texto apresenta esse aspecto quando Manuel Beckman vai ser executado e Maria de Freitas procura de todas as formas livrá-lo da morte. “Desesperada, volta-se para Úrsula Albernaz, para Gracia Tapanhuna: façam alguma coisa, salvem-no! Úrsula Albernaz, sorri: o Bequimão já não lhe interessa, investirá agora pesado em Gomes Freire. Gracia Tapanhuna também não quer se arriscar, não gosta de Beckman” (SCLIAR, 1983, p. 134).

A Maria de Freitas é o símbolo da mulher degredada, que busca se estabelecer num terreno hostil. Percebe o funcionamento desse lugar e, na contramão da sociedade que vai sendo formada e que a coloca na condição de escárnio, se posiciona como aquilo/aquela que o social atrai e repele, ou seja, a feiticeira. Apesar de todas as adversidades que encontra, feiticeira é a posição ocupada por Maria de Freitas, a paródia de “Arde-lhe-o-rabo”, que tem na referência original, segundo Freyre (1996, p. 323), a mais famosa feiticeira do Brasil colonial, Maria Gonçalves, que reflete um terreno místico, originário sobretudo da Europa medieval, onde o sucesso dos seus feitiços lhe garantia uma clientela que rendia lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender a personagem feiticeira Maria de Freitas, de Moacyr Scliar, foi realizado um recuo histórico em busca das origens da formação da sociedade brasileira e uma tentativa de entendimento das transformações que essa sociedade veio sofrendo no decorrer dos anos. Viajando pelos séculos, como propõe o romance, foram destacados fatos marcantes da história da mulher brasileira, os quais sofreram apagamento pela chamada história oficial. Em meio a esses fatos relevantes, emergiram outros de menor destaque, porém não de menor valor, propiciando profícuas reflexões.

Ao longo da pesquisa e do desenvolvimento deste trabalho, procurou-se evidenciar a exploração das terras na América do Sul pelos portugueses, pois, de uma maneira bastante peculiar, foi-se promovendo a formação de uma sociedade brasileira bastante diversa, que recebe pessoas de várias partes do planeta, dentre as quais os judeus. E, entre os vários grupos migratórios que aqui chegaram nesses mais de quinhentos anos, um deles trouxe os pais de Moacyr Scliar.

Esse escritor judeu-brasileiro de renome internacional promoveu uma literatura que incomoda, que provoca um desassossego, ao mesmo tempo em que permite ao/à pesquisador/a buscar aquilo que não está na superfície. Possibilita o leitor mergulhar, nas águas profundas da literatura, na esperança de encontrar, por exemplo, explicações para questões intrínsecas à presença feminina num país em formação.

E, com o intento de revisitar o passado para revitalizá-lo, esta pesquisa foi desenvolvida. Foi buscada a memória oculta, mencionada por Pierre Nora (1993, p. 12), teórico que traz a importante discussão sobre o fato de que somente o indivíduo em sua relação com seu passado consegue revitalizá-lo através da memória. Essa possibilidade se encontra na literatura de Scliar, pois *A estranha nação de Rafael Mendes*, como visto, celebra o encontro entre as culturas judaica e brasileira, possibilitando uma reflexão sobre a realidade do povo judeu e do povo brasileiro. A obra é, simultaneamente, um olhar para o passado para compreender o presente e considerar projeções para o futuro.

Esta pesquisa é norteada pela expectativa de se fazer ouvir as vozes daqueles/daquelas que têm estado em silêncio, situação já modificada pelo literato Moacyr Scliar. O combustível para desenvolver esse trabalho é o genocídio de inúmeras mulheres nas prisões e nas fogueiras da Inquisição. É a crueldade de serem arrancadas de suas terras e enviadas a outras como degredadas, como penalidade por crimes que na grande maioria só aconteceram nas mentes cruéis dos seus algozes. Mais ainda, é a crueldade de um sistema opressor que torturou

diariamente a mulher com suas ideologias bárbaras, a tortura silenciosa que acontecia em casa, promovida por pais, irmãos e maridos, que ocorria nos altares da Igreja ou no cotidiano social. Era também a violência que não deixava apenas marcas físicas, mas marcas na alma. As mulheres amargaram (e ainda amargam) a dor e a culpa de assim nascerem, e “[r]estabelecer as tênues vozes de indivíduos perdidos entre fragmentos de documentação permite reconhecer a diversidade humana dentro da História; conferir dignidade ao relato miúdo, e até ouvir de outra forma vozes consagradas de grandes personagens” (BELLOTTI, 2005, p. 15).

Assim, fica clara uma das funções da literatura, re-apresentar a sociedade na qual é produzida. O que é feito, segundo Jean-Yves Tadié (1992), através da eficácia da arte em mostrar a realidade histórica, pois a forma artística se estrutura de modo que se conheça de perto os fatos históricos. “A obra exprime um momento da sociedade passada e desempenha um papel no presente, ao nos orientar rumo ao futuro” (TADIÉ, 1992, p. 166), papel esse que vai ao encontro do grito daquelas que foram silenciadas pela Inquisição e por um imaginário coletivo que vem atravessando séculos, com a tentativa diabólica de apagar a força da presença feminina em todas as esferas sociais, rotulando ou promovendo o apagamento delas.

A observação e a análise de *A estranha nação de Rafael Mendes*, obra de transição na produção scliariana, permite elucidar aspectos expressivos da ação mórbida do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, por meio dos temas evidenciados: judeus, heresia, Inquisição e mulher, evitando que tais temáticas caiam no esquecimento, pois a escrita literária como objeto de estudo pode revitalizar a memória e produzir novas reflexões.

Scliar narra sobre as ambições humanas, a busca pela mítica Árvore do Ouro, a adaptação dos judeus nos processos migratórios, as partidas e as chegadas, a perseguição, a religião e a heresia, a traição, a morte, a dor, a alegria, a fuga e a resistência. Tudo isso sem deixar de destacar a resistência do judeu nos diversos processos sincréticos de sua cultura ao longo das Eras.

As angústias e a depressão dos membros da nação são expressas no personagem Maimônides, que é obrigado a deixar seus pacientes e sua casa para ser médico particular do sultão Saladino. O médico é praticamente arrancado de sua vida, não pode nem ao menos fazer uma última visita aos pacientes que estavam em tratamento. A nova vida no palácio leva Maimônides à depressão e à melancolia (SCLIAR, 1983, p. 88).

O autor passeia pela realidade de diversos grupos minoritários, dando-lhes a possibilidade de se expressarem através das linhas e entrelinhas da literatura brasileira. Desvela um Brasil para além, muito além do que os olhos comuns podem ver. É o Brasil dos índios, dos

portugueses, dos holandeses, dos judeus, dos africanos, dos católicos; enfim, de homens e mulheres que em sociedade vivem construindo a história de um país em formação.

As incertezas do novo território e a dor de não saber o destino de entes queridos são mostradas nos vários Rafaeis da obra, que representa esse universo de chegadas e partidas dos judeus, há milênios, na história da humanidade. É como se a cada partida parte de si fosse amputada e uma nova prótese colocada no lugar, ou seja, o judeu sempre tentando se adaptar ao novo. O novo pode ser até mesmo a religião a qual, por vezes, foi obrigado a praticar, pelo menos na aparência, porque declaradamente afirma-se contrário à religião oficial; como Suzana, filha do atual Rafael Mendes, confronta a mãe e suas convicções religiosas.

Maria de Freitas, a *Maria-Arde-lhe-o-Rabo*, desponta em aspectos contundentes sobre a formação da sociedade brasileira, porque ideias medievais introjetadas na percepção de mulheres como ela atravessaram os séculos, deixando a Europa e fincando raízes em território luso na América. Verifica-se uma mescla do imaginário europeu e do misticismo indígena associados a práticas africanas como a representação do imaginário coletivo da fé brasileira, marcando, assim, essas terras com um perfil único revelado pela mente brilhante de Moacyr Scliar, que ficcionalmente questionou fatos que precisavam ser tragos à luz.

A pesquisa demonstrou o quanto a mulher, no Período Colonial brasileiro, foi submetida a um sistema no qual foi subjugada a um estado de passividade formatado pelos padrões religiosos do Catolicismo da época. Pesquisar sobre as feiticeiras, e, em especial, sobre a personagem do romance de Scliar, a Maria de Freitas, evidencia que algumas mulheres desviadas desses padrões passaram a viver de maneira diferente do que lhes era exigido, quebrando tabus e rompendo com as regras impostas. O próprio processo da “Arde-lhe-o-rabo”, da Bahia, a Maria Gonçalves Cajada, mostra seu exemplo de resistência e, apesar de punida pela Inquisição, continuou a ensinar a arte da magia e a praticá-la.

O que o futuro reserva às mulheres pode depender das análises e das reflexões sobre as nossas antepassadas, como pensar sobre os dias mais sombrios e as condições às quais eram submetidas. Análises e reflexões às quais se pretende dar continuidade nos estudos sobre Scliar no Doutorado e/ou em artigos futuros, enfocando-se, por exemplo, outras personagens femininas, como a protagonista melancólica de *Os Deuses de Raquel* (1975). Nesta pesquisa, priorizou-se, portanto, valorizar a narrativa de Scliar e demarcar sua importância para a literatura brasileira enquanto registro memorial de um tempo, seja o tempo do escritor ou o tempo da personagem/dos personagens, e em ambos se encontram vestígios de um passado que há muito a ser desvelado.

REFERÊNCIAS

- ANTT/TSO-IL. *Processo n° 10.748, de Maria Gonçalves Cajada*. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2310925>. Com representação digital. Acesso em: 20 jun. 2021.
- AGUIAR, Thaís Rios de. *Narrativa da Diáspora Judaica: Uma análise de O centauro no jardim*, de Moacyr Scliar. 2017. 94 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.
- ALENCAR, Breno Rodrigo. Resenha de DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011. 254 p. *Revista Ensaios: “Tecendo Redes”*, v. 1, n. 6, semestre 2 / 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328950169_DEL_PRIORE_Mary_Historias_intimas_sexualidade_e_erotismo_na_historia_do_Brasil_Sao_Paulo_Planeta_2011_254p. Acesso em: 18 jul. 2022.
- ALMEIDA, Rute Salviano. *Uma voz feminina calada pela Inquisição*. São Paulo: Hagnos, 2012.
- AMADO, Janaína. Crimes domésticos: criminalidade e degredo feminino. *Textos de História*, Brasília, UNB, v. 6, n. 1 e 2, p. 143-168, 1998. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/download/27781/23883/58272>. Acesso em: 01 out. 2022.
- AMARAL, Lincoln. A ficção de Moacyr Scliar entre o passado e o futuro. *Anais do XV Congresso Internacional ABRALIC*, p. 6425-6435, 2016. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2016_1491573015.pdf. Acesso em: 07 ago. 2022.
- AMARAL, Lincoln. *Multiculturalismo, entrelugares e hibridismos na obra de Moacyr Scliar*. São Carlos: EDUFSCar, 2020.
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil, por suas drogas e minas*. Lisboa: Oficina Real, 1711. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Culturaeopul%C3%A4nciadeBrasil.html?id=Yfi4AQAAMAAJ&printsec=frontcover&source=kpreadbutton&hl=pt-R&rediresc=y#v=snippet&q=filhos&f=false>. Acesso em: 14 mar. 2023.
- ARAÚJO, Gilmara Cruz. *Artes mágicas na Bahia quinhentista: o caso de Maria Gonçalves Cajada*. 2016. 97 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.
- ARAÚJO, Ludwig Ferreira. *Escritas de um mundo perdido: O Discurso oficial e a Ficção em A estranha nação de Rafael Mendes*, de Moacyr Scliar. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- ARAÚJO, Néelson de. *1591: a Santa Inquisição na Bahia e outras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1987.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. O novo romance histórico brasileiro. *Revista Via Atlântica*, v. 1, n. 4, p. 168-177, out. 2000.

BELLOTTI, Karina Kosicki. Identidade, alteridade e religião na historiografia colonial. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 2, ano II, n. 1, p. 1-22, jan./fev./mar. 2005. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/649>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus Editora, 2002.

BRAIT, Beth. *A personagem*. São Paulo: Ática, 1985.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. A “pura liberdade” do poeta e o historiador. *Ágora: Estudos Clássicos em Debate*, Belo Horizonte, UFMG, p. 9-40, 2007. Disponível em: <http://www2.dlc.ua.pt/classicos/puraliberdade.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2022.

CALIXTO, Lunara Abadia Gonçalves. *Esther: uma prostituta judia em O ciclo das águas*. Uberlândia-MG: Edibrás, 2017.

CANDIDO, Antonio. A Personagem do Romance. In: GOMES, Paulo Emílio Salles; PRADO, Décio de Almeida; ROSENFELD, Anatol. *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 51-80.

CALHEIROS, Karla Rachel Jarsen de Melo. A cura através da fé: Um olhar sobre as benzedeadas/rezadeiras alagoanas. *Anais do IX Mestres e Conselheiros - Agentes Multiplicadores do Patrimônio*, Belo Horizonte, CAD II - UFMG, 2017. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/mestreseconselheiros2017/52335-A-CURA-ATRAVES-DA-FE--UM-OLHAR-SOBRE-AS-BENZEDEIRASREZADEIRAS-ALAGOANAS>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CERQUEIRA, Patrícia Conceição Borges Franca Fialho. *Alteridade e (re)construção identitária em quatro romances de Moacyr Scliar: O centauro no jardim; Na noite do ventre, o diamante; Os Deuses de Raquel e A estranha nação de Rafael Mendes*. 2014. 213 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul em cotutela com Université Rennes, Porto Alegre, 2014.

CHARTIER, Roger. Literatura e História: Conferência proferida, em 5 nov. 1999, no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. *Topoi: Revista de História*, v. 1, n. 1, n.p., jan.-dez. 2020.

COMPANHIA das Letras. *O centauro no jardim*. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9788535904598/o-centauro-no-jardim>. Acesso em: 02 mar. 2022.

CURY, Maria Zilda Ferreira. Prefácio. In: NASCIMENTO, Lyslei; CURY, Maria Zilda Ferreira (Orgs.). *O olhar enigmático de Moacyr Scliar*. Belo Horizonte: Quixote + Do Editoras Associadas, 2019. p. 7-9.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *500 anos de Brasil: Histórias e Reflexões*. São Paulo: Scipione, 1999. p.7.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 414-461.

DEPPNER, Corina. Caminos sefardíes en la literatura de Moacyr Scliar en el ejemplo de la novela *A estranha nação de Rafael Mendes*. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, Belo Horizonte, v. 12, n. 22, p. 1-21, maio 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/download/14441/pdf/39485>. Acesso em: 18 jul. 2022.

DESMUNDO. Direção: Alain Fresnot. Brasil, 2003. (100 min.), son. & color.

DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

DOMINGUES, Joelza Ester. *As “capitoas” do Brasil Colonial: mulheres no comando de capitânicas*. 16 maio 2021. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/capitoas-do-brasil-mulheres-no-comando-de-capitanias/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

DUBY, Georges. *As damas do século XII*. Tradução de Paulo Neves e Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DUBY, Georges (Org.). *História da vida privada*, 2: da Europa feudal à Renascença. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FREIRE, Mariza Scheffer; SOBRINHO, Vilma Pereira. A Figura Feminina no Contexto da Inquisição. *Educere Et Educare: Revista da Educação*, v. 1, n. 1, p. 53-58, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1003>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FLECK, Gilmei Francisco; ALBUQUERQUE, Adenilson de Barros. O romance histórico contemporâneo de mediação - ressignificação de um episódio da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai em *Águas Atávicas* (2013), de Marcos Faustino. *Revista Inventário*, n. 23, p. 117-136, jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/inventario/article/view/29575>. Acesso em: 22 nov. 2022.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. Tradução de António Feliciano de Castilho. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. Editores, 2003.

GORDON, Noah. *O último judeu: Uma história de terror na Inquisição*. Tradução de Mario Molina. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GORENSTEIN, Lina. *A inquisição contra as mulheres: Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

GUIMARÃES, Lealis Conceição. *A ironia na recriação paródica em novelas de Moacyr Scliar*. 2005. 250 f. Tese (Doutorado em Literatura e Vida Social) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Assis, Assis, 2005.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HERCULANO, Alexandre. *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal (1854/1859)*. Porto Alegre: Editora Pradense, 2009. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/inquisicao.html>. Acesso em: 27 dez. 2022.

HOLZSCHUH, Gisele Jacques. *História e Cultura: Interpretações figurais em A Estranha Nação de Rafael Mendes*. 2002. 99 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002.

IGREJA CATOLICA. IV Concílio de Latrão, 1215. Biblioteca Nacional de Portugal. 02 jun. 2022. Disponível em: <https://purl.pt/23970>. Acesso em: 03 jan. 2023.

JOSEF, Bella. *História da literatura hispano-americana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O Martelo das Feiticeiras*. Tradução de Paulo Fróes. 12. ed. Rio de Janeiro: Record Rosa dos Tempos, 1997.

LE GOFF, Jaques; FRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na Idade Média*. Tradução de Marcos Flamínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEI nº 12.019, de 21 de novembro de 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2014/1201/12019/lei-ordinaria-n-12019-2014-institui-no-calendario-oficial-do-municipio-de-uberlandia-o-dia-da-declaracao-de-independencia-de-israel>. Acesso em: 12 maio 2021.

LILENBAUM, Patrícia Chiganer. Busca em espiral por uma identidade judaica ou uma judia *ashkenazi* autofágica perdida em terras literárias. *Revista Escrita*, Rio de Janeiro, PUC, p. 1-13, 2006. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8413/8413.PDF>. Acesso em: 13 maio 2022.

LUKÁCS, Gyorgy. *O romance histórico*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACDONALD, Fiona. *Como seria sua vida na Idade Média?* Tradução de Maria de Fátima S. M. Marques. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2021.

MACHADO, Célia Maria Borges. *Memória e narrativa no romance A Majestade do Xingu de Moacyr Scliar*. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MATA, Giselle Moreira. As práticas “homossexuais femininas” na Antigüidade grega: uma análise da poesia de Safo de Lesbos (século VII a.C.). *Alétheia* - Revista de estudos sobre a Antigüidade e Medievo, v. 1, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Aletheia/article/download/30/25/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

MAZZI, Maria Glória Cusumano. Intertextualidade e Paródia. *Revista Araticum*, v. 3, n. 1, p. 23-41, 2011. Disponível em: <https://oaji.net/journal-archive-stats.html?number=3931&year=&issue=8513>. Acesso em: 14 out. 2022.

MICHELET, Jules. *A Feiticeira: 500 Anos de transformações na figura da mulher*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Nova Fronteira, 1992.

MONTEIRO, Charles. História, literatura e memória do espaço urbano na ficção de Moacyr Scliar. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXIV, n. 1, p. 181-199, jun. 1998. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/download/28214/15832>. Acesso em: 05 maio 2022.

MONTEIRO, Claudia. *Bruxas e Feiticeiras na Era Moderna: sobre o livro o Calibã e a bruxa de Silvia Federici*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Laboratório de Ensino de História, *online*, 2020. Disponível em: <https://www.canalcurtahistoria.com/post/bruxasefeiticeiras>. Acesso em: 13 maio 2022.

MOREIRA, Fernanda. Contra o preconceito: a literatura infanto-juvenil de Moacyr Scliar. In: NASCIMENTO, Lyslei; CURY, Maria Zilda Ferreira (Orgs.). *O olhar enigmático de Moacyr Scliar*. Belo Horizonte: Quixote + Do Editoras Associadas, 2019. p. 65-90.

MOREIRA, Maria Ester Lopes. Diretas Já. In: *Dicionário*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>. Acesso em: 16 out. 2022.

MOTT, Luiz. *Bahia: inquisição e sociedade*. Salvador: EDUFBA, 2010.

NETO, Jaime José da Silveira Barros et al (Orgs.). *Sementes: estudos tecnológicos*. Aracaju: Edifs, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/912>. Acesso em: 11 mar. 2022.

NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

NORA, Pierre. Entre Memória e História – A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 12 maio 2021.

NOVINSKY, Anita. *A inquisição*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

NOVINSKY, Anita; LEVY, Daniela; RIBEIRO, Eneida; GORENSTEIN, Lina. *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

NUNES, Benedito. *O tempo da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Leopoldo Osório Carvalho de. *A Estranha Nação de Moacyr Scliar: a ficcionalização de lugares, identidades e imaginários judaicos e brasileiros*. 2006. 180 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Leopoldo Osório Carvalho de. *A estranha nação de Rafael Mendes: ficção, história e reinvenção identitária da história*. *Todas as Musas*, ano 02, n. 1, jul.-dez. 2010. Disponível em: <https://theses.hal.science/tel-01147138/document>. Acesso em: 02 abr. 2022.

PALMA, Ricardo. *Anais da inquisição de Lima*. Tradução de Cláudio Giordano. São Paulo: EDUSP, 1992.

PEREIRA, José Maria Dias; ARENDT, Marcelo. *O desenvolvimento da indústria gaúcha no séc. XX*. 2012. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/ mesa_12_pereira_arendt.pdf. Acesso em: 11 fev. 2022.

PEREIRA, Kênia Maria de Almeida. Moacyr Scliar vê o santo ofício: reflexões sobre a crônica “A Inquisição”. *Anais do Congresso Internacional ABRALIC*, p. 4306-4314, 2018. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2018_1547747106.pdf. Acesso em: 11 fev. 2022.

PEREIRA, Kênia Maria de Almeida. Diário de um comedor de lentilhas, de Moacyr Scliar. In: NASCIMENTO, Lyslei; CURY, Maria Zilda Ferreira (Orgs.). *O olhar enigmático de Moacyr Scliar*. Belo Horizonte: Quixote + Do Editoras Associadas, 2019. p. 50-61.

PEREIRA, Kênia Maria de Almeida. A biblioteca dispersa de Stefan Zweig em *O mundo que eu vi*: minhas memórias. In: MAIA, Claudia; NAGAE, Neide Hissae (Orgs.). *Coleção e Arquivo: memória e tradição*. São Paulo: FFLCH/USP, 2021. p. 50-59. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/665/591/2220?inline=1>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PEREIRA, Kênia Maria de Almeida. Corpos monstruosos na Inquisição: metáforas das bruxas em *Obras do Diabinho da Mão Furada*, de Antônio José da Silva. In: GAMA-KHALIL, Marisa Martins; PIMENTA, Tamira Fernandes; BORGES, Lilliân Alves (Orgs.). *Corpo em Cena*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2022. p. 199-215.

PERUZZO, Consuelo. *A identidade do imigrante judeu nos romances de Moacyr Scliar*. 2021. 258 f. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura e Cultura) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2021.

PISA. *Relatório Brasil no PISA 2018: versão preliminar*. Brasília-DF: Inep/MEC, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoesinternacionais/pisa/documentos/2019/relatorioPISA2018_preliminar.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

QUINTÃO, Glauber Pereira. Ironia e genealogia em *A estranha nação de Rafael Mendes*, de Moacyr Scliar. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 1-9, mar. 2009a. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/download/13983/11164/38013>. Acesso em: 25 jan. 2022.

QUINTÃO, Glauber Pereira. O grande peixe: monstrosidade e punição no *Livro de Jonas* e em *A estranha nação de Rafael Mendes*. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 1-15, out. 2009b. Disponível em: https://lreferencia.info/vufind/Record/BR_d13b6c58f87fa14c98216d8def642d34. Acesso em: 28 jan. 2022.

QUINTÃO, Glauber Pereira. *Genealogia literária: uma monstrosidade em A estranha nação de Rafael Mendes*, de Moacyr Scliar. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/viewFile/3715/3681>. Acesso em: 28 jan. 2022.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

REIS, Carlos. *Dicionário dos estudos narrativos*. Coimbra: Almedina, 2018.

REZENDE, Maria Leônia Chaves de. “Por temer o Santo Ofício” As denúncias de Minas Gerais no Tribunal da Inquisição (século XVIII). *Revista Varia História*, Belo Horizonte, v. 32, n. 58, p. 203-224, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/pw546z9v5jJTMb5PFDDjBFc/?lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2022.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

ROSENFELD, Anatol. Literatura e Personagem. In: GOMES, Paulo Emílio Salles; PRADO, Décio de Almeida; ROSENFELD, Anatol. *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 9-50.

SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra: ensaios*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002. p. 28-43.

SANTOS, Georgina. *Papéis passados: a história das mulheres a partir da documentação arquivística*. 07 maio 2020. Disponível em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5347&Itemid=460. Acesso em: 03 jan. 2023.

SELISTRE, Maria Tereza. *História e ficção: A estranha nação de Rafael Mendes e A jangada de pedra*. 1991. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SCLIAR, Moacyr. *A estranha nação de Rafael Mendes*. São Paulo: Círculo do livro, 1983.

SCLIAR, Moacyr. Memórias judaicas. In: SLAVUTZKY, Abrão (Org.). *A paixão de ser: depoimentos e ensaios sobre a identidade judaica*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1998. p. 75-86.

SCLIAR, Moacyr. *A Majestade do Xingu*. São Paulo: Schwarcz, 2001a.

SCLIAR, Moacyr. *A guerra no Bom Fim*. Porto Alegre: L&PM, 2001b.

SCLIAR, Moacyr. *O centauro no jardim*. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCLIAR, Moacyr. Entrevista. *Revista Palavra*, Rio de Janeiro, SESC, 02 ago. 2010. Disponível em: https://issuu.com/sescbrasil/docs/revista_-_palavra_2010_web. Acesso em: 19 out. 2021.

SCLIAR, Moacyr. *Site do autor*. Disponível em: <http://www.scliar.org/moacyr/>. Acesso em: 19 jun. 2021.

SOERENSEN, Claudiana. A carnavalização e o riso segundo Mikhail Bakhtin. *Travessias*, Cascavel, v. 5, n. 1, p. 318-331, 2017. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/4370>. Acesso em: 17 out. 2022.

SZKLO, Gilda Salem. *O bom fim do Shtetl: Moacyr Scliar*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

TADIÉ, Jean-Yves. *A Crítica Literária no Século XX*. Tradução de Wilma Freitas Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Judaísmo e Inquisição*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

TEZZA, Cristóvão. Livro de Moacyr Scliar perturba com leveza. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 3 maio 1997. Caderno 2, p. 83. Disponível em; https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECAP-8FMP39/1/disserta__o__simone_g.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.

VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VILASBÔAS, Rozângela Alves. *Aspectos da metaficção historiográfica na obra A estranha nação de Rafael Mendes de Moacyr Scliar*. 2001. 285 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2001.

VILASBÔAS, Rozângela Alves. *Aspectos do pós-modernismo e do realismo mágico em Moacyr Scliar*. 2007. 280 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Araraquara, Araraquara, 2007.

WALDMAN, Berta. *Entre passos e rastros: presença judaica na literatura brasileira contemporânea*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP: Associação Universitária de Cultura Judaica, 2003.

WALDMAN, Berta. Os caminhos da ficção de Moacyr Scliar. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 1-7, out. 2012. Disponível

em:<https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/download/14140/11321/38645>.
Acesso em: 03 mar. 2022.

ZILBERMAN, Regina. *E Escritor*. 2018. Disponível em:
<http://www.moacyscliar.com/sobre/o-escritor/>. Acesso em: 23 set. 2021.